



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DEISIANE DA CONCEIÇÃO VIANA DE SANTANA VALDEVINO

**ANÁLISE DOS LIMITES DA EFICÁCIA DAS SANÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA
CONTRA A RÚSSIA EM RELAÇÃO À GUERRA NA UCRÂNIA**

Recife
2025

DEISIANE DA CONCEIÇÃO VIANA DE SANTANA VALDEVINO

**ANÁLISE DOS LIMITES DA EFICÁCIA DAS SANÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA
CONTRA A RÚSSIA EM RELAÇÃO À GUERRA NA UCRÂNIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência Política. Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Ricardo Borges Gama Neto.

Coorientador: Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira.

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Valdevino, Deisiane da Conceição Viana de Santana.

Análise dos limites da eficácia das sanções da União Europeia contra a Rússia em relação à guerra na Ucrânia / Deisiane da Conceição Viana de Santana Valdevino. - Recife, 2025.

123f.: il.

Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2025.

Orientação: Ricardo Borges Gama Neto.

Coorientação: Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira.

1. Guerra; 2. Sanções; 3. Ucrânia; 4. Rússia; 5. União Europeia. I. Gama Neto, Ricardo Borges. II. Ferreira, Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

DEISIANE DA CONCEIÇÃO VIANA DE SANTANA VALDEVINO

**ANÁLISE DOS LIMITES DA EFICÁCIA DAS SANÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA
CONTRA A RÚSSIA EM RELAÇÃO À GUERRA NA UCRÂNIA**

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, aprovada no dia 23 de setembro de 2025, às 09:00h, em sessão pública.

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. RICARDO BORGES GAMA NETO (UFPE)

Orientador

PROFA. DRA. ANDREA QUIRINO STEINER (UFPE)

Examinadora Interna

Prof. DR. MARCOS AURELIO GUEDES DE OLIVEIRA (UFPE)

Examinador Interno

PROF. DR. ELTON GOMES DOS REIS (UFPI)

Examinador Externo à Instituição

PROF. DR. ALEXANDRE CESAR CUNHA LEITE (UEPB)

Examinador Externo à Instituição

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Edgar, por estar sempre ao meu lado. Ao meu amado, Gustavo, pelo companheirismo e paciência ao longo da jornada. Aos meus amigos verdadeiros, que não me deixaram esquecer a força da minha coragem. Às minhas queridas mãe e avó, Avani e Aidil, *in memoriam*, por todo amor que ilumina e abençoa meus caminhos.

Ao professor Dr. Marcos Costa Lima (*in memoriam*), pelo incentivo para iniciar os estudos no Doutorado e pelos ensinamentos em sala de aula. Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Borges pela sua contribuição para minha formação acadêmica. Ao coorientador, professor Dr. Marcos Alan Ferreira gratidão por contar com sua coorientação e apoio. O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE).

RESUMO

Por que as sanções impostas pela União Europeia (UE) contra a Rússia não foram suficientes para interromper ou frear o avanço da guerra na Ucrânia? Esta tese investiga os limites da eficácia das sanções impostas pela UE contra a Rússia no contexto da guerra na Ucrânia no período anual de 2022. Analisa-se em que medida as sanções produziram efeitos coerentes com seus objetivos declarados, especialmente no campo da coerção e da alteração de comportamento estratégico da Rússia. A hipótese é de que as contramedidas implementadas pela Rússia possibilitaram a neutralização dos efeitos esperados pelas medidas coercitivas da UE. Argumenta-se que, embora as sanções tenham produzido efeitos econômicos, políticos, financeiros e diplomáticos significativos, sua eficácia foi limitada, pela imposição de contramedidas estratégicas russas que possibilitaram a capacidade adaptativa da Rússia às sanções durante a guerra. A base teórica do trabalho assenta-se na teoria da coerção econômica, que interpreta as sanções como ferramentas destinadas a impor custos ao alvo a fim de alterar suas ações, e na teoria das sanções inteligentes, que propõe formas mais seletivas e direcionadas de pressão econômica, buscando reduzir os impactos das sanções na população civil. A revisão da literatura contempla as críticas estruturais à eficácia das sanções que questionam a real capacidade desse instrumento de produzir mudanças políticas significativas. Na pesquisa, realiza-se um Estudo de Caso das sanções, cujo método aplicado é o *Process Tracing* para rastrear a relação entre as sanções da UE contra a Rússia nos pacotes de 1 a 9 de 2022 e a continuidade da guerra na Ucrânia, testando a hipótese de que as contramedidas russas neutralizaram ou reduziram significativamente a eficácia esperada das sanções. A análise realizada para cada pacote de sanções evidencia que o grau de neutralização dos efeitos das sanções é resultado de estratégias deliberadas e estruturadas de adaptação pela Rússia. Os resultados indicam que, apesar da intensidade e da abrangência dos pacotes de sanções da UE, a capacidade de adaptação econômica da Rússia, a manutenção de apoio interno ao governo e a implementação de contramedidas estratégicas reduziram significativamente os impactos das sanções, garantindo a continuidade da guerra na Ucrânia.

Palavras-chave: Guerra; Sanções; Ucrânia; Rússia; União Europeia.

ABSTRACT

Why were the sanctions imposed by the European Union against Russia insufficient to halt or restrain the advance of the war in Ukraine? The study investigates the limitations of the effectiveness of the European Union's sanctions against Russia within the specific context of the 2022 phase of the war. It examines the extent to which the sanctions produced effects consistent with their declared objectives, particularly in terms of coercion and the modification of Russia's strategic behavior. The hypothesis is that the countermeasures implemented by Russia enabled the neutralization of the expected effects of the EU's coercive measures. The argument proposed here is that, although the sanctions generated significant economic, political, financial, and diplomatic consequences, their effectiveness was limited due to Russia's strategic countermeasures, which allowed the country to adapt to sanctions during wartime. The theoretical framework of the research draws on the theory of economic coercion, which interprets sanctions as tools intended to impose costs on a target to alter its actions, and on the theory of smart sanctions, which advocates more selective and targeted forms of economic pressure designed to minimize the impact on the civilian population. The literature review includes structural critiques of sanctions, questioning the actual capacity of this instrument to produce meaningful political change. Methodologically, this research employs a Case Study design combined with Process Tracing to examine the relationship between the EU's sanctions packages (1 through 9, implemented in 2022) and the continuation of the war in Ukraine, testing the hypothesis that Russian countermeasures neutralized or significantly reduced the expected effectiveness of the imposed sanctions. The analysis of each sanctions package demonstrates that the degree of neutralization was the result of deliberate and structured adaptation strategies devised by Russia. The findings indicate that, despite the scope and intensity of the EU's sanctions packages, Russia's economic adaptability, the preservation of domestic political support, and the implementation of strategic countermeasures significantly mitigated the sanctions' impact, thereby ensuring the continuation of the war in Ukraine.

Keywords: War; Sanctions; Ukraine; Russia; European Union.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As sanções.....	15
Quadro 2 – Análise das sanções.....	16
Quadro 3 – Estratégia empírica.....	17
Quadro 4 – Resumo do 1º ao 9º pacote de sanções contra a Rússia em 2022....	50
Quadro 5 - Efeitos das sanções da UE contra a Rússia (1º ao 9º pacote)	66
Quadro 6 – Análise causal.....	82
Quadro 7 – Lógica causal 1º Pacote.....	82
Quadro 8 - Lógica causal 2º Pacote.....	84
Quadro 9 - Lógica causal 3º Pacote.....	84
Quadro 10 - Lógica causal 4º Pacote.....	85
Quadro 11 - Lógica causal 5º Pacote.....	86
Quadro 12 - Lógica causal 6º Pacote.....	87
Quadro 13 - Lógica causal 7º Pacote.....	88
Quadro 14 - Lógica causal 8º Pacote.....	88
Quadro 15 - Lógica causal 9º Pacote.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 REVISÃO DA LITERATURA, MARCO TEÓRICO E A PERSPECTIVA RUSSA DAS SANÇÕES	19
1.1 Revisão da Literatura: conceitos e tipologias.....	19
1.2 Teoria da coerção econômica.....	26
1.2.1 Quadro conceitual	26
1.2.2 Variáveis de eficácia da coerção econômica	30
1.2.3 Críticas estruturais da teoria da coerção econômica	32
1.3 Estado da arte: a perspectiva russa das sanções	34
CAPÍTULO 2 ESTUDO DE CASO DAS SANÇÕES DA UE CONTRA A RÚSSIA	39
2.1 Primeira fase: 1º ao 5º pacote de sanções com foco em finanças, meios de comunicação e comércio (fevereiro–abril de 2022)	39
2.1.1 O 1º pacote de sanções contra a Rússia: Donetsk e Luhansk	40
2.1.2 O 2º pacote de sanções: medidas individuais e econômicas.....	41
2.1.3 O 3º pacote de sanções: meios de comunicação e exclusão do SWIFT	42
2.1.4 O 4º pacote de sanções: proibição de exportações e restrição de importações ..	43
2.1.5 5º pacote de sanções: diversos setores	43
2.2 Segunda fase: 6º ao 9º pacote de sanções com foco em recursos energéticos e tecnologias (junho–dezembro 2022)	45
2.2.1 O 6º pacote de sanções: petróleo.....	45
2.2.2 O 7º pacote de sanções: carvão, ouro e medidas econômicas	45
2.2.3 O 8º pacote de sanções: tecnologias, transportes, petróleo e serviços financeiros..	46
2.2.4. O 9º pacote de sanções: ampliação de proibições de exportação e medidas econômicas adicionais.....	49
2.3 Efeitos das sanções da UE sobre a Rússia em 2022	53
2.3.1 Isolamento financeiro e bancário	53
2.3.2 Redução do comércio exterior e retração das importações	56
2.3.3 A pressão sobre o setor energético.....	58
2.3.4 O isolamento tecnológico e industrial.....	60
2.3.5 Os impactos no setor de transporte e logística	63
2.3.6 A saída de capitais e de empresas estrangeiras.....	64
2.3.7 As pressões inflacionárias sobre o consumo interno	65
2.3.8 Síntese dos efeitos	66
CAPÍTULO 3 MECANISMOS DE ADAPTAÇÃO DA RÚSSIA ÀS SANÇÕES: ANÁLISE CAUSAL E RESULTADOS DA PESQUISA.....	69

3.1 Medidas de resposta da Rússia às sanções	69
3.1.1 Contramedidas e adaptação russa: 1º ao 5º pacote de sanções	69
3.1.2 Contramedidas e adaptação russa: 6º ao 9º pacote de sanções	75
3.2 Análise causal das sanções da UE e contramedidas russas	81
3.3 O marco teórico das sanções contra a Rússia	94
3.4 Resultados da pesquisa: as sanções e a continuidade da guerra.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXO A	120

INTRODUÇÃO

As sanções impostas pela UE contra a Rússia não impediram o avanço militar do exército russo na Ucrânia e, consequentemente, não impediram a continuidade da guerra na Ucrânia. A pergunta de pesquisa da tese é a seguinte: por que as sanções impostas pela UE contra a Rússia não foram suficientes para interromper ou frear o avanço da guerra na Ucrânia? Para responder a essa pergunta, o presente estudo analisará os 9 pacotes de sanções aplicados contra a Rússia em 2022 a fim de identificar os limites da eficácia das sanções.

A guerra na Ucrânia, desencadeada pela invasão russa desde fevereiro de 2022, representa um desafio no mundo contemporâneo. Como resposta, a UE, os Estados Unidos e países aliados, como Reino Unido e Canadá, impuseram um amplo regime de sanções contra a Rússia, buscando enfraquecer sua capacidade de financiar o conflito e, eventualmente, levar a negociação de um acordo de paz (Conselho Europeu, 2025a; Heller, 2023). No entanto, apesar da intensidade e da abrangência das sanções empregadas, a continuidade da guerra na atualidade traz questionamentos sobre a eficácia das medidas restritivas como instrumento de política internacional.

Estudos anteriores sobre a eficácia das sanções europeias contra a Rússia enfatizaram determinados aspectos dessas medidas, como a avaliação das sanções por setores, a perspectiva analítica das sanções e os diferentes eventos históricos em que sanções foram aplicadas (Pertiwi, 2024; Giumelli, 2017; Conley & Stefanov, 2016; Giumelli & Ivan, 2013). O estudo de Chernykh (2024) examinou a eficácia das sanções contra a Rússia com foco no impacto das medidas restritivas nos setores de petróleo e de gás russo. Kazantsev (2022) abordou as consequências negativas das sanções econômicas e financeiras para a Rússia e comparou com as sanções contra o país no período da Guerra Fria. Por sua vez, Milov (2023) elaborou relatório, com base em dados comerciais de 2021-2022, sobre a eficácia das sanções dos EUA contra empresas e indivíduos russos e demonstrou que o fortalecimento de relações da Rússia com diversos Estados (China, Turquia, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Geórgia e Armênia) desempenhou papel significativo na evasão das sanções. Ademais, Giumelli (2024) forneceu uma estrutura analítica útil para analisar as políticas de sanções atuais e futuras e dissertou sobre o caso da escalada de sanções contra a Rússia. Desse modo, a literatura demonstra que é um tema em constante debate e evolução nas relações internacionais.

As sanções da UE contra a Rússia são também denominadas “medidas coercitivas” que promoveram restrições econômicas, financeiras, diplomáticas, militares e individuais contra o país russo (Conselho Europeu, 2025b). As sanções são uma ferramenta essencial na política externa e de segurança comum da UE, por meio da qual a instituição pode fazer uso quando necessário para evitar conflitos ou responder a crises atuais ou emergentes (Conselho Europeu, 2025a). As sanções da UE foram gradualmente ampliadas com o objetivo primário de pressionar economicamente a Rússia e limitar sua capacidade de financiar a guerra na Ucrânia (Conselho Europeu, 2023). A amplitude e a intensidade do pacote europeu de sanções contra a Rússia são inéditas em escala e abrangência, envolvendo setores estratégicos como energia, finanças, transportes, tecnologia, defesa e comércio (Conselho Europeu, 2025a).

Embora as medidas tenham causado impactos econômicos substanciais na economia russa como retração do PIB, inflação elevada, e redução de investimentos estrangeiros (Conselho Europeu, 2023); o governo de Vladimir Putin demonstrou capacidade de adaptação, redirecionando sua política comercial para países não ocidentais, fortalecendo alianças estratégicas e promovendo políticas de substituição de importações (Eremina & Kurzunova-Morozova, 2023).

A literatura sobre sanções internacionais revela que a eficácia dessas medidas depende de uma série de fatores, como o grau de dependência econômica do país alvo, o nível de coordenação entre os emissários das sanções, a clareza dos objetivos políticos e a proteção da política interna do regime sancionado (Drezner, 2003; Biersteker & Portela, 2015). Ainda que a política de sanções tenha se tornado um dos principais instrumentos da diplomacia europeia no século XXI (Portela, 2010), sua eficácia concreta frente à invasão na Ucrânia permanece um ponto de interrogação central a ser analisado, devido a resistência do Estado russo frente à pressão sancionatória da UE (Drezner, 2024).

A investigação parte do pressuposto de que há limites estruturais e políticos às sanções econômicas em contextos de guerra, especialmente quando aplicadas contra potências com capacidade de adaptação estratégica e redes alternativas de comércio e financiamento como a Rússia. Este contexto revela uma questão fundamental das sanções aplicadas em cenários de conflito armado: sua implementação tende a ser lenta, seus efeitos são graduais e seus resultados nem sempre convergem com os objetivos políticos declarados (Kluvánek, 2023). No caso da guerra da Ucrânia, a

continuidade das hostilidades, a radicalização do discurso do governo russo e a crescente militarização russa no território ucraniano apontam para os limites das sanções como mecanismo de coerção efetiva (Guriev & Itzigsohn, 2022; Kluvánek, 2023).

A principal hipótese é de que as contramedidas da Rússia possibilitaram a neutralização dos efeitos esperados pelas medidas coercitivas da UE. A Rússia respondeu às sanções da UE com estratégias de adaptação que denominamos na pesquisa de contramedidas. As contramedidas foram desenvolvidas como resposta às sanções e atuaram nos diversos setores nos quais as sanções foram aplicadas.

Estudos corroboram com a afirmação de que a adaptação da Rússia em diversos setores, como na diversificação econômica e financeira, permitiu a redução dos danos esperados das sanções impostas, ainda que tenha sofrido drásticas consequências em determinados períodos ao longo da guerra (Astrov, 2023; CSIS, 2025). A capacidade da Rússia de mitigar os impactos das sanções demonstrou ser fator preponderante para explicar a pesquisa proposta. Essa perspectiva é compatível com análise de autores como Graef (2022) e Radin (2024), que mostram que sanções tendem a reduzir seu impacto quando enfrentam regimes autocráticos com alta capacidade de controle interno e adaptação econômica.

A adoção de hipótese única se deu pela escolha de realizar um estudo direcionado dentro de um enquadramento teórico e metodológico funcional. A hipótese central, por si só, possui uma ampla gama de informações a serem coletadas e articuladas de forma sistemática, com o objetivo de desenvolver a análise proposta.

Com base nesse cenário, o objetivo geral da tese é analisar os limites da eficácia das sanções impostas pela UE contra a Rússia no limiar da guerra na Ucrânia, no período anual de 2022. A partir disso, destacam-se os seguintes objetivos específicos:

1. Examinar os 9 pacotes de sanções aplicados pela UE contra a Rússia no primeiro ano da guerra.
2. Identificar os efeitos das sanções produzidos sobre a Rússia.
3. Investigar as contramedidas russas como resposta às sanções.
4. Avaliar os limites da eficácia das sanções da UE contra a Rússia.

A justificativa da tese encontra respaldo na relevância contemporânea do tema e na necessidade de compreender os limites dos instrumentos de política externa utilizados por Estados e por organizações multilaterais. Em meio a uma guerra

prolongada no continente europeu, o estudo das sanções contra a Rússia fornece não apenas subsídios para o debate acadêmico sobre a eficácia das medidas coercitivas, mas também insumos para a formulação de políticas mais direcionadas, em um cenário internacional desafiador. Além disso, a análise revela importantes tensões entre os ideais normativos da política externa europeia e os resultados práticos obtidos com as sanções no primeiro ano da guerra.

A guerra na Ucrânia representa um marco singular no debate sobre a adoção de sanções como instrumento central de política externa por parte de democracias ocidentais, especialmente EUA e UE. Nesse contexto, investigar a eficácia das sanções europeias contra a Rússia se tornou uma análise necessária para compreender os limites e as possibilidades da coerção internacional no século XXI.

Ainda que existam estudos prévios sobre sanções, muitos se concentram em episódios históricos como os casos do Irã, Coreia do Norte ou Iraque, que apresentam características distintas quanto à capacidade de adaptação econômica, à centralidade geopolítica e ao nível de integração internacional dos Estados sancionados (Drezner, 1999; Morgan et al., 2014). O caso russo desafia premissas consolidadas, pois evidencia uma resistência significativa aos efeitos esperados das medidas restritivas, mesmo diante de sucessivos pacotes de sanções impostos pela UE.

A presente investigação se justifica tem relevância pela necessidade de compreender os limites e os efeitos concretos das sanções impostas à Rússia. A literatura sobre sanções econômicas ainda apresenta um debate inconclusivo sobre sua efetividade, especialmente em contextos de conflitos armados de alta intensidade (Galtung, 1967; Drezner, 1999; Biersteker et al., 2016). Estudos anteriores indicam que sanções podem ser eficazes para sinalizar normas internacionais e aumentar custos para o Estado sancionado, mas sua capacidade de alterar comportamentos políticos permanece sendo contestada (Hufbauer et al., 2007; Morgan et al., 2020).

A relevância prática da pesquisa reside no fato de que as sanções aplicadas pela UE foram amplamente justificadas como uma alternativa diplomática à intervenção militar direta. A compreensão dos limites de sua eficácia também pode ser fundamental para o debate sobre o futuro do multilateralismo europeu e para o alinhamento de políticas de segurança internacional mais coerentes e efetivas. Além disso, Drezner (2024), autor de referência na área de sanções, defende a importância de pesquisas sobre sanções econômicas e suas implicações, incentivando estudos

que acompanham como os Estados sancionados adaptam, reconfiguram ou neutralizam pressões externas ao longo do tempo.

A originalidade da pesquisa também se manifesta na proposta de integrar a perspectiva russa com o marco teórico da coerção econômica e das sanções inteligentes, contribuindo para uma pesquisa coesa, direcionada e com recorte temporal contemporâneo e suficientemente documentado, associado ao uso de metodologias robustas como o Estudo de Caso aliado ao *Process Tracing*.

O objeto de estudo da pesquisa consiste nas sanções impostas pela UE contra a Rússia no contexto da guerra na Ucrânia no período de 2022. Em termos metodológicos da tese, faremos uma pesquisa qualitativa cujo desenho de pesquisa é o Estudo de Caso das sanções contra a Rússia e utilizaremos o método *Process Tracing* (delineamento de processo). Essa estratégia permitirá avaliar empiricamente porque as sanções europeias não conseguiram frear o avanço da guerra testando as condições da reação russa para mitigar as consequências das sanções aplicadas.

Além disso, a aplicação do Estudo de Caso somado ao *Process Tracing* possibilitará realizar inferências sobre os mecanismos causais que explicam a relação entre a causa (as sanções da UE em 2022) e o resultado (a continuidade da guerra). No período anual de 2022, foram lançados pela UE 9 pacotes de sanções contra a Rússia referentes a guerra na Ucrânia, como demonstrado na tabela 1. As sanções estabelecidas no período serão a unidade de análise.

Quadro 1- As sanções

Unidade de análise: 9 pacotes de sanções	
2022	
23 de fev.	1º pacote
25 de fev.	2º pacote
2 de março e 28 de fevereiro	3º pacote
15 de março	4º pacote
8 de abr.	5º pacote
3 de jun.	6º pacote
21 de jul.	7º pacote
5 de out.	8º pacote

16 de dez.	9º pacote
------------	-----------

Elaboração própria com base em dados da Comissão Europeia (2022a).

Para a análise dos limites da eficácia das sanções, utilizaremos o seguinte enquadramento:

Quadro 2 – Análise das sanções

Estratégia de análise das sanções
1 Descrever os 9 pacotes de sanções detalhadamente.
2 Identificar padrões e mecanismos que explicam os limites da eficácia das sanções:
2.1 Quais foram os efeitos das sanções na Rússia?
3.2 Quais foram as contramedidas da Rússia às sanções?
3.3 Quais foram os mecanismos causais identificados?

Elaboração própria.

O estudo de caso permitirá uma análise detalhada das sanções impostas contra a Rússia e possibilitará uma investigação aprofundada da sequência de eventos que trazem evidências sobre porque as sanções não atingiram o objetivo coercitivo esperado em 2022. Evera (1997) destaca que a investigação de processos causais em Ciéncia Política requer a decomposição dos eventos em sequências observáveis, o que justifica a utilização do método de *Process Tracing* para analisar por que as sanções UE não produziram os efeitos esperados sobre a Rússia no primeiro ano da guerra. Desse modo, o uso do método delineamento de processo permitirá investigar os mecanismos causais entre sanções e continuidade da guerra.

Além disso, a escolha metodológica se justifica porque, conforme argumenta Evera (1997), o delineamento de processo possibilita “abrir a caixa preta” dos processos políticos, permitindo rastrear sequências causais que conectam variáveis independentes e dependentes. Dessa forma, não se busca apenas identificar correlações, mas compreender por que determinados resultados ocorreram. George & Bennett (2005) ressaltam que o *Process Tracing* é uma ferramenta essencial para a análise de mecanismos causais, especialmente em pesquisas qualitativas voltadas a fenômenos complexos das relações internacionais. Desse modo, o método adotado na tese é particularmente adequado para investigar de que maneira as contramedidas da Rússia contribuíram para limitar a eficácia das sanções impostas pela UE.

Nesse sentido, esta pesquisa utiliza como método a explicação do resultado (*explaining-outcome*), conforme a tipologia sistematizada por Beach & Pedersen (2017). Diferentemente das abordagens voltadas ao teste ou à construção de teorias, o *explaining-outcome* tem como objetivo explicar um resultado empírico específico, reconstruindo os mecanismos que conduziram ao resultado analisado (Beach & Pedersen, 2017). O foco reside na compreensão contextualizada de um caso singular (Collier, 2011), ou seja, as sanções aplicadas e a continuidade da guerra, o que se mostra adequado ao objetivo desta pesquisa. A lógica inferencial adotada privilegia a reconstrução sequencial de eventos, decisões políticas e respostas estratégicas, operando como uma explicação causal de um *outcome* observado (Beach, 2018). Dessa forma, o estudo reforça sua consistência metodológica ao alinhar o objeto de estudo, o tipo de inferência causal e a estratégia analítica adotada (George & Bennett, 2005; Collier, 2011; Beach & Pedersen, 2017).

Na pesquisa, a variável independente é as sanções contra a Rússia e a variável dependente é a continuidade da guerra na Ucrânia. A utilização do delineamento de processo nos levará a testar a hipótese explicativa para compor possíveis cadeias causais sobre o fenômeno dos limites da eficácia das sanções. Na tabela 3, apresentamos a estratégia empírica.

Quadro 3 - Estratégia empírica

Objeto de estudo	9 pacotes de sanções da UE contra a Rússia
Período de análise	2022
Desenho de pesquisa	Estudo de caso
Método qualitativo	<i>Process Tracing</i>
Variável independente	Sanções da UE contra a Rússia
Variável dependente	Continuidade da guerra na Ucrânia
Hipótese	Contramedidas da Rússia limitaram os efeitos das sanções
Fontes de Dados	Documentos oficiais da União Europeia e do Conselho Europeu. Documentos oficiais da Rússia. Indicadores econômicos, fontes acadêmicas, jornalísticas e relatórios de organizações internacionais.

Elaboração própria.

O delineamento de processo será empregado para investigar os mecanismos causais que interligam as sanções impostas pela UE e a continuidade da guerra na

Ucrânia. Essa abordagem permitirá o exame detalhado da hipótese explicativa. Para a aplicação do método no contexto do Estudo de caso, estruturamos as seguintes etapas fundamentais:

- 1) Descrição do objeto de pesquisa (9 pacotes de sanções);
- 2) Identificação e análise dos mecanismos causais;
- 3) Constatação dos resultados.

A primeira etapa é estabelecer o fenômeno que precisa ser analisado: as sanções da UE contra a Rússia no contexto da guerra na Ucrânia. O mapeamento se dará de acordo com dados de pesquisa dos 9 pacotes de sanções, dos efeitos sobre a Rússia e da resposta russa às sanções. Na segunda etapa, a hipótese será analisada para identificar os mecanismos causais que podem explicar os limites da eficácia das sanções, a partir dos eventos que conectam as sanções à continuidade da guerra. Na terceira etapa, após avaliar os mecanismos causais e integrar as evidências, teremos a estipulação dos resultados.

A tese está dividida em três capítulos. No Capítulo 1, apresenta-se a revisão da literatura sobre sanções internacionais, as principais abordagens teóricas das teorias da coerção econômica e das sanções inteligentes, além de incluir a perspectiva russa sobre o tema das sanções. No Capítulo 2, realiza-se o Estudo de Caso das sanções da UE contra a Rússia, abordando os pacotes adotados em 2022 e os efeitos das sanções produzidos sobre a Rússia. No Capítulo 3, avaliamos as contramedidas da Rússia às sanções e realizamos a análise causal. Apresenta-se os resultados da pesquisa, explorando as razões pelas quais as sanções não conseguiram deter o avanço da guerra e discutimos os limites da eficácia das sanções no período anual analisado. A conclusão sintetiza os principais achados e propõe reflexões sobre os limites da estratégia sancionatória em conflitos armados contemporâneos.

CAPÍTULO 1 REVISÃO DA LITERATURA, MARCO TEÓRICO E A PERSPECTIVA RUSSA DAS SANÇÕES

Este capítulo tem como objetivos revisar a literatura especializada sobre sanções internacionais, desenvolver a base teórica das teorias da coerção econômica e das sanções inteligentes e, por fim, apresentar a perspectiva russa. Desse modo, o capítulo está dividido em três momentos: a revisão de literatura, a delimitação do marco teórico e o estado da arte da perspectiva russa sobre as sanções.

1.1 Revisão da Literatura: conceitos e tipologias

A definição de sanções internacionais pode variar a depender do enfoque teórico, prático e institucional dado ao ator cujas medidas restritivas foram aplicadas. Nesta seção, traremos tanto a explicação de acadêmicos quanto a delimitação conceitual das organizações internacionais, como a ONU e a UE. Nesse sentido, ambas são instituições que possuem respaldo na aplicação das sanções internacionais.

Hufbauer et al. (2007), na obra *Economic Sanctions Reconsidered*, define sanções como medidas coercitivas impostas por um ou mais países para influenciar o comportamento de outro país, entidade ou indivíduo, com o objetivo de alcançar mudanças políticas, econômicas ou militares. Nesta obra, enfatiza-se que as sanções podem incluir embargos comerciais, restrições financeiras e outras medidas destinadas a causar custos econômicos e políticos ao alvo (Hufbauer et al., 2007). Definições semelhantes são dadas por diferentes autores que consideram as sanções internacionais como medidas coercitivas contra um determinado ator estatal ou não estatal, com o objetivo de modificar seu comportamento sem o uso direto da força militar (Baldwin, 1985; Doxey, 1996; Cortright & Lopez, 2000).

As sanções também podem ser interpretadas como ferramentas da política externa utilizadas para influenciar o comportamento de Estados, organizações ou indivíduos, sendo amplamente empregadas para pressionar governos, enfraquecer economias e conter ameaças à segurança global (Drezner, 1999). Nesse sentido, as medidas restritivas podem incluir embargos de armas, restrições financeiras e isolamento diplomático (Brzoska, 2003).

Baldwin (1985), em *Economic Statecraft*, destaca “o uso de instrumentos econômicos para alcançar objetivos políticos”. Ele argumenta que as sanções são uma forma de “*statecraft*” (arte de governar), utilizada para sinalizar

descontentamento, coagir mudanças de comportamento ou punir atores que violam normas internacionais (Baldwin, 1985). No mesmo sentido, Pape (1997), em seu artigo *Why Economic Sanctions Do Not Work*, assevera a função das sanções na imposição deliberada de custos econômicos para forçar mudanças no comportamento de um Estado ou grupo. Ele critica a eficácia das sanções, argumentando que raramente alcançam seus objetivos políticos, mas reconhece seu papel simbólico e coercitivo (Pape, 1997).

Biersteker et al. (2016) focam nas sanções direcionadas, definindo-as como “medidas específicas destinadas a indivíduos, empresas ou setores estratégicos, com o objetivo de minimizar impactos humanitários e maximizar a pressão política”. Nesse contexto, destaca-se a evolução das sanções de medidas abrangentes para ferramentas mais precisas e direcionadas com menos impactos humanitários significativos para a população civil (Gordon, 2010; Biersteker et al., 2016). A preocupação com os impactos para a população civil é debatida na literatura sobre sanções por diferentes autores.

Gordon (2010) analisa os impactos devastadores das sanções econômicas impostas ao Iraque na década de 1990. A autora argumenta que as sanções causaram uma crise humanitária, incluindo a escassez de alimentos, medicamentos e infraestrutura básica, afetando principalmente a população civil (Gordon, 2010). De modo semelhante, Cortright & Lopez (2000) examinaram os efeitos das sanções da ONU em diversos países, incluindo Iraque, Haiti e Iugoslávia. Eles destacaram os impactos negativos sobre os civis, como o aumento da pobreza e a deterioração dos serviços públicos, e discutem a necessidade de sanções mais direcionadas (Cortright & Lopez, 2000). Anteriormente, Cortright et al. (1997) analisou os efeitos humanitários das sanções econômicas em vários contextos, incluindo Iraque, Haiti e África do Sul.

Mueller et al. (1999) discute os impactos humanitários das sanções econômicas, argumentando que sanções abrangentes podem causar danos significativos às populações civis, comparáveis aos efeitos de armas de destruição em massa, especialmente em países como o Iraque. Por sua vez, Zaid (1997) publicou artigo em que examina como as sanções econômicas afetaram os direitos humanos básicos no Iraque e no Haiti em temas como acesso à saúde, educação e alimentação.

Waal (1997) analisa como sanções e políticas internacionais podem agravar crises humanitárias, à medida que as sanções podem ampliar a vulnerabilidade das populações civis como no caso do Sudão. Chomsky (1999) critica o uso de sanções

e intervenções militares, argumentando que elas frequentemente causam mais danos à população civil do que aos regimes que pretendem pressionar.

Autores como Weiss (1999) e Hurd (2007) evidenciaram o papel das organizações internacionais para estabelecer medidas restritivas como mecanismos de coerção, a fim de garantir a conformidade das sanções com normas e regras internacionais. Baldwin (1985) também enfatizou o caráter coercitivo e considerou que as sanções são instrumentos econômicos utilizados para alcançar objetivos políticos. Nesse sentido, Pepe (1997) traça críticas severas ao tema das sanções econômicas, mas reconhece sua contribuição como imposição de custos para fins políticos. Esses autores corroboram com a ideia de que as sanções são um mecanismo de pressão política e econômica para promover a paz, a segurança e o cumprimento do direito internacional (ONU, 2005).

Além das definições de sanções pelos autores citados, as organizações internacionais têm seus próprios conceitos e são instâncias que possuem legitimidade para aplicá-las. A importância das organizações internacionais na tomada de decisão sobre medidas coercitivas é encontrada em vasta literatura de relações internacionais e de direito internacional (Franck, 1990; Cortright & Lopez, 2000; Barnett & Finnemore, 2004; Slaughter, 2004; Alvarez, 2005; Lowe, 2007; Hurd, 2007; Simma et al., 2012). Nessa perspectiva, verifica-se a legitimidade de instituições como a ONU e a UE na aplicação de sanções com base em princípios como multilateralismo, justiça e manutenção da paz e segurança internacionais.

Segundo Cortright & Lopez (2000), para a ONU, sanções são medidas coercitivas impostas pelo Conselho de Segurança com o objetivo de pressionar uma mudança de comportamento em um Estado ou ator não estatal, sem o uso da força militar, em conformidade com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Nesse sentido, as sanções da ONU são adotadas com base no Artigo 41 do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que estabelece que o Conselho de Segurança pode decidir sobre medidas que não envolvam o uso da força armada para restaurar a paz e a segurança internacionais (ONU, 1945). Em documentos sobre a Cúpula Mundial de 2005, foi afirmado que as sanções continuam sendo consideradas um instrumento importante para a manutenção da paz e segurança internacionais, quando aplicadas sempre em conformidade com o Capítulo VII da Carta da ONU, com critérios de legalidade, limitação e de modo direcionado (ONU, 2005). Na Resolução 2664 (ONU, 2022), o Conselho de Segurança da ONU introduziu diretrizes mais claras para

garantir que as sanções respeitem o direito internacional humanitário, incluindo isenções para ajuda humanitária, reconhecendo os impactos adversos sobre civis.

No caso da Europa, as sanções são uma ferramenta essencial na política externa e de segurança comum da UE, por meio da qual ela pode intervir quando necessário para evitar conflitos ou responder a crises atuais ou emergentes (Conselho Europeu, 2025a). Desse modo, de acordo com o Conselho da UE, sanções são medidas restritivas ou coercitivas adotadas como parte de sua Política Externa e de Segurança Comum, com o objetivo de impor custos a indivíduos, entidades ou países responsáveis por ações que ameacem a paz, a segurança internacional ou os valores fundamentais da UE (Conselho Europeu, 2025c). As sanções da UE devem respeitar o direito internacional e garantir que seus impactos sejam direcionados apenas aos responsáveis pelas ações condenáveis, minimizando efeitos sobre a população civil (Conselho Europeu, 2025c).

É importante ressaltar que as sanções não são um fenômeno homogêneo, tampouco isento de controvérsias. A literatura em geral sugere que sanções podem ser eficazes em alguns contextos, mas seu sucesso depende de fatores estruturais, especialmente fatores políticos e econômicos (Drezner, 2015; Peksen, 2019). Seu uso levanta debates sobre legalidade, legitimidade e eficácia, sobretudo em contextos de unilateralismo ou de impactos humanitários severos (Cortright & Lopez, 2002; Gordon, 2010). Instituições como a ONU e a UE destacam o aspecto legítimo e normativo das sanções. Reconhecidamente, essas organizações enfatizam a importância de alinhar as sanções ao direito internacional e aos princípios humanitários.

A literatura classifica as sanções internacionais em diferentes categorias, com base em sua funcionalidade, seu alcance, seu objetivo e seus atores. Em relação a funcionalidade, as sanções podem ser categorizadas com base em sua natureza (Cortright & Lopez, 2000; Biersteker, 2016; Peksen, 2019):

- a) **Sanções Econômicas:** restrições comerciais e tarifárias, embargos e bloqueios de investimentos estrangeiros. Exemplos incluem as sanções dos EUA contra Cuba desde 1962 e o embargo da ONU contra o Iraque nos anos 1990. As sanções econômicas visam desestabilizar a economia do alvo para forçá-lo a mudar seu comportamento (Hufbauer et al., 2007).
- b) **Sanções Financeiras:** congelamento de ativos, restrições ao acesso a mercados internacionais e exclusão de sistemas bancários, como a remoção de bancos russos do sistema SWIFT após a invasão da Ucrânia (Moret, 2022).

- c) **Sanções Diplomáticas:** suspensão de relações diplomáticas, expulsão de diplomatas e restrição de participação em organizações internacionais, como a exclusão da Rússia do Conselho da Europa em 2022 (Chryssogelos, 2022).
- d) **Sanções Militares:** embargos de armas, restrição ao fornecimento de equipamentos de defesa e proibição de assistência militar, como as sanções da ONU contra o Irã para limitar seu programa nuclear (Brzoska, 2001; Marten, 2002).
- e) **Sanções Individuais e Coletivas:** aplicadas contra líderes políticos, empresários e figuras de influência, incluindo proibições de viagem e congelamento de bens, como as impostas contra oligarcas e líderes russos após a invasão da Ucrânia (Russell, 2022; Connolly, 2023).
- f) **Sanções Culturais e Esportivas:** exclusão de eventos esportivos, científicos e culturais como forma de isolamento simbólico (Goretti, 2022).
- g) **Sanções de Mídia e Transmissão de Informações:** representam uma vertente específica das medidas restritivas internacionais, voltadas a limitar a capacidade de Estados, empresas ou indivíduos de difundir conteúdos considerados como propaganda, desinformação ou incitação à violência (Baldini, 2022). Essas medidas são justificadas como instrumentos de proteção da integridade informacional e da segurança nacional, especialmente em contextos de guerra (Baldini, 2022).
- h) **Sanções tecnológicas:** um dos instrumentos mais relevantes na política internacional contemporânea, pois visam restringir o acesso de Estados ou empresas a bens, softwares e componentes estratégicos, como semicondutores, equipamentos de telecomunicações e tecnologias de uso dual, civil e militar (Farrell & Newman, 2023).
- i) **Sanções no setor de transportes:** visam restringir a mobilidade de bens, serviços e pessoas associadas a Estados ou entidades alvo de medidas restritivas. Essas sanções podem incluir a proibição de acesso a portos e aeroportos, restrições ao tráfego aéreo e marítimo, além da suspensão de licenças de transporte internacional (Eriksson, 2022).
- j) **Sanções Jurídicas:** na esfera do direito internacional configuram-se como instrumentos normativos e coercitivos aplicados por organizações internacionais ou por Estados, visando compelir o cumprimento de obrigações legais ou a cessação de condutas ilícitas (Schrijver, 2015). Diferenciam-se das

sanções meramente políticas ou econômicas por derivarem de dispositivos normativos previstos em tratados, resoluções ou costumes internacionais, possuindo respaldo jurídico formal.

Segundo Cassese (2005), o caráter jurídico dessas sanções decorre de sua previsão explícita em regimes normativos obrigatórios e de sua aplicação segundo procedimentos institucionalizados. Schrijver (2015) destaca que, no contexto contemporâneo, as sanções jurídicas evoluíram para incluir mecanismos de “sanções inteligentes” que visam atingir diretamente indivíduos, empresas ou setores específicos, reduzindo o impacto humanitário e reforçando a legitimidade do instrumento. Dessa forma, as sanções jurídicas internacionais constituem não apenas instrumentos de pressão política, mas também mecanismos de cumprimento e reforço da ordem jurídica internacional.

Quanto ao alcance, as sanções podem ser abrangentes (*comprehensive sanctions*) ou direcionadas (*target/smart sanctions*). As sanções abrangentes atingem setores inteiros da economia de um país, como comércio, finanças, petróleo ou transporte e podem causar danos à população civil (Cortright & Lopez, 2002; Hufbauer et al., 2007). As sanções direcionadas enfatizam indivíduos, empresas, setores específicos ou produtos estratégicos, com o objetivo de minimizar danos humanitários e maximizar pressão política (Portela, 2010; Dreyer & Luengo-Castillo, 2021).

Referente aos objetivos estratégicos, as sanções podem ser classificadas na literatura em punitivas, preventivas ou persuasivas. As sanções punitivas têm o objetivo de punir comportamentos considerados ilegais ou imorais pelo direito internacional (Pape, 1997). As sanções preventivas ou dissuasivas visam impedir ações futuras, como proliferação nuclear ou agressão militar (De Wet, 2004; Portela, 2010). As sanções persuasivas ou transformadoras (*positive sanctions, engagement strategies* ou *transformative sanctions*) objetivam induzir mudança de comportamento político interno, como reformas democráticas ou respeito aos direitos humanos, visando mudanças institucionais ou comportamentais profundas (Baldwin, 1971; Haass & O’Sullivan, 2000).

Além disso, as sanções transformadoras referem-se a medidas que visam influenciar o comportamento de um Estado ou ator, não por meio da punição, mas por meio de incentivos ou recompensas, buscando promover mudanças estruturais ou incentivar reformas (Baldwin, 1971). Sanções transformadoras também podem ser chamadas de sanções positivas que envolvem incentivos econômicos ou políticos

para promover mudanças de comportamento, em contraste com sanções negativas que impõem custos (Haass & O'Sullivan, 2000; Nincic, 2011).

Com base nos objetivos estratégicos das sanções, Giumelli (2011) propõe outra tipologia, classificando-as em três categorias principais:

- 1) **Sanções Coercitivas:** Buscam forçar o alvo a modificar seu comportamento; por exemplo, interrompendo uma agressão militar ou cumprindo obrigações internacionais, como o embargo econômico da ONU contra o Iraque na década de 1990 na tentativa do desmantelamento do programa de armas de destruição em massa iraquiano. Nesse contexto, o embargo da ONU contra o Iraque na década de 1990 foi uma série de sanções econômicas e comerciais impostas ao país após sua invasão do Kuwait em agosto de 1990. Essas sanções foram estabelecidas por meio de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, principalmente a Resolução 661, que visava pressionar o Iraque a se retirar do Kuwait e a cumprir com as exigências internacionais de desinstalação de seu programa de armas de destruição em massa (ONU, 1990).
- 2) **Sanções Constrangedoras:** Visam aumentar os custos de determinadas ações, sem necessariamente exigir uma reversão completa de comportamento. Por exemplo, as sanções contra a Rússia após a anexação da Crimeia em 2014 que serviram para limitar a influência de Moscou na região, sem exigir sua retirada imediata (Drezner, 2015).
- 3) **Sanções Simbólicas:** Têm o objetivo de sinalizar reprevação internacional, sem necessariamente promover um impacto econômico significativo. Um exemplo são as sanções diplomáticas contra a Bielorrússia após eleições contestadas em 2020 (Charron & Portela, 2021).

Na função coercitiva, a sanção pode impor custos ao alvo; sendo constrangedora, pode limitar a capacidade de ação; e, sinalizadora, ao transmitir mensagens normativas à comunidade internacional (Giumelli, 2011). Essa abordagem é particularmente relevante quando se observa o uso das sanções pela UE, cujas ações muitas vezes combinam objetivos políticos com imperativos normativos e estratégicos (Portela, 2010). As sanções também devem ser diferenciadas de outros instrumentos de pressão internacional, como a diplomacia coercitiva e o uso da força. Embora todas essas ferramentas compartilhem o objetivo de modificar o comportamento do adversário, as sanções caracterizam-se por serem medidas predominantemente não

militares e, em muitos casos, por influenciarem as relações econômicas entre os atores.

No que concerne aos atores que impõem as medidas restritivas, as sanções podem ser unilaterais, multilaterais ou por coalizão (Hufbauer et al., 2007). As sanções unilaterais são impostas por um único Estado, como os embargos comerciais dos Estados Unidos a Cuba (Cortright & Lopez, 2000). As sanções multilaterais são aquelas impostas por organizações internacionais como a ONU ou a UE (Cortright & Lopez, 2000). Por fim, as sanções coletivas *ad hoc* promovidas por coalizões de Estados, fora de um quadro institucional formal, como as sanções do G7 contra a Rússia (Cortright & Lopez, 2000; Portela, 2010).

Tomaremos como base a definição de sanções indicada pela UE, como mecanismo fundamental na aplicação de sanções contra a Rússia, objeto de estudo da pesquisa. A próxima seção analisará a teoria da coerção econômica, principal arcabouço teórico para compreender o alcance dessas medidas.

1.2 Teoria da coerção econômica

A teoria do constrangimento econômico ou da coerção econômica (*Economic Coercion Theory*) explica como Estados utilizam instrumentos econômicos, como sanções, embargos e restrições comerciais, para forçar mudanças no comportamento de outros Estados sem recorrer ao uso direto da força militar (Drezner, 2003). Nesse sentido, a teoria se estrutura na premissa de que é possível converter poderio econômico em influência política, impondo custos suficientes a um Estado-alvo para forçá-lo a rever comportamentos considerados inaceitáveis. Trata-se de uma abordagem essencial para avaliar as sanções impostas pela UE à Rússia em 2022, caso em que o bloco pretendeu, por meio de medidas coercitivas, alterar a estratégia de guerra de Moscou na Ucrânia.

1.2.1 Quadro conceitual

O conceito teórico do constrangimento econômico pode ser explicado dentro da literatura de Economia Política Internacional e Relações Internacionais. A teoria da coerção econômica parte da lógica da racionalidade estratégica: o Estado alvo reage a custos impostos de modo a minimizar perdas, pressupõe que há uma relação entre poder econômico e poder político e enfatiza a pressão material como substituto da guerra ou da intervenção direta (Baldwin, 1985, 2000; Hufbauer, 2007; Pape, 1997;

Drezner, 2003, 2011, 2015). O principal componente dessa teoria inclui o constrangimento ou a coerção como alternativa à força militar. Autores como Baldwin (1985) e Pape (1997) argumentam que o constrangimento econômico funciona como uma forma de “guerra econômica”, onde sanções e outras medidas restritivas substituem ou complementam o uso da força militar. A ideia central é que, ao infligir custos econômicos significativos ao Estado-alvo, esse seja forçado a reconsiderar suas políticas. Para que o constrangimento econômico seja eficaz, ele deve atender a três condições principais (Baldwin, 1985; Drezner, 2003):

- a. Vulnerabilidade do Alvo: O país sancionado deve ser dependente do comércio ou financiamento externo para que as sanções tenham impacto.
- b. Danos Econômicos Significativos: As medidas restritivas devem ser severas o suficiente para criar dificuldades econômicas que gerem pressão interna no governo-alvo.
- c. Credibilidade e Consistência: Os sancionadores devem demonstrar comprometimento com as sanções, garantindo que elas não sejam facilmente contornadas ou relaxadas sem mudanças de comportamento.

Baldwin (1985) usou o termo *economic statecraft* ao demonstrar que instrumentos econômicos se equiparam, em eficácia potencial, à diplomacia e ao uso da força. Para Baldwin (1985), a coerção econômica compreende tanto a imposição de perdas (coerção) quanto a oferta de benefícios (indução). O ponto de partida é a suposição racional dos atores: governos calculam custos e benefícios; logo, se as perdas provocadas por sanções superarem as vantagens de manter o comportamento indesejado, a mudança tenderá a ocorrer. Segundo Baldwin (1985), a coerção econômica seria a utilização deliberada de recursos econômicos como instrumento de persuasão ou dissuasão. Para o autor, as sanções econômicas, embargos, tarifas, restrições comerciais e cortes de ajuda externa são exemplos de mecanismos de coerção econômica.

Drezner (1999) complementa essa perspectiva ao afirmar que a coerção econômica envolve um jogo de expectativas: o Estado sancionador sinaliza que, caso o alvo não altere seu comportamento, enfrentará custos adicionais, enquanto o cumprimento das exigências pode levar a redução das medidas impostas. Para o autor, essa lógica implica um equilíbrio entre credibilidade e capacidade de impor custos, sendo que falhas em qualquer uma dessas dimensões reduzem significativamente a eficácia das sanções (Drezner, 1999). Nesse sentido, ele

contribuiu para a teoria da coerção ao mostrar que a eficácia das sanções depende da estrutura do sistema internacional e da relação entre o alvo e seus aliados econômicos; além de afirmar que os custos políticos da sanção para quem aplica também influenciam a persistência e eficácia do regime sancionatório (Drezner, 2003).

Na obra de Hufbauer et al. (2007), os autores forneceram uma estrutura teórica para entender a eficácia e as condições sob as quais as sanções são bem sucedidas, em seu banco de dados de mais de cem episódios de sanções (1914-2000), operacionalizaram esse raciocínio em quatro condições de sucesso: (i) vulnerabilidade econômica do alvo; (ii) objetivos específicos e bem definidos; (iii) amplo apoio internacional, que reduz brechas de evasão; e (iv) curto prazo de aplicação, antes que o alvo se adapte ou encontre patrocinadores. Eles defendem que a coerção depende, antes de tudo, da capacidade de infligir custos rápidos e substanciais - bloqueios comerciais, congelamento de reservas, retenção de tecnologias críticas etc. - que atinjam as elites mais do que populações civis (Hufbauer et al., 2007), pois são as elites que detêm a autonomia para mudar políticas. Para eles, as sanções são bem-sucedidas quando impõem custos suficientemente altos que alteram o cálculo racional do alvo (Hufbauer et al., 2007).

A literatura distingue duas dimensões centrais da coerção econômica: a capacidade de causar impacto econômico e a capacidade de influenciar decisões políticas (Pape, 1997). Essa diferenciação é relevante porque nem todo impacto econômico gera pressão suficiente sobre as elites ou sobre a população para forçar mudanças de comportamento. De acordo com Morgan et al. (2014), o sucesso da coerção econômica depende de fatores como:

- a. Grau de interdependência econômica entre sancionador e sancionado;
- b. Existência de aliados dispostos a apoiar ou a driblar as sanções;
- c. Estrutura do regime político do Estado alvo;
- d. Objetivos específicos da política externa do Estado sancionador.

Esses elementos ajudam a explicar por que muitas sanções não alcançam seus objetivos declarados. Em síntese, os fundamentos conceituais da teoria da coerção econômica partem da premissa de que a imposição de custos econômicos pode induzir mudanças políticas. Contudo, a literatura aponta limitações significativas, especialmente quando os custos são internalizados pelo regime alvo ou quando o Estado sancionador não consegue coordenar esforços internacionais para fazer cumprir as medidas impostas.

O desenvolvimento das sanções inteligentes representa, portanto, uma tentativa de aprimorar a coerção econômica, preservando seu caráter seletivo e maximizando a pressão sobre os verdadeiros tomadores de decisão. A teoria das sanções inteligentes (*Smart Sanctions Theory*) defende o uso de sanções que mirem diretamente nos líderes políticos, empresas estratégicas e setores específicos, reduzindo o impacto sobre a população civil (Drezner, 1999).

A teoria das sanções inteligentes surge como uma resposta às críticas sistemáticas dirigidas às sanções econômicas abrangentes, especialmente aquelas destacadas por autores como Pape (1997) e Baldwin (2000), que questionaram a eficácia e a legitimidade moral das sanções generalizadas. A proposta das sanções inteligentes é reconfigurar o instrumento sancionador para que ele seja mais seletivo, focalizado e menos danoso às populações civis, buscando, paralelamente, maior eficiência na obtenção dos objetivos políticos pretendidos (Portela, 2010).

As sanções inteligentes foram concebidas no contexto do pós-Guerra Fria, quando sanções generalizadas aplicadas ao Iraque nos anos 1990 resultaram em severas crises humanitárias sem, contudo, alcançarem seus objetivos políticos. Diante desse cenário, formuladores de políticas internacionais e estudiosos passaram a advogar por mecanismos mais seletivos, capazes de penalizar elites políticas e setores estratégicos diretamente envolvidos nas violações internacionais, evitando maiores danos à população (Tostensen & Bull, 2002).

Segundo Drezner (2011), as sanções inteligentes são uma tentativa de tornar a coerção econômica mais eficaz por meio da racionalização dos alvos e da personalização das medidas. Isso inclui, por exemplo, o congelamento de ativos de indivíduos específicos, proibição de viagens para líderes políticos ou empresários estratégicos, embargo de armamentos e restrições tecnológicas altamente especializadas. Trata-se, assim, de refinar o instrumento coercitivo de forma a aumentar os custos para os tomadores de decisão, minimizando, ao mesmo tempo, os custos à população civil (Gordon, 2011). As sanções inteligentes representam um avanço ético e operacional em relação às sanções tradicionais, mas sua eficácia política e capacidade de evitar danos civis ainda são limitados (Nikitina et al., 2024).

Portela (2014) argumenta que a lógica subjacente às sanções inteligentes ainda é coerente com os princípios da teoria da coerção econômica, mas opera com maior sofisticação e sensibilidade institucional. Em outras palavras, busca-se manter a capacidade de imposição de custos, que é central à lógica coercitiva, mas por meios

mais cirúrgicos e com melhor aceitação internacional. A proposta é aumentar o “sinal coercitivo” da medida sem desencadear reações internacionais negativas ou efeitos adversos sobre o bem-estar de civis.

Entretanto, a literatura também evidencia limitações das sanções inteligentes. Brunnermeier e Sneed (2019) destacam que, embora sejam mais precisas, essas medidas continuam enfrentando problemas estruturais semelhantes aos das sanções abrangentes, como evasão por meio de mercados paralelos, cooperação com diferentes atores e resistência das elites políticas. Além disso, a eficácia das sanções inteligentes depende fortemente da qualidade das informações disponíveis para a designação dos alvos corretos e da capacidade de monitoramento internacional; fatores nem sempre garantidos pelo grupo sancionador (Gordon, 2011).

A relação entre a teoria das sanções inteligentes e a teoria da coerção econômica é, portanto, de continuidade crítica. Enquanto a coerção econômica tradicional, conforme delineada por autores como Baldwin (1985), parte da lógica de imposição de custos econômicos amplos para alterar o comportamento estatal, a teoria das sanções inteligentes representa uma tentativa de aperfeiçoar esse instrumento, aumentando sua seletividade e eficácia. No entanto, como apontou Giumelli (2011), ambas compartilham o mesmo desafio em sua base: transformar pressão econômica em mudança política concreta.

Com isso, embora as sanções inteligentes tenham se consolidado como a principal abordagem normativa e operacional nos regimes sancionatórios contemporâneos, especialmente no âmbito da UE, elas não superaram completamente os dilemas centrais identificados pela teoria da coerção econômica. Pode-se considerar que a teoria da coerção econômica e a teoria das sanções inteligentes são teorias complementares que coordenam também mecanismos complementares de pressão ao alvo. Apontaremos na próxima seção as variáveis de eficácia identificadas pela teoria da coerção econômica.

1.2.2 Variáveis de eficácia da coerção econômica

De acordo com a teoria da coerção econômica, para que as medidas coercitivas tenham êxito, uma série de variáveis condicionam sua eficácia (Baldwin, 1985; Drezner, 1999). A coerção econômica exige objetivos políticos bem definidos e factíveis, no qual o país alvo pode avaliar com mais precisão os custos e benefícios da concessão (Baldwin, 1985). Objetivamente, apresenta-se as variáveis de eficácia

da coerção econômica identificadas na pesquisa, que perpassa a literatura de diferentes autores:

- a. **Objetivo político claro.** A coerção econômica é mais eficaz quando os objetivos são bem definidos, específicos e razoáveis (Baldwin, 1985; Drezner, 1999; De Villa, 2022).
- b. **Magnitude do custo imposto ao alvo.** Sanções funcionam melhor quando impõem custos econômicos significativos e sustentáveis ao país alvo (Hufbauer et al., 2007; Papadopoulos, 2022; Morgenstern, 2023).
- c. **Capacidade de resistir a custos internos.** A eficácia diminui quando o país sancionado está disposto a absorver os custos por razões políticas, ideológicas ou nacionalistas. (Kirshner, 1997; Grau, 2023).
- d. **Unidade e credibilidade do bloco sancionador.** A coerência entre os Estados que impõem sanções aumenta o impacto ao sancionado, enquanto fissuras nas decisões reduzem a eficácia (Portela, 2010; Borgeas & Swift, 2020; Vines, 2023).
- e. **Tempo de duração e persistência da medida.** Sanções de curto prazo tendem a ser menos eficazes; é necessário pressionar e intensificar as sanções ao longo do tempo (Tostensen & Bull, 2002; Drezner, 2003).
- f. **Capacidade de monitoramento e controle de sanções.** A aplicação eficaz depende da capacidade de impedir evasões, contornar brechas e fiscalizar transações internacionais (Cortright & Lopez, 2000; Kruetz, 2015; Earl, 2021).
- g. **Flexibilidade e possibilidade de escalonamento.** Sanções com níveis graduais de pressão permitem ajustes conforme a reação do país alvo (Galtung, 1967; Hafner-Burton et al., 2012).
- h. **Alinhamento com ações diplomáticas ou militares.** A coerção econômica pode ser mais eficaz quando coordenada com diplomacia ou algum nível de ameaça de uso da força. (Baldwin, 1985; Pape, 1997; Drezner, 1999).
- i. **Percepção interna do governo alvo.** A eficácia depende da forma como as lideranças internas interpretam a pressão externa e a relação custo-benefício da concessão. (Pape, 1997; Grau, 2023).
- j. **Impacto nas elites e grupos de interesse.** Quando as sanções afetam setores influentes, como oligarquias ou empresas estratégicas, aumentam as chances de mudança de comportamento estatal (Tostensen & Bull, 2002; Portela, 2010; Kazhdan, 2022).

k. **Comunicação estratégica e sinalização da intenção.** Abertura ao diálogo e clareza da mensagem enviada ao país alvo sobre o que precisa ser feito para encerrar as sanções é central para sua efetividade (Baldwin, 1985; Smith, 1998; Drezner, 1999).

A aplicação dessas variáveis permite avaliar de forma mais rigorosa os casos de sanções econômicas. No contexto da guerra da Ucrânia, a análise reunida à teoria da coerção econômica deve levar em conta os fatores identificados. A eficácia não depende apenas da imposição de custos como as sanções, mas de como esses custos se traduzem em pressão política real e, eventualmente, em concessões por parte da Rússia.

A coerência do bloco sancionador amplia a eficácia da medida, evitando brechas e sinalizando credibilidade (Portela, 2010). No caso da UE, a clareza das exigências feitas à Rússia, como a retirada de tropas da Ucrânia e o respeito à integridade territorial ucraniana, são elementos cruciais para a coerência estratégica da política sancionatória.

Contudo, a resistência do Estado alvo em ceder a tais custos limita o efeito das sanções. Como destaca Pape (1997), sanções podem ser frequentemente ineficazes quando confrontam regimes autoritários dispostos a suportar determinadas perdas para manter objetivos maiores. Nesse aspecto, a persistência do governo russo na manutenção da guerra tem sido significativa até os dias atuais e tal fenômeno promoveu o aumento das medidas coercitivas que serão avaliadas na pesquisa. Na próxima seção, a pesquisa fornece uma investigação das críticas estruturais da teoria da coerção.

1.2.3 Críticas estruturais da teoria da coerção econômica

Pape (1997), em *Why economic sanctions do not work*, desafiou a visão tradicional de que as sanções são instrumentos eficazes, argumentando que, na maioria dos casos, os sucessos atribuídos às sanções podem ser explicados por outros fatores, como a ameaça do uso da força militar ou a negociação diplomática.

A principal crítica de Pape (1997) é de que a coerção econômica feita através das sanções implicaria altos custos políticos internos e custos econômicos de difícil concessão, o que ocasionaria oposição popular significativa ao governo vigente. Nessa perspectiva da coerção econômica, segundo Pape (1997), o impacto das sanções seria limitado. Ele sustenta que, muitas vezes, os governos sob sanção

preferem resistir a ceder, mesmo diante de custos econômicos severos, pois a concessão poderia sinalizar fraqueza e gerar instabilidade doméstica (Pape, 1997). Além disso, em regimes autoritários, o impacto das sanções tende a ser amortecido pela repressão estatal e pelo controle das narrativas internas, o que reduz a pressão social por mudança de política.

Outros autores reforçaram as críticas. Baldwin (2000) argumenta que a eficácia das sanções não pode ser avaliada apenas por seus resultados imediatos, mas deve ser compreendida em um contexto mais amplo de barganha política e interdependência internacional. Segundo o autor, a coerção econômica frequentemente falha porque os custos impostos ao país-alvo não superam os benefícios esperados da resistência, sobretudo quando há acesso a mercados alternativos ou apoio de aliados estratégicos (Baldwin, 2000).

Gartzke e Jong (2005) também contribuem para a crítica estrutural da teoria, destacando que sanções podem ter efeitos contrários ao desejado, reforçando o nacionalismo ou provocando uma “sindicalização” das elites em torno do governo sancionado. Esses efeitos tornam-se especialmente problemáticos em contextos de conflito armado, nos quais a soberania nacional é colocada como valor supremo, justificando a manutenção de políticas mesmo sob forte pressão externa.

Barber (1979) já alertava que sanções econômicas são instrumentos de eficácia limitada quando aplicadas a regimes ideologicamente motivados ou dotados de estruturas políticas capazes de absorver custos elevados. Esse argumento é resgatado por Portela (2010), ao analisar a aplicação de sanções pela UE. A autora demonstra que, mesmo em casos de sanções inteligentes, o impacto real depende de fatores como a coesão da coalizão sancionadora, o grau de dependência econômica do país-alvo e as redes de evasão disponíveis (Portela, 2010).

Em linha semelhante, Allen (2008) indica que, embora sanções econômicas possam ser eficientes na sinalização de descontentamento internacional e na demonstração de coesão entre aliados, elas raramente alcançam os objetivos políticos declarados. Allen (2008) sustenta que as sanções tendem a ser mais simbólicas do que transformadoras, funcionando como mecanismo de posicionamento moral e diplomático, mas com baixa capacidade de modificação real de comportamento.

Adicionalmente, a crítica estrutural também aponta para a assimetria no impacto da coerção econômica: enquanto setores específicos da economia sofrem

diretamente, elites políticas frequentemente conseguem se proteger ou até mesmo lucrar com o redesenho das cadeias de valor internas. Segundo LO (2022), no contexto após anexação da Crimeia em 2014, as sanções contra a Rússia já impulsionavam processos de substituição de importações e nacionalização de setores estratégicos, permitindo que o governo fosse capaz de consolidar gradualmente seu controle sobre a economia nacional.

Por fim, Kirshner (1997) observou que o efeito coercitivo das sanções econômicas pode ser comprometido quando o país-alvo interpreta a medida como parte de uma política mais ampla de isolamento ou mudança de regime, reduzindo os incentivos à negociação. Em tais contextos, as sanções deixam de ser vistas como instrumentos de barganha e passam a ser percebidas como ameaças existenciais, o que tende a endurecer ainda mais a postura dos governos sancionados.

Dessa forma, a literatura crítica da teoria da coerção econômica destaca que, para além da simples imposição de custos materiais, a eficácia das sanções está condicionada a diversos fatores como a racionalidade estratégica dos governos e a estrutura de poder doméstica que podem ser mobilizadas em torno da narrativa da resistência à coerção externa. Com isso, apresentaremos na última seção deste capítulo a visão russa sobre as medidas coercitivas.

1.3 Estado da arte: a perspectiva russa das sanções

A visão russa sobre as sanções internacionais apresenta-se como uma contraposição marcante ao discurso ocidental hegemônico. Particularmente após a anexação da Crimeia em 2014 e, com mais intensidade, após o início da guerra na Ucrânia em 2022 que desencadeou um novo ciclo de medidas restritivas por parte dos EUA, da UE e de países aliados. Acadêmicos e analistas do governo russo têm contribuído para a construção de uma abordagem crítica sobre o uso das sanções, enquadrando-as como instrumentos de coerção política e econômica ocidentais utilizados de forma seletiva para proteger seus próprios interesses estratégicos e geopolíticos (Kuznetsov, 2020; Istomin, 2020; Nikitina, 2021).

Para autores como Sushentsov (2018), especialista em política externa russa, as sanções são vistas não apenas como medidas econômicas, mas como parte de uma estratégia mais ampla de contenção e isolamento político da Rússia. Sushentsov (2018) argumenta que o Ocidente utiliza as sanções, configurando o que ele chama de “guerra híbrida econômica” contra países que desafiam a hegemonia liberal

internacional. Segundo Sushentsov (2018), a guerra híbrida econômica refere-se ao uso coordenado de sanções econômicas, restrições comerciais, congelamento de ativos e outros instrumentos financeiros como forma de coerção contra Estados adversários, sem recorrer ao uso direto da força militar. Desse modo, a guerra híbrida econômica seria a continuação da política por outros meios (financeiros, tecnológicos e regulatórios) empregados contra atores que desafiam a ordem liberal internacional (Sushentsov, 2018). Essa prática, segundo ele, faz parte de uma estratégia ampla do Ocidente para conter e isolar a Rússia no sistema internacional (Sushentsov, 2018).

Essa visão é compartilhada por Dmitry Trenin, ex-diretor do *Carnegie Moscow Center*. Trenin (2019) observou que o regime de sanções se tornou, na prática, um substituto para diplomacia internacional e para o multilateralismo baseado em normas. De acordo com Trenin (2019), o aumento das sanções unilaterais e a marginalização de instituições como o CSNU refletem uma mudança no sistema internacional, marcada por uma crescente fragmentação e por uma intensificação das disputas geopolíticas. Além disso, Trenin (2019) considera as sanções um reflexo do colapso das normas do multilateralismo e do retorno de práticas punitivas unilaterais, com objetivos estratégicos mais amplos do que apenas a mudança de comportamento do Estado sancionado.

Segundo Igor Istomin (2020), professor do MGIMO (*Moscow State Institute of International Relations*), as sanções, sobretudo as impostas pelo CSNU, são vistas por Moscou como ilegítimas e como forma de pressão externa que visa comprometer a soberania de Estados considerados “não alinhados” com os interesses euro-atlânticos. Ele argumenta que, enquanto o discurso ocidental enxerga as sanções como ferramentas legítimas da política internacional, a visão russa tende a interpretá-las como manifestações de um sistema internacional injusto e assimétrico, onde os centros de poder aplicam punições com base em critérios políticos e seletivos (Istomin, 2020).

Autores como Yulia Nikitina também destacam a ambiguidade legal e política das sanções e seu impacto desestabilizador. De acordo com ela, as sanções não apenas agravam tensões geopolíticas, mas também promovem a fragmentação de instituições multilaterais e minam mecanismos de cooperação com a Rússia (Nikitina, 2021). Em seus estudos sobre segurança euroasiática, a autora afirma que as sanções têm sido utilizadas como instrumento de fragmentação da ordem internacional, afastando países como a Rússia de mecanismos de governança global

com as tentativas de bloquear centros de poder alternativos como o BRICS ou a Organização para Cooperação de Xangai (Nikitina, 2021). Ela destaca que esse processo é interpretado internamente como tentativa de “desestabilizar” o modelo de desenvolvimento nacional da Rússia, o que leva o país a reforçar mecanismos de resistência estratégica, incluindo políticas de substituição de importações e parcerias econômicas alternativas (Nikitina, 2021).

Na literatura russa contemporânea, há ainda autores como Sergey Karaganov, conselheiro de política externa do Kremlin, que sustenta a ideia de que as sanções fazem parte de um novo tipo de guerra política. Para Karaganov (2022), trata-se de uma forma de coerção ideológica disfarçada de legalismo internacional, que busca conter o desenvolvimento de polos alternativos de poder global, como a Rússia e a China. Essas sanções seriam parte de uma estratégia de guerra híbrida, com o objetivo de restringir sua autonomia tecnológica, prejudicar sua inserção em mercados globais e minar a soberania russa através de restrições seletivas e extraterritoriais (Karaganov, 2022). Essa concepção também aparece em publicações da Academia Russa de Ciências, que frequentemente descrevem as sanções ocidentais como instrumentos neocoloniais aplicados de maneira extraterritorial, violando princípios do direito internacional e da soberania do Estado russo (*Russian Academy of Sciences*, 2023).

Do ponto de vista institucional, a Academia Russa de Ciências frequentemente emite relatórios que classificam as sanções como manifestações de neocolonialismo ocidental. Documentos publicados por entidades de pesquisa russa sustentam que as sanções impõem custos desproporcionais aos países visados, violam o princípio de soberania nacional e criam efeitos colaterais que afetam populações civis e cadeias econômicas globais (*Russian Academy of Sciences*, 2023; RCISS, 2023).

Além disso, o discurso oficial do governo russo reforça essa narrativa. Desde 2022, o Kremlin passou a caracterizar as sanções impostas pela UE e EUA como “atos hostis”, que teriam como objetivo provocar o colapso econômico interno e fomentar instabilidade política (Peskov, 2022). Em diversas declarações públicas, o presidente Vladimir Putin classificou as sanções como “instrumentos de guerra” e afirmou que a Rússia tem capacidade de se adaptar, fortalecer sua economia e ampliar seus laços com países do Sul Global como forma de resistência (Putin, 2023). Putin e a mídia estatal russa frequentemente descrevem as sanções da UE como resultado de decisões equivocadas do Ocidente, alegando que elas dividem os

próprios países europeus e criam oportunidades para a Rússia explorar essas divisões (Patene & Drury, 2018).

O jornalista russo Fiódor Lukyanov, editor da revista *Russia in Global Affairs*, reforça essa visão crítica. Lukyanov (2023) argumenta que as sanções se tornaram parte de uma “nova lógica de confrontação internacional”, onde o objetivo principal não é apenas punir, mas redefinir o equilíbrio de poder global. Para Lukyanov (2023), a resposta russa tem sido estratégica e resiliente, priorizando o desenvolvimento de uma “autonomia econômica” e de novas rotas comerciais com países da Ásia, América Latina e África. O jornalista também aponta para a dimensão estratégica das sanções, considerando-as um prolongamento da política externa ocidental por meios não militares para afetar a Rússia (Lukyanov, 2022). Nesse sentido, as sanções se tornaram uma ferramenta simbólica e repetitiva, cuja eficácia real sobre o comportamento russo é limitada, mas cujo valor político para o Ocidente reside em sua função de sinalização e coerção moral (Lukyanov, 2022).

De acordo com a *Russian Academy of Sciences* (2022), as sanções ocidentais têm tido efeitos econômicos significativos, mas não foram capazes de alterar decisões estratégicas do governo russo. A produção acadêmica russa tende a enfatizar a natureza política, seletiva e estratégica das sanções (Istomin, 2020; Nikitina, 2021; Karaganov, 2022), em contraposição à literatura ocidental, que costuma tratá-las como componentes legítimos da política internacional em resposta a violações normativas (Cortright & Lopez, 2000; Hufbauer et al., 2007).

A resposta estratégica da Rússia tem sido documentada como um esforço multisectorial de adaptação e resistência. Políticas de substituição de importações, estímulo à produção nacional, reorientação comercial para o Leste e aprofundamento de laços econômicos com a China, Índia, Irã e Turquia são exemplos de ações que visam reduzir a vulnerabilidade às sanções ocidentais. Em relatório publicado em 2023, o Centro Russo de Estudos Estratégicos Internacionais destacou que tais medidas compõem o que denomina “doutrina de soberania econômica”, voltada à criação de mecanismos autônomos de desenvolvimento frente à pressão internacional (RCIIS, 2023).

Como demonstrado, a literatura acadêmica ocidental contrasta com a perspectiva russa. Como citado anteriormente, autores com Cortright & Lopez (2000) e Hufbauer et al. (2007) destacaram a legitimidade das sanções como ferramenta diplomática, especialmente associadas a objetivos normativos e direcionados. No que

concerne à visão russa, esta privilegia uma leitura geopolítica e estratégica, baseada em percepções de que as sanções são ameaças à soberania do Estado. Desse modo, a literatura russa versa, sobretudo, sobre a resposta estratégica do Estado frente às sanções, que inclui políticas de autoproteção, como a substituição de importações, a diversificação de mercados e o fortalecimento de alianças estratégicas (Sushentsov, 2018; Istomin, 2020; Nikitina, 2021). A partir desse mapeamento direcionado da revisão da literatura, do marco teórico e da perspectiva russa das sanções, o próximo capítulo se dedicará ao Estudo de caso da tese.

CAPÍTULO 2 ESTUDO DE CASO DAS SANÇÕES DA UE CONTRA A RÚSSIA

No capítulo 2, faremos o estudo das medidas coercitivas a partir da descrição das sanções, apresentando o desencadeamento de cada pacote de sanções conferido à Rússia em 2022. Além disso, separamos as sanções em duas fases, do 1º ao 5º e do 6º ao 9º pacote de medidas, para facilitar a análise e a interpretação dos resultados. Essa divisão possibilita estabelecer o quadro geral do desenho de pesquisa direcionado e objetivo em diferentes momentos do ano de início da guerra na Ucrânia. Desse modo, realiza-se o Estudo de caso dos 9 pacotes de sanções e, posteriormente, os efeitos das medidas coercitivas contra a Rússia.

2.1 Primeira fase: 1º ao 5º pacote de sanções com foco em finanças, meios de comunicação e comércio (fevereiro–abril de 2022)

Desde março de 2014, a UE vem impondo progressivamente medidas restritivas contra a Rússia, como resposta à anexação ilegal da Crimeia e de Sebastopol e à desestabilização da Ucrânia (Comissão Europeia, 2022a). Quando o presidente russo, Vladimir Putin, ordenou a entrada de até 200.000 soldados na Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022, o seu objetivo era invadir a capital, Kiev, em poucos dias derrubar o governo pró-Ocidente e devolver a Ucrânia à esfera de influência da Rússia (Kirby, 2025). Desse objetivo inicial Putin falhou, mas deu continuidade ao avanço das tropas russas no território ucraniano. O Conselho Europeu emitiu decisões de impor sanções em relação ao avanço de tropas russas na Ucrânia dias antes, orientando que medidas restritivas mais rígidas seriam tomadas pela UE e países parceiros.

Em 19 de fevereiro de 2022, o alto representante emitiu uma declaração em nome da União em que manifestava a sua preocupação com o reforço maciço das forças armadas russas na Ucrânia e nas suas imediações e instava a Rússia a encetar um diálogo construtivo e a recorrer à diplomacia, a mostrar contenção e a desanuviar as tensões com uma retirada substancial das suas forças militares da proximidade das fronteiras da Ucrânia. A União referiu que qualquer nova agressão militar levada a cabo pela Rússia contra a Ucrânia desencadearia uma resposta com gravíssimas consequências e enormes custos, que passaria pela imposição de medidas coercitivas coordenadas com os parceiros (Anexo A. Decisão 2022/329 do Conselho Europeu, 2022).

O lançamento do 1º pacote de sanções adotado contra a Rússia se deu um dia antes da guerra, em resposta ao reconhecimento e apoio russo das províncias não

controladas pelo governo ucraniano, Donetsk e Luhansk (Anexo A). Após a guerra russa declarada à Ucrânia, a UE ampliou as sanções e acrescentou pessoas e organizações à lista com a adoção de medidas restritivas mais rígidas com o objetivo de enfraquecer a base econômica da Rússia contra a guerra (Comissão Europeia, 2022a).

Nos primeiros meses após o início da invasão russa à Ucrânia, a UE adotou progressivamente cinco pacotes de sanções que tiveram como objetivo principal atacar setores-chave da economia russa, especialmente nas áreas financeira e tecnológica, além de impor restrições às exportações. Essas medidas incluíram o bloqueio do acesso de bancos russos ao sistema financeiro europeu, a proibição de transações com instituições financeiras específicas e a restrição da exportação de tecnologias consideradas estratégicas para o desenvolvimento militar e industrial da Rússia (Comissão Europeia, 2022a, 2022b, 2022c, 2022d). A estratégia buscava limitar a capacidade russa de financiar o esforço de guerra e dificultar o avanço tecnológico necessário para manter a operação militar, além de pressionar economicamente o governo russo para alterar seu comportamento na Ucrânia.

Essa fase inicial das sanções foi marcada por uma resposta rápida e coordenada da UE, que buscou causar impacto imediato e demonstrar unidade política. No entanto, as reações russas também foram ágeis, incluindo medidas de censura, reforço do nacionalismo e tentativas de conter o impacto econômico interno por meio de políticas de substituição de importações e controle sobre os setores afetados (Chernykh, 2024).

2.1.1 O 1º pacote de sanções contra a Rússia: Donetsk e Luhansk

O 1º pacote de sanções contra a Rússia adotado pelo Conselho Europeu e pela Comissão Europeia em 23 de fevereiro de 2022 foi em resposta ao reconhecimento, pela Rússia, das zonas não controladas pelo governo ucraniano das províncias de Donetsk e Luhansk e à sua decisão de enviar tropas para a região (Comissão Europeia, 2022a). A decisão russa foi considerada ilegal e inaceitável por Josep Borel, alto representante da UE para Negócios Estrangeiros e Políticas de Segurança (Conselho Europeu, 2022a). Da mesma forma, os presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia atribuíram à ação russa como uma violação do direito internacional, da integridade territorial, da soberania da Ucrânia e dos compromissos internacionais da própria Rússia, vindo agravar ainda mais a crise que vinha se

estabelecendo (Conselho Europeu, 2022b). De acordo com a Comissão Europeia (2022b), as sanções do 1º pacote visaram:

- a) Limitar a capacidade da Rússia para aceder aos mercados e serviços financeiros e de capitais da UE.
- b) Restringir as relações econômicas com as zonas das províncias de Donetsk e Luhansk não controladas pelo governo ucraniano, a fim de assegurar que os russos sintam claramente as consequências econômicas das suas ações ilegais e agressivas.
- c) Determinar sanções direcionadas a pessoas e organizações que contribuíram para comprometer ou ameaçar a integridade territorial e a independência da Ucrânia. Com estas adições, a lista compreende um total de 555 indivíduos e 52 organizações.

2.1.2 O 2º pacote de sanções: medidas individuais e econômicas

O 2º pacote (25 de fevereiro de 2022) ampliou as sanções financeiras, incluindo congelamento de ativos do presidente Vladimir Putin e do ministro das Relações Exteriores Sergey Lavrov, houve proibição de transações com o Banco Central da Rússia e restrições ao acesso ao mercado de capitais da UE (Comissão Europeia, 2022c). Trata-se de uma tentativa clara de estrangular a liquidez russa e desestabilizar sua capacidade de financiamento externo. Nesse sentido, o 2º pacote correspondeu a medidas individuais e econômicas, além de medidas no setor de energia, transporte e tecnologia (Comissão Europeia, 2022c):

- a) Sanções no setor financeiro que intencionavam cortar o acesso da Rússia aos mercados de capitais mais importantes, visando 70% do mercado bancário russo, mas também as principais empresas públicas, incluindo as da defesa.
- b) Sanções no setor de energia que proibiram a venda, o fornecimento, a transferência ou a exportação para a Rússia de bens e tecnologias específicos no setor da refinação de petróleo e introduziram restrições à prestação de serviços.
- c) Sanções no setor dos transportes que proibiram a venda de aeronaves, peças e equipamentos às companhias aéreas russas.
- d) Sanções no setor de tecnologia que impõem novas restrições às exportações de determinados bens e tecnologias, que possam contribuir para o reforço tecnológico do setor de defesa e de segurança da Rússia.

- e) As sanções em matéria de política de vistos, que implicam diplomatas e grupos afins, bem como empresários, que deixaram de ter acesso privilegiado à UE. Adicionalmente, a lista de pessoas e organizações sancionadas inclui um total de 654 pessoas e 52 organizações.

2.1.3 O 3º pacote de sanções: meios de comunicação e exclusão do SWIFT

O 3º pacote (2 de março e 28 de fevereiro de 2022) reforçou a proibição de sobrevoo e acesso de aeronaves russas ao espaço aéreo europeu, suspendeu a transmissão de veículos de comunicação estatais como *Russia Today* e *Sputnik*, e acrescentou mais entidades estratégicas à lista de congelamento de ativos (Comissão Europeia, 2022d). A UE formalizou o combate a ações de desinformação e manipulação de informações pelo governo russo. Observa-se a entrada do mecanismo de “contenção informacional da Rússia” no espaço europeu, não apenas na parte de contenção econômica, mas também simbólica, visando reduzir a influência russa na esfera pública europeia. Desse modo, A UE formalizou nova lista de medidas coercitivas (Comissão Europeia, 2022d):

- a) Exclusão dos principais bancos russos do sistema SWIFT, o sistema de mensagens financeiras dominante a nível mundial. Os sete bancos afetados foram *Bank Otkritie*, *Novikombank*, *Promsvyazbank*, *Rossiya Bank*, *Sovcombank*, *Vnesheconombank* (VEB) e *VTB Bank*. A medida impediu estes bancos de realizarem as suas transações financeiras em todo o mundo de forma rápida e eficiente. Esta decisão foi estreitamente coordenada com os parceiros internacionais da UE, como os Estados Unidos e o Reino Unido.
- b) Proibiu o investimento em projetos cofinanciados pelo Fundo de Investimento Direto russo, bem como participar desses projetos.
- c) Proibiu a venda, o fornecimento, a transferência ou a exportação de notas expressas em euros para a Rússia ou para qualquer pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo da Rússia.
- d) Proibiu os meios de comunicação estatais *Russia Today* e *Sputnik* de transmissão de informações na UE.
- e) Proibição de transações com o Banco Central da Rússia, com o objetivo de impedir o banco de aceder às suas grandes quantidades de reservas externas detidas na UE.

- f) Proibição do sobrevoo do espaço aéreo da UE e do acesso aos aeroportos da UE por transportadoras russas de todos os tipos.
- g) Acrescentou 26 pessoas e 1 organização à lista de pessoas e organizações sancionadas. Com estas adições, a lista compreende um total de 680 indivíduos e 53 organizações.

2.1.4 O 4º pacote de sanções: proibição de exportações e restrição de importações

O 4º pacote (15 de março de 2022) introduziu proibições de exportação de bens de luxo e tecnologias sensíveis, bem como a restrição de importações de produtos siderúrgicos russos (Comissão Europeia, 2022e). Ao atacar setores de exportação industrial, a UE buscava comprometer cadeias produtivas específicas da Rússia, forçando-a a buscar novos mercados. O Conselho da UE adotou as seguintes medidas restritivas (Comissão Europeia, 2022e):

- a) Proibição total de transações com determinadas empresas estatais russas, com exceção dos bancos estatais, ferrovias e área marítima.
- b) Proibir as agências da UE de prestarem serviços financeiros a empresas russas.
- c) Proibição das importações de produtos siderúrgicos, bem como de novos investimentos no setor da energia russo, com exceção da energia nuclear e do transporte de produtos energéticos.
- d) Proibição da exportação de bens de luxo.
- e) Acrescentar 15 pessoas e 9 organizações à lista de pessoas e organizações sancionadas, a fim de incluir mais políticos e elites empresariais ligadas ao Kremlin, bem como empresas ativas nos setores militar e de defesa. Com estas adições, a lista compreende um total de 877 indivíduos e 62 organizações.

2.1.5 5º pacote de sanções: diversos setores

O 5º pacote (8 de abril de 2022) ampliou significativamente as sanções, proibindo importações de carvão russo, impondo restrições à entrada de navios russos em portos da UE e aumentando as proibições de exportação de tecnologias avançadas. Esse pacote marca a transição de medidas predominantemente financeiras e pessoais para sanções mais setoriais, especialmente no campo energético. Com isso, tem-se as seguintes medidas (Comissão Europeia, 2022f):

- a) Proibição do carvão: Proibição de importação de todas as formas de carvão russo.
- b) Medidas financeiras: Proibição total das transações e congelamento de bens de mais quatro bancos russos. Proibição de prestar serviços de criptoativos de elevado valor à Rússia. Proibição de prestar serviços comerciais a empresários russos, o que lhes dificulta o armazenamento da sua riqueza na UE.
- c) Transportes: Proibição total de operadores de transportes rodoviários de mercadorias russas e bielorrussas que trabalham na UE. Certas isenções abrangem bens essenciais, como correio, produtos agrícolas e alimentares, ajuda humanitária e energia.
- d) Proibição da entrada de navios russos nos portos da UE. Aplicam-se isenções para fins médicos, alimentares, energéticos e humanitários, entre outros.
- e) Proibições específicas de exportação: Computação quântica, semicondutores avançados, máquinas sensíveis, transportes e produtos químicos.
- f) Ampliação das proibições de importação: Proibições de importação incluíram cimento, produtos de borracha, madeira, bebidas, licor e produtos do mar de alta qualidade.
- g) Exclusão da Rússia dos contratos públicos e dos fundos europeus: Proibição total da participação de nacionais e organizações russas em contratos públicos na UE. Restrição do apoio financeiro a organizações russas detidas ou controladas pelo Estado no âmbito dos programas da UE, da Euratom e dos Estados-membros.
- h) Questões jurídicas: Ampliou-se a todas as moedas oficiais da UE a proibição de exportação de notas de banco e de venda de valores mobiliários a nacionais ou organizações russas.
- i) Congelamento de bens de mais 217 pessoas e 18 organizações na lista.

No conjunto, esses cinco pacotes demonstram um padrão inicial de sanções rápidas, progressivas e diversificadas, com foco em isolamento econômico e diplomático imediato. Contudo, como sugere a hipótese central desta pesquisa, a capacidade russa de adaptação, pela mobilização de reservas financeiras acumuladas, pelo redirecionamento de exportações para mercados alternativos e pelo fortalecimento do controle interno sobre a informação, começou a se manifestar já neste período, estabelecendo as bases para responder às sanções seguintes (Drezner, 2023).

2.2 Segunda fase: 6º ao 9º pacote de sanções com foco em recursos energéticos e tecnologias (junho–dezembro 2022)

Entre junho e dezembro de 2022, a UE intensificou significativamente o alcance das sanções contra a Rússia. A UE aprovou um conjunto de sanções particularmente significativo no que diz respeito à redução da dependência energética da Rússia e à limitação de seu acesso a insumos tecnológicos estratégicos. Os Pacotes 6 ao 9 marcaram a transição de medidas predominantemente financeiras e diplomáticas para sanções de caráter estrutural, voltadas a enfraquecer setores-chave da economia russa de forma mais efetiva.

2.2.1 O 6º pacote de sanções: petróleo

O 6º pacote de sanções, adotado em 3 de junho de 2022, representou um divisor de águas na política sancionatória da UE ao incluir, pela primeira vez, um embargo gradual ao petróleo russo. As medidas determinaram (Comissão Europeia, 2022g):

- a) Restrições à importação de petróleo bruto transportado por via marítima. Embargo ao petróleo bruto e refinado russo. Estas sanções entraram em vigor com efeitos imediatos para eliminar progressivamente as importações de petróleo russo de forma ordenada, com exceção temporária para fornecimentos por países sem acesso direto ao mar.
- b) Outros três bancos russos, o maior banco da Rússia, o *Sberbank*, o *Credit Bank of Moscow* e o *Russian Agricultural Bank* foram proibidos do SWIFT. Estes bancos são críticos para o sistema financeiro russo, visando o isolamento do setor financeiro russo do sistema internacional.
- c) Ampliação da lista de bens e tecnologias sensíveis proibidas, com foco em equipamentos para refino e extração de petróleo.
- d) Inclusão de mais indivíduos e entidades na lista de restrições, sobretudo ligados ao setor energético e à propaganda estatal russa.

2.2.2 O 7º pacote de sanções: carvão, ouro e medidas econômicas

Em 21 de julho de 2022, o 7º pacote de sanções, chamado de *maintenance and alignment* (manutenção e alinhamento), reforçou as restrições ao carvão e outros combustíveis fósseis sólidos da Rússia, proibindo completamente sua importação

para a UE a partir de agosto de 2022. As medidas incluíram (Comissão Europeia, 2022h):

- a) Embargo total ao carvão russo, o que afetou cerca de 8 bilhões de euros em exportações anuais.
- b) Proibições específicas de exportação, com novas interdições sobre equipamentos industriais e químicos. O aumento do controle das exportações de tecnologias avançadas foi reforçado através do alargamento da lista de produtos suscetíveis de contribuir para as melhorias militares e tecnológicas da Rússia ou para o desenvolvimento do setor militar e da segurança do país.
- c) Proibição de importação de ouro: É proibida a importação de todo o ouro originário da Rússia e exportado da Rússia para a UE ou para qualquer país terceiro. Aplica-se uma isenção às joias de ouro de viajantes para seu uso pessoal.
- d) Ajustes nas sanções financeiras, limitando ainda mais o acesso de bancos russos a transações internacionais.
- e) Reforço na transparência de bens das pessoas sancionadas. As pessoas sancionadas são obrigadas a declarar os seus bens, a fim de facilitar o congelamento dos seus bens na UE.
- f) Isenções médicas e farmacêuticas: Isenções são adicionadas para determinadas proibições de exportação se for para fins médicos e farmacêuticos.
- g) Segurança alimentar e energética: Estão isentas as transações de produtos agrícolas e o transporte de petróleo para países terceiros com determinados acordos com organizações estatais.

Essa fase mostrou a estratégia de substituição energética da UE, priorizando combustíveis alternativos e importações de carvão de parceiros estratégicos como Austrália, Colômbia e EUA, para reduzir a dependência energética da Rússia (DW Global Midia, 2022a).

2.2.3 O 8º pacote de sanções: tecnologias, transportes, petróleo e serviços financeiros

O 8º pacote (de 5 de outubro de 2022) ampliou o escopo para tecnologias sensíveis e restrições marítimas, alinhando-se às discussões do G7 sobre o teto de

preços do petróleo. As seguintes medidas adicionais foram adotadas (Comissão Europeia, 2022i):

- a) Expansão da lista de tecnologias e bens industriais cuja exportação à Rússia foi proibida, incluindo componentes eletrônicos de alta precisão, microchips e equipamentos de engenharia avançada.
- b) Restrições adicionais a transporte marítimo e serviços correlatos, visando criar obstáculos logísticos ao comércio russo.
- c) Listas adicionais: Foram sancionadas outras pessoas e organizações, que trabalham no setor da defesa, como altos funcionários e militares, bem como empresas que apoiam as forças armadas russas. A UE adicionou também pessoas que difundem desinformação sobre a guerra.
- d) Extensão das restrições às províncias de Quérson e Zaporíjia: O âmbito geográfico das medidas restritivas atinge mais duas províncias em resposta ao reconhecimento das zonas não controladas pelo Governo ucraniano das províncias de Donetsk e Lugansk que foram dominadas pelas forças armadas da Rússia.
- e) Foram introduzidas restrições adicionais à exportação que visam reduzir o acesso da Rússia a produtos militares, industriais e tecnológicos, bem como a sua capacidade para desenvolver o seu setor da defesa e da segurança. Tais restrições incluem a proibição da exportação de carvão, incluindo carvão de coque (utilizado em instalações industriais russas), componentes eletrônicos específicos (encontrados em armas russas), artigos técnicos utilizados no setor da aviação, bem como determinados produtos químicos.
- f) Novas restrições à importação: Foram acordadas restrições adicionais à importação no valor de quase 7 milhões de euros. Tais restrições incluem, por exemplo, a proibição da importação de produtos siderúrgicos acabados e semiacabados russos (sujeitos a um período de transição para alguns produtos semiacabados), máquinas e aparelhos, plásticos, veículos, têxteis, calçado, couro, cerâmica, determinados produtos químicos e joalharia.
- g) Aplicação do limite máximo do preço do petróleo do G7: Este pacote marca o início da aplicação na UE do acordo do G7 sobre as exportações de petróleo russo. Embora a proibição da UE de importar petróleo bruto russo transportado por via marítima permaneça plenamente em vigor, o limite máximo de preço, uma vez aplicado, permitiria aos operadores europeus realizarem o transporte

de petróleo russo para países terceiros, desde que o seu preço permaneça dentro de um limite pré-definido. Tal feito contribuirá para reduzir ainda mais as receitas da Rússia, mantendo simultaneamente os mercados mundiais de energia estáveis através de um aprovisionamento contínuo. Por conseguinte, contribuirá igualmente para combater a inflação e manter os custos da energia estáveis, de modo que os custos elevados, em especial os preços elevados dos combustíveis, são uma grande preocupação para a Europa. Esta medida, após ter sido estreitamente coordenada com os parceiros do G7, entrou em vigor na sequência de uma nova decisão do Conselho: em 5 de dezembro de 2022 para o petróleo bruto e em 5 de fevereiro de 2023 para os produtos petrolíferos refinados.

- h) Restrições às empresas públicas: Este pacote proíbe os cidadãos da UE de ocuparem cargos nos órgãos de direção de determinadas empresas públicas russas. Proíbe igualmente todas as transações com o registro marítimo russo, acrescentando-o à lista de empresas públicas sujeitas a uma proibição de transações.
- i) Serviços financeiros, de consultoria de informática e outros serviços às empresas: As proibições existentes em matéria de criptoativos foram reforçadas através da proibição de todas as carteiras, contas ou serviços de custódia de criptoativos, independentemente do montante da carteira. O pacote alarga o âmbito dos serviços que já que não podem ser prestados ao Governo da Rússia ou a pessoas estabelecidas na Rússia: estes serviços incluem agora a consultoria informática, o aconselhamento jurídico, a arquitetura e os serviços de engenharia. Estes são significativos, uma vez que poderão enfraquecer a capacidade industrial da Rússia, que é altamente dependente da importação destes serviços.
- j) Dissuadir a evasão das sanções: A UE introduziu um novo critério de inclusão na lista, que lhe permitirá sancionar as pessoas que facilitem as infrações dos que pretendem contornar as medidas coercitivas.

Nesse 8º pacote, indica-se um deslocamento da pressão econômica para a esfera tecnológica, buscando afetar setores estratégicos como defesa, setor aeroespacial e manufaturas de alta complexidade.

2.2.4. O 9º pacote de sanções: ampliação de proibições de exportação e medidas econômicas adicionais

Em 16 de dezembro de 2022, o 9º pacote consolidou a política de sanções energéticas e tecnológicas no fechamento de 2022 ao adotar as medidas abaixo listadas (Comissão Europeia, 2022j):

- a) Listas adicionais: A UE acrescentou quase 200 pessoas e organizações adicionais à lista de pessoas sujeitas ao congelamento dos seus bens. Tal lista inclui as forças armadas russas, bem como oficiais individuais e empresas da indústria da defesa e autoridades. Esta lista abrange pessoas envolvidas nos ataques deliberados da Rússia com mísseis contra civis, no sequestro de crianças ucranianas para a Rússia e no roubo de produtos agrícolas ucranianos.
- b) Proibições adicionais de exportação da UE: Foram introduzidas novas restrições à exportação de tecnologias sensíveis que contribuem para as capacidades militares e o reforço tecnológico da Rússia. A lista inclui motores de drones, equipamento de camuflagem, equipamento químico/biológico adicional, agentes químicos antimotim e componentes eletrônicos adicionais encontrados em sistemas militares russos no campo de batalha. Além disso, as mais severas restrições à exportação foram alargadas a 168 outras organizações russas estreitamente ligadas ao complexo militar-industrial russo, para cortar o seu acesso a produtos sensíveis de dupla utilização e tecnologia avançada, o que eleva para 410 o número total de organizações sancionadas.
- c) As novas proibições de exportação serão ampliadas a outros produtos e tecnologias industriais, tais como drones recreativos, dispositivos geradores complexos, computadores portáteis e componentes informáticos, circuitos impressos, sistemas de radionavegação, aparelhos de rádio comando, motores de aeronaves e partes de motores, câmaras e lentes.
- d) Ampliou-se a restrição a empresas prestadoras de serviço à Rússia, com a introdução de proibições de serviços de estudos de mercado e de sondagens de opinião e de serviços de publicidade.
- e) Proibição de transações adicionais para os bancos russos: Três outros bancos russos foram sancionados, incluindo uma proibição total de transações ao Banco de Desenvolvimento Regional da Rússia.

- f) Proibições adicionais aos meios de comunicação social russos: Quatro canais russos adicionais foram sancionados pela UE.
- g) Cortar o acesso da Rússia aos drones: As exportações diretas de motores de drones para a Rússia estão agora restritas, tal como a exportação para países terceiros, como o Irã, onde há suspeitas de que serão utilizados na Rússia.
- h) Existem também medidas econômicas adicionais contra os setores da energia e da exploração mineral russos.

Como resumo do 1º ao 9º pacote de sanções, podemos estabelecer a seguinte tabela 4, considerando os tipos de sanções e o número de medidas coercitivas aplicadas em cada pacote. Posteriormente, analisaremos os efeitos das sanções para a Rússia.

Quadro 4 – Resumo do 1º ao 9º pacote de sanções contra a Rússia em 2022

Pacotes 2022	Tipos de sanções	Medidas coercitivas
1º 23 fev.	Econômicas, individuais e coletivas.	<ul style="list-style-type: none"> 1. Limitar o acesso aos mercados, serviços financeiros e de capitais. 2. Restringir relações econômicas com Donetsk e Luhansk. 3. Sanções direcionadas a pessoas e organizações.
2º 25 fev.	Financeiras, econômicas, setor de transportes, tecnológicas, militares, diplomáticas.	<ul style="list-style-type: none"> 1. Setor financeiro: cortar o acesso da Rússia aos mercados de capitais. 2. Setor de energia: proibição da venda ou exportação para a Rússia de bens e tecnologias específicos no setor da refinação do petróleo. Restrição à prestação de serviços na área de energia. 3. Setor de transportes: proibição da venda de aeronaves e equipamentos às companhias aéreas russas. 4. Setor de tecnologia: restrições de tecnologias que possam contribuir para o reforço tecnológico de defesa e de segurança. 5. Sanções na política de vistos: indivíduos de alta patente deixaram de ter acesso privilegiado à UE.
3º 2 mar. e 28 fev.	Financeiras, transportes, mídia, individuais e coletivas.	<ul style="list-style-type: none"> 1. Exclusão parcial de bancos russos do sistema SWIFT. 2. Proibição do investimento em projetos cofinanciados pelo Fundo de Investimento Direto russo. 3. Proibição do fornecimento, transferência ou exportação de notas em euros para a Rússia, para qualquer pessoa ou organização.

		<p>4. Proibição dos meios de comunicação estatais de transmissão de informações na UE.</p> <p>5. Proibição de transações com o Banco Central da Rússia.</p> <p>6. Proibição do sobrevoo do espaço aéreo da UE e do acesso aos aeroportos da UE por transportadoras russas.</p> <p>7. Acrescentou pessoas e organizações sancionadas.</p>
4º 15 mar.	Financeiras, econômicas, militares, individuais e coletivas.	<p>1. Proibição total de transações com determinadas empresas estatais russas.</p> <p>2. Proibição de agências da UE de prestarem serviços financeiros a empresas russas.</p> <p>3. Proibição das importações de produtos siderúrgicos.</p> <p>4. Proibição da exportação de bens de luxo.</p> <p>5. Acrescentou pessoas e organizações sancionadas, bem como empresas nos setores militar e de defesa.</p>
5º 8 abr.	Financeiras, econômicas, transportes, jurídicas, individuais e coletivas.	<p>1. Proibição de importação do carvão russo.</p> <p>2. Medidas financeiras: Proibição total das transações e congelamento de bens de mais bancos russos. Proibição de prestar serviços de criptoativos de elevado valor à Rússia. Proibição de prestar serviços comerciais a empresários russos.</p> <p>3. Transportes: proibição total de operadores de transportes rodoviários de mercadorias russas que trabalham na UE, com isenção de bens essenciais.</p> <p>4. Proibição da entrada de navios russos nos portos da UE, com algumas isenções.</p> <p>5. Proibições específicas de exportação: computação quântica, semicondutores avançados, máquinas sensíveis, transportes e produtos químicos.</p> <p>6. Aumento das proibições de importação: cimento, produtos de borracha, madeira, bebidas, licor e produtos do mar.</p> <p>7. Exclusão da Rússia dos contratos públicos e dos fundos europeus: proibição total da participação de nacionais e organizações russas em contratos públicos na UE. Restrição do apoio financeiro a organizações russas detidas ou controladas pelo Estado nos programas da UE, Euratom e dos Estados-membros.</p> <p>8. Questões jurídicas: ampliou-se a todas as moedas oficiais da UE a proibição de exportação de notas de banco e de venda de valores mobiliários a nacionais ou organizações russas.</p> <p>9. Congelamento de bens de pessoas e organizações.</p>

6º 3 jun.	Financeiras, econômicas, tecnológicas e individuais e coletivas.	1.Embargo ao petróleo bruto e refinado russo. 2.Mais bancos proibidos do SWIFT. 3.Ampliou-se lista de bens e tecnologias proibidas. 4.Inclusão de mais indivíduos e entidades na lista de restrições.
7º 21 jul.	Financeiras e econômicas.	1.Embargo total ao carvão russo. 2.Novas proibições de exportação sobre equipamentos industriais e químicos. 3.Proibição de importação de ouro. 4.Ajustes nas sanções financeiras. 5.Reforço na transparência de bens dos sancionados. 6.Isenção de exportação de produtos agrícolas, assim como bens médicos e farmacêuticos. 7.Isenção de transação do transporte de petróleo para países terceiros com acordos estatais.
8º 5 out.	Financeiras, econômicas, tecnológicas, militares e individuais e setor de transportes.	1.Ampliou-se a lista de proibição de exportação de tecnologias e bens industriais. 2.Restrições ao transporte marítimo e serviços correlatos, dificultando a logística de comércio russo. 3.Restrições às províncias de Quérson e Zaporíjia. 4.Restrições adicionais à exportação de produtos militares, industriais e tecnológicos. 5.Restrições adicionais à importação de diversos produtos. 6.Aplicação do limite máximo do preço do petróleo do G7. 7.Restrições às empresas públicas. 8.Proibições de importações de serviços financeiros, de consultoria de informática, de consultoria jurídica, de engenharia e diversos outros serviços. 9.Aplicação de sanções a pessoas que facilitem infrações da Rússia.
9º 16 dez.	Financeiras, econômicas, militares, setor de mídia, diplomáticas, individuais e coletivas.	1.Inclusão de mais indivíduos e entidades na lista de restrições, incluindo oficiais, empresas e autoridades. 2.Proibições adicionais de exportação de tecnologias militares e tecnologias industriais. 3.Restrição a empresas prestadoras de serviço à Rússia. 4.Proibição de transações adicionais para bancos russos. 5.Exportações de drones foram proibidas. 6.Medidas econômicas adicionais contra os setores de energia e de exploração mineral russos.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Europeia (2022a)

Considerando os 9 pacotes de sanções descritos detalhadamente conforme dados da UE, na próxima seção, exploramos os efeitos para a Rússia das medidas impostas.

2.3 Efeitos das sanções da UE sobre a Rússia em 2022

As sanções impostas pela UE contra a Rússia em 2022, organizadas em nove pacotes sucessivos, tiveram efeitos diretos e indiretos em diversos setores estratégicos. Do primeiro ao nono pacote, as medidas buscaram isolar a Rússia dos fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos internacionais, visando restringir sua capacidade de financiar a guerra na Ucrânia (Conselho Europeu, 2025d). Os impactos imediatos das sanções da UE foram perceptíveis em áreas centrais como demonstraremos nos eventos identificados. Destacamos na pesquisa os efeitos das sanções:

- a) O isolamento financeiro e bancário;
- b) Redução do comércio exterior e retração das importações;
- c) A pressão sobre o setor energético;
- d) O isolamento tecnológico e industrial;
- e) Os impactos no setor de transporte e logística;
- f) A saída de capitais e de empresas estrangeiras;
- g) As pressões inflacionárias sobre o consumo interno;
- h) A reputação internacional e a restrição a eventos internacionais;
- i) Restrições a indivíduos e entidades.

2.3.1 Isolamento financeiro e bancário

O isolamento financeiro e bancário imposto à Rússia pela UE em 2022 representou um dos eixos mais severos dos primeiros pacotes de sanções. Uma das medidas mais emblemáticas foi a exclusão de sete instituições russas do sistema internacional de pagamentos SWIFT, que é um instrumento central das transações financeiras globais (Portela, 2022). Essa decisão restringiu fortemente a capacidade de Moscou de realizar operações internacionais em moeda forte, especialmente em euros e dólares, aumentando a dificuldade para receber pagamentos de exportações e realizar importações.

Além disso, a UE congelou as reservas do Banco Central da Rússia depositadas em instituições financeiras ocidentais, um montante estimado em cerca de 300 bilhões de dólares (Conselho Europeu, 2023). Trata-se de uma medida sem precedentes contra uma potência do G20, visto que comprometeu diretamente a capacidade do governo russo de estabilizar sua moeda e sustentar políticas monetárias expansivas. Como sublinha Eichengreen (2022), a medida teve um impacto psicológico e estrutural, pois reduziu a confiança de Moscou no sistema financeiro internacional e estimulou a busca de alternativas financeiras.

No plano imediato, essas sanções resultaram em forte volatilidade cambial. O rublo sofreu uma queda expressiva em fevereiro e março de 2022, chegando a perder mais de 40% do seu valor frente ao dólar (Abely, 2024), antes de recuperar-se parcialmente em virtude do controle de capitais imposto pela Rússia e do aumento das exportações energéticas para mercados alternativos (Connolly, 2022). Essa oscilação revelou tanto a eficácia inicial das sanções quanto a capacidade de adaptação das políticas de resposta russas.

A Rússia intensificou o redirecionamento de suas exportações energéticas para mercados alternativos, sobretudo na Ásia. Esse movimento foi viabilizado tanto pela existência prévia de infraestrutura energética voltada ao mercado asiático quanto pela capacidade do Estado russo de oferecer petróleo e derivados a preços descontados, tornando-os atrativos para países dispostos a relativizar os custos políticos associados às sanções ocidentais (Aslund, 2022; Dabrowski & Dominiak, 2023). Nesse contexto, a redução das importações europeias não resultou em colapso das receitas energéticas russas no curto prazo, mas em uma reconfiguração geográfica dos fluxos comerciais, o que relativiza os pressupostos clássicos da coerção econômica baseados na dependência de mercados tradicionais (Hufbauer et al., 2007).

Os países do grupo BRICS desempenharam papel central nesse processo, em especial a China, que consolidou sua posição como principal destino das exportações energéticas russas após o início da guerra na Ucrânia (Li, 2023). A intensificação das compras chinesas de petróleo, gás natural liquefeito e carvão russos insere-se em uma estratégia mais ampla de segurança energética de Pequim, baseada na diversificação de fornecedores e na obtenção de insumos estratégicos a custos reduzidos (Kustova, 2022; Li, 2023). Além da China, outros países asiáticos, como Índia e Turquia, ampliaram suas importações de energia russa, frequentemente utilizando mecanismos financeiros e logísticos alternativos ao sistema ocidental, o que

contribuiu para mitigar os efeitos das restrições impostas pela UE e pelos Estados Unidos (Giumelli, 2023).

Esse redirecionamento das exportações energéticas evidencia uma limitação estrutural das sanções europeias quando aplicadas a grandes exportadores de commodities estratégicas inseridos em um sistema internacional multipolar. A reorientação energética contribuiu para sustentar receitas estatais essenciais, ao mesmo tempo em que acelerou transformações geoeconômicas que desafiam a centralidade europeia no comércio energético russo (Boonstra & Shapiro, 2022).

Outro impacto importante foi o isolamento de bancos russos no mercado internacional de capitais. A proibição de novos empréstimos ou emissões de dívida no Ocidente impediu que grandes instituições financeiras russas, como Sberbank e VTB, acessassem linhas de crédito internacionais (Boonstra & Shapiro, 2022). Isso limitou a capacidade de financiamento de empresas estatais e privadas, criando gargalos na obtenção de liquidez para investimentos de longo prazo.

No entanto, a eficácia dessas medidas encontra limitações. Como observa Gurvich & Prilepskiy (2022), a Rússia conseguiu amortecer parte dos efeitos do isolamento financeiro graças à manutenção de receitas substanciais com a exportação de petróleo e gás, que continuaram fluindo, sobretudo para países asiáticos. Além disso, Moscou intensificou esforços para acelerar a “desdolarização” de suas transações, ampliando acordos em moedas nacionais com a China, a Índia e outros parceiros não alinhados às sanções (Trubnikov, 2022).

Críticos como Gros & Blockmans (2022) alertam que a exclusão parcial do sistema SWIFT (que não incluiu bancos ligados ao setor energético) reduziu a eficácia do isolamento financeiro, já que a UE manteve canais para continuar pagando pelo gás e petróleo russos em 2022. Ou seja, o efeito coercitivo pleno foi mitigado por considerações pragmáticas ligadas à dependência energética europeia.

Portanto, o isolamento financeiro e bancário imposto pela UE gerou choques significativos para a economia russa, afetando sua moeda, reservas internacionais e acesso a crédito (Abely, 2024). Contudo, a combinação entre a continuidade das receitas energéticas, as medidas emergenciais do governo e o realinhamento financeiro para fora do eixo Ocidental permitiram que os impactos fossem contidos no médio prazo. Para a UE, o efeito do colapso do sistema financeiro não se concretizou. O governo russo respondeu rapidamente com medidas de controle de capitais e

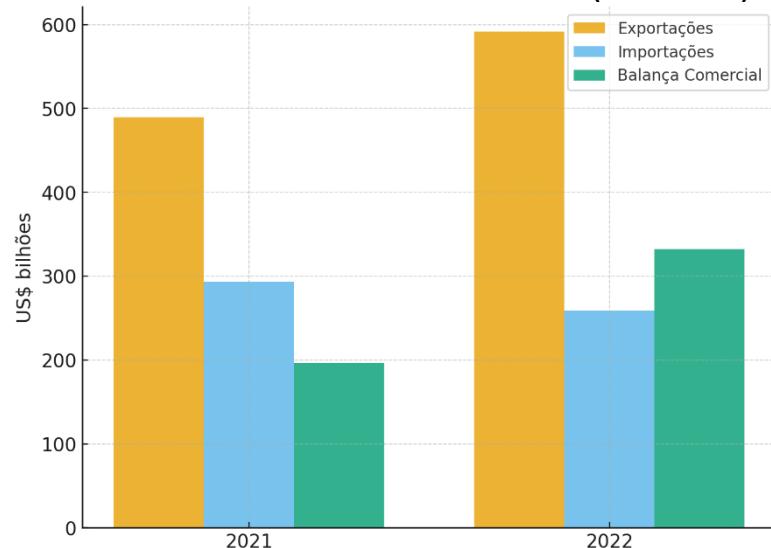
elevação da taxa de juros, o que estabilizou a moeda nacional em poucos meses (Gurvich & Prilepskiy, 2022).

Apesar dos impactos para o setor bancário e para investidores estrangeiros, a capacidade estatal de gestão financeira mitigou os danos esperados. Isso demonstra que, embora as sanções financeiras tenham sido amplamente empregadas, elas não atingiram de forma definitiva o objetivo de paralisar a economia russa.

2.3.2 Redução do comércio exterior e retração das importações

As sanções da UE provocaram uma queda significativa no comércio externo da Rússia, afetando tanto as exportações quanto as importações. O bloqueio de acesso a mercados europeus, restrições a determinados produtos e a suspensão de acordos comerciais dificultaram a circulação de mercadorias essenciais, sobretudo bens de alta tecnologia e insumos industriais (Connolly, 2022b). No gráfico abaixo, consideramos as exportações, importações e balança comercial da Rússia em 2021 e 2022.

Gráfico 1 – Comércio Exterior da Rússia (2021-2022)



Elaboração do gráfico por IA. Base de dados: Banco Central da Rússia (2023); Banco Mundial (2022); UN COMTRADE (2023).

Os dados mostram que as exportações russas cresceram em 2022, alcançando cerca de 591 bilhões de dólares, impulsionadas pela alta dos preços da energia, apesar das restrições impostas pela UE e pelo G7 (Banco Central da Rússia, 2023). As importações caíram significativamente (de 293 bilhões de dólares em 2021 para 259 bilhões de dólares em 2022), refletindo a saída de empresas ocidentais,

dificuldades logísticas e restrições ao fornecimento de tecnologias avançadas (UN COMTRADE, 2023).

Como resultado, a balança comercial atingiu superávit recorde em 2022 (332 bilhões de dólares), mas voltou a cair em 2023 (Banco Mundial, 2024), à medida que os efeitos das sanções se consolidaram e os preços da energia se estabilizaram (Banco Mundial, 2024). O superávit registrado em 2022 foi resultado direto da combinação entre elevados preços internacionais do petróleo e do gás natural e a manutenção das exportações energéticas, apesar da imposição de sanções ocidentais. Conforme assinala o FMI (2023), a deterioração do saldo comercial em 2023 evidencia os limites estruturais da estratégia de redirecionamento comercial da Rússia, indicando que, embora eficaz no curto prazo, ela passou a enfrentar constrangimentos crescentes no médio prazo, especialmente em termos de receitas externas, capacidade fiscal e sustentabilidade do financiamento do esforço de guerra. Esse cenário evidencia que, embora as sanções tenham restringido setores-chave no curto prazo, a Rússia conseguiu compensar parte dos efeitos negativos com o aumento das receitas de exportação de energia (UN COMTRADE, 2023).

As restrições à exportação de bens de alta tecnologia e produtos industriais avançados afetaram setores importantes, como o de aviação e o de armamentos. A proibição de exportações para a Rússia de semicondutores, equipamentos de navegação e bens de uso duplo impactou a cadeia produtiva (Connolly, 2022a). Além disso, a diminuição das importações da UE causou desabastecimento de componentes industriais e bens de consumo.

Segundo Gurvich & Prilepskiy (2022), as importações russas caíram cerca de 30% em 2022 em comparação com 2021, refletindo a dificuldade de obtenção de semicondutores, equipamentos de telecomunicação e maquinário industrial. Essa retração impactou diretamente a produção doméstica, uma vez que muitas indústrias dependiam de insumos estrangeiros, tornando evidente a vulnerabilidade estrutural da economia russa à integração global.

Apesar da retração nas importações, a Rússia buscou alternativas: a ampliação de parcerias comerciais com a China, Índia, Turquia e países do Oriente Médio permitiu fluxo de importações e exportações, embora com custos logísticos mais elevados e volumes reduzidos (Yermolaeva, 2022). A substituição de fornecedores evidenciou a capacidade de adaptação estratégica da economia russa, em

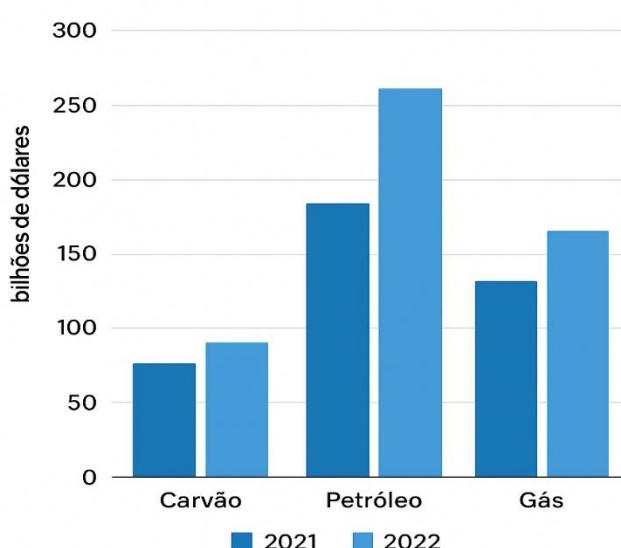
consonância com análises de Drezner (2015) sobre a eficácia limitada de sanções econômicas quando o país-alvo possui capacidade de realinhamento comercial.

Especificamente, o setor da indústria automotiva sofreu com a falta de peças importadas, levando a cortes de produção e atrasos na entrega de veículos. O setor tecnológico enfrentou escassez de componentes críticos, afetando também empresas de telecomunicações e data centers (Connolly & Hancke, 2022). A literatura sugere que, embora as sanções tenham provocado uma retração comercial expressiva, a combinação de ajustes internos, estoques estratégicos e redirecionamento de fluxos comerciais reduziu a pressão econômica sobre a Rússia, limitando o efeito coercitivo esperado (Abely, 2024).

2.3.3 A pressão sobre o setor energético

O setor energético, principal fonte de receita do governo russo, foi atingido gradualmente. A UE impôs restrições à importação de carvão, petróleo e derivados, além de limitar investimentos em projetos energéticos (Conselho Europeu, 2025d). No curto prazo, as sanções afetaram as exportações russas, mas o impacto foi mitigado pela alta dos preços internacionais de energia em 2022, o que compensou parcialmente a queda nos volumes exportados (Connolly, 2022b). No gráfico abaixo, demonstramos o aumento das receitas de exportação de energia da Rússia no período.

Gráfico 2 – Aumento das receitas de exportação de energia da Rússia em 2022



Elaboração do gráfico por IA. Base de dados: Banco Mundial (2022); AIE (2022).

Em 2022, apesar das restrições, as receitas de exportação da Rússia provenientes de petróleo, gás e carvão aumentaram significativamente, impulsionadas pelo redirecionamento das vendas, além do efeito da elevação dos preços globais de energia (AIE, 2022). A guerra na Ucrânia intensificou a centralidade do setor energético russo na dinâmica das contramedidas. Esse movimento demonstra que, em um primeiro momento, as sanções não reduziram a entrada de divisas da Rússia, mas, ao contrário, criaram uma conjuntura favorável para que o Kremlin financiasse a máquina de guerra e mantivesse políticas domésticas de mitigação dos efeitos econômicos (Banco Mundial, 2023).

Inicialmente, o bloqueio gradual da importação de carvão e, posteriormente, do petróleo transportado por via marítima, além das restrições a investimentos em infraestrutura energética, buscou reduzir a arrecadação russa e limitar sua capacidade de financiar a guerra na Ucrânia (Conselho Europeu, 2025d). Segundo Gorenkb (2022), essas medidas geraram um efeito direto sobre a balança comercial e sobre a receita fiscal do governo, pressionando o orçamento federal. A UE, como maior importador de energia russa, desempenhou papel central nesse impacto. Paralelamente, a imposição de tetos de preços sobre o petróleo russo visou limitar a margem de lucro das exportações, criando um mecanismo indireto de contenção econômica (Banco Mundial, 2023).

Entretanto, a Rússia conseguiu mitigar grande parte dos efeitos por meio de realocação das exportações para mercados alternativos, como China, Índia e Turquia (Kroet, 2022). A combinação de altos preços internacionais de energia e novos contratos comerciais permitiu que as receitas permanecessem substanciais, mesmo diante da redução do fluxo para a UE (Abely, 2024). Isso evidencia uma capacidade de adaptação econômica, já destacada por Drezner (2015), quando um país dispõe de recursos estratégicos amplos e parceiros comerciais alternativos.

No setor interno, por um lado, a Rússia manteve fluxos de receita suficientes para sustentar o consumo interno e políticas fiscais; por outro, houve necessidade de concessões comerciais e renegociações contratuais que, a médio e longo prazo, podem afetar a posição estratégica do país no mercado energético global (Abely, 2024). De acordo com Simmons & Elkins (2022), a dependência global da energia

russa reduziu a eficácia das sanções, pois o mercado mundial absorveu parte das perdas esperadas, limitando o impacto coercitivo pleno.

As sanções no setor de energia demonstram que medidas direcionadas podem gerar choques substanciais, mas não necessariamente forçam mudanças imediatas na política externa de um Estado, sobretudo quando há disponibilidade de alternativas comerciais. Esse cenário evidencia que o setor energético funcionou como amortecedor estratégico para a Rússia em 2022, permitindo a manutenção de receitas favoráveis mesmo em face das maiores sanções já aplicadas contra o país.

2.3.4 O isolamento tecnológico e industrial

As sanções da UE afetaram os setores tecnológico e industrial russos, com restrições direcionadas à exportação de semicondutores, softwares, equipamentos industriais e bens de alta complexidade (Conselho Europeu, 2025d). Essas medidas tiveram como objetivo reduzir a capacidade da Rússia de modernizar sua indústria e manter o nível tecnológico necessário para setores estratégicos, como defesa, aviação e telecomunicações (Connolly, 2022a).

No campo industrial e tecnológico, os efeitos foram particularmente severos. O impacto imediato foi perceptível na indústria automotiva, que enfrentou escassez de componentes importados, resultando na paralisação parcial de linhas de produção e atrasos na entrega de produtos (Connolly & Hancke, 2022). As sanções da UE restringiram a exportação para a Rússia de bens de alta tecnologia, semicondutores, softwares e equipamentos industriais, afetando setores como o automobilístico, aeroespacial e de defesa (Comissão Europeia, 2022a). De acordo com Connolly (2022b), a indústria automotiva russa sofreu forte retração, com queda de mais de 50% na produção em 2022. A dependência de componentes estrangeiros tornou-se evidente, levando ao fechamento temporário de fábricas e à redução da qualidade dos produtos nacionais (Borger, 2022).

Além disso, a restrição a softwares e equipamentos digitais de ponta prejudicou a inovação tecnológica, afetando desde startups até grandes conglomerados industriais, e dificultou a integração da Rússia em cadeias globais de valor (Conselho Europeu, 2023). Isso representa um efeito de longo prazo, pois a desaceleração tecnológica pode comprometer a competitividade industrial do país por anos.

No setor aeroespacial e de defesa, a limitação ao fornecimento de tecnologias críticas comprometeu projetos estratégicos, evidenciando a dependência russa de

insumos estrangeiros para manutenção da capacidade operacional (Borger, 2022). A suspensão das vendas de aeronaves, peças de reposição e serviços de manutenção por empresas europeias afetou diretamente a aviação civil russa. O setor automotivo também sofreu retração, com a saída de montadoras ocidentais e a queda da produção em mais de 60% no ano de 2022 (OCDE, 2022).

O embargo tecnológico, que restringiu o acesso a semicondutores, sistemas de navegação e maquinário crítico, provocou paralisações na indústria de defesa, aviação e automotiva. Isso evidencia a dependência contínua da Rússia do capital tecnológico ocidental (Portela & Kluge, 2022). As sanções prejudicaram o potencial econômico tecnológico da Rússia e conduziram a um declínio dos níveis de vida da população (Portela & Kluge, 2022).

O complexo industrial-militar russo foi alvo das sanções. O setor de defesa enfrentou dificuldades para substituir insumos, o que limitou parcialmente a capacidade de produção de armamentos avançados. O setor de defesa foi compreendido pelos formuladores europeus como estratégico tanto em termos econômicos quanto como instrumento de sustentação da capacidade bélica do Estado russo, razão pela qual passou a ser objeto de medidas restritivas abrangentes, incluindo embargos de armas, restrições tecnológicas e sanções financeiras direcionadas (Conselho Europeu, 2023). Desde 2014, a UE já havia implementado um embargo à exportação de armas e de bens de uso duplo para a Rússia, com vistas a limitar sua capacidade de modernização militar (Portela, 2016). Contudo, após 2022, esse regime foi significativamente ampliado, passando a abranger componentes eletrônicos avançados, semicondutores, sensores, softwares e equipamentos de precisão, essenciais tanto para a indústria civil de alta tecnologia quanto para a produção de armamentos modernos (Bendiek & Schulze, 2023).

Um impacto relevante das sanções europeias sobre o setor de defesa russo diz respeito à dependência estrutural da indústria militar russa de insumos estrangeiros, sobretudo de origem europeia e norte-americana. Apesar dos esforços de substituição de importações iniciados após 2014, análises empíricas mostraram que, até 2022, uma parcela significativa dos componentes críticos utilizados em armamentos russos continuava sendo importada, direta ou indiretamente, de países da UE ou de seus aliados (Connolly, 2022a). A interrupção desses fluxos agravou gargalos produtivos, elevou custos e reduziu a qualidade e a confiabilidade de determinados sistemas de armas, conforme apontam relatórios do Royal United Services Institute (RUSI, 2022).

Embora Moscou tenha buscado alternativas em parcerias com países como Irã e China, o hiato tecnológico se mostrou um dos pontos mais críticos do impacto das sanções (Hansen & Selden, 2022).

Embora o Estado russo tenha buscado compensar essas restrições por meio de financiamento público direto e de uma economia de guerra, tais medidas aumentaram a pressão sobre o orçamento estatal e reduziram a eficiência econômica do complexo militar-industrial (Mau & Ulyukayev, 2023). No entanto, a literatura recente também destaca os limites das sanções europeias no que se refere à paralisação completa do setor de defesa russo. Em primeiro lugar, o setor apresenta elevado grau de priorização política, o que permite ao Kremlin redirecionar recursos internos, flexibilizar regulações e aceitar perdas de eficiência em nome da continuidade produtiva (Hartung, 2023). Em segundo lugar, a Rússia intensificou estratégias de evasão e adaptação, recorrendo a importações paralelas, redes intermediárias em países terceiros e ao aprofundamento de parcerias com Estados não alinhados às sanções, como China, Irã e Coreia do Norte (SIPRI, 2024).

Observa-se que, embora as sanções da UE tenham produzido efeitos reais e mensuráveis sobre a sofisticação tecnológica e os custos da indústria de defesa russa, elas não foram suficientes para impedir a continuidade do esforço de guerra no curto prazo. Drezner (2022) argumenta que esse resultado confirma um padrão recorrente na literatura sobre sanções: medidas restritivas tendem a ser mais eficazes para degradar capacidades ao longo do tempo do que para gerar colapsos imediatos, especialmente quando aplicadas contra Estados com grande base industrial, autonomia energética e disposição política para absorver custos elevados.

Embora essas sanções tenham gerado impactos estruturais, a Rússia respondeu com políticas de substituição de importações e cooperação tecnológica com países não ocidentais, principalmente China, Índia e Turquia (Klepach, 2022). A adaptação russa ilustra o limite da eficácia das chamadas “sanções inteligentes”, que, mesmo sendo direcionadas a setores estratégicos, podem ser parcialmente neutralizadas por estratégias de realocação de fornecedores e investimentos em capacidade doméstica.

Segundo Portela (2014), sanções inteligentes tendem a ser mais eficazes quando o país-alvo é altamente dependente de tecnologias específicas e não possui alternativas comerciais viáveis. Embora as sanções tenham limitado o acesso da Rússia a tecnologias críticas e aumentado os custos de sua produção militar, seus

efeitos estruturais são graduais, cumulativos e condicionados à cooperação internacional mais ampla. A ausência de uma adesão universal ao regime sancionatório e a capacidade russa de adaptação reduzem o potencial coercitivo dessas medidas no curto prazo, reforçando a interpretação de que as sanções funcionam mais como instrumento de contenção estratégica do que como mecanismo imediato de interrupção da guerra (Portela & Von Soest, 2022).

2.3.5 Os impactos no setor de transporte e logística

A proibição do acesso de navios russos a portos europeus e a exclusão de companhias aéreas russas do espaço aéreo da UE dificultaram o transporte de mercadorias e aumentaram custos logísticos, reforçando o isolamento comercial (Comissão Europeia, 2022a). Do ponto de vista comercial e logístico, as restrições à aviação, ao transporte marítimo e ao acesso a seguros internacionais afetaram diretamente a movimentação de mercadorias.

As companhias aéreas russas foram impedidas de sobrevoar o espaço europeu e de acessar aeronaves e peças de reposição ocidentais, o que comprometeu seriamente o setor aéreo civil (SIPRI, 2023). Além disso, empresas internacionais suspenderam operações na Rússia, resultando em escassez de produtos importados, desde bens de consumo até medicamentos. Essa reconfiguração da logística comercial dificultou o abastecimento interno e contribuiu para a inflação.

As sanções afetaram tanto a aviação civil quanto o transporte marítimo e terrestre. Entre as medidas mais relevantes, destacam-se: a proibição do sobrevoo do espaço europeu por companhias aéreas russas, a restrição de acesso a peças de reposição e manutenção para aeronaves, e limitações ao transporte marítimo, incluindo seguros e serviços portuários (SIPRI, 2023).

No setor aéreo, a impossibilidade de operar em rotas internacionais e de manter aeronaves com peças originais levou ao cancelamento de voos e ao aumento dos custos operacionais. Segundo Connolly (2022a), muitas companhias russas foram obrigadas a alterar rotas, prolongando tempo de viagem e consumo de combustível, além de enfrentar maior desgaste das aeronaves.

No transporte marítimo e terrestre, a restrição de seguros e serviços logísticos internacionais dificultou a movimentação de mercadorias, especialmente produtos importados e bens intermediários essenciais para a indústria. A interdição do acesso a portos europeus e a limitação de serviços de transporte e seguro gerou gargalos

que impactaram prazos de entrega e custos operacionais, pressionando toda a cadeia logística (Gurvich & Prilepskiy, 2022).

A literatura evidencia, entretanto, que o efeito completo dessas sanções foi mitigado por soluções alternativas de transporte e seguros dentro de mercados não ocidentais, bem como por estratégias internas de redistribuição logística (Klувánek, 2023; Giumelli, 2024). Países parceiros, como China, Turquia e Índia, absorveram parte do fluxo de cargas, enquanto empresas russas recorreram a seguros domésticos e reconfiguração das rotas terrestres (Trubnikov, 2022). A Rússia desenvolveu infraestrutura logística frente a sanções externas, embora com aumento de custos e complexidade operacional. Em síntese, o setor de transporte e logística sofreu impactos reais e imediatos, mas a capacidade de adaptação russa permitiu a manutenção de operações essenciais, ainda que em condições mais onerosas e menos eficientes.

2.3.6 A saída de capitais e de empresas estrangeiras

O ambiente criado pelas sanções acelerou a retirada de empresas multinacionais da Rússia, especialmente do setor de energia, tecnologia e bens de consumo. Estima-se que mais de 1.000 empresas internacionais tenham suspendido ou encerrado suas operações no país em 2022 (Yaffe, 2022). As sanções da UE, combinadas a restrições adotadas por outros parceiros ocidentais, provocaram uma saída expressiva de capitais da Rússia e o fechamento ou suspensão das operações de inúmeras empresas estrangeiras no país. Segundo Gurvich e Prilepskiy (2022), bilhões de dólares foram retirados do sistema financeiro russo em 2022, refletindo a perda de confiança de investidores estrangeiros e a percepção de risco elevado.

A saída de empresas estrangeiras afetou diversos setores estratégicos, incluindo varejo, serviços, tecnologia, indústria automotiva e alimentos. De acordo com Connolly (2022b), mais de mil empresas ocidentais anunciaram interrupção total ou parcial de suas operações na Rússia, o que resultou em desemprego, interrupção de cadeias de suprimento e retração econômica localizada. Do ponto de vista macroeconômico, a saída de capitais reduziu a liquidez do sistema bancário e aumentou a pressão sobre o rublo, especialmente nos meses iniciais após a invasão da Ucrânia (Abely, 2024). O governo russo respondeu com medidas de controle de capitais, elevação das taxas de juros, incentivos à manutenção de investimentos internos, inclusive nacionalizações e expropriações de empresas estrangeiras

operando em território russo, mitigando parcialmente os efeitos da fuga de recursos (Trubnikov, 2022).

Embora a retirada de capital estrangeiro e a saída de empresas tenham criado choques econômicos significativos, a Rússia demonstrou capacidade de adaptação com a substituição de fornecedores, incentivo à produção doméstica e busca por novos parceiros comerciais em países não alinhados às sanções (Bisson & Vidovic, 2022). Tais fatores reduziram a eficácia coercitiva plena dessas medidas. Portanto, o efeito da saída de capitais e de empresas estrangeiras evidenciou vulnerabilidades estruturais do país e gerou impactos imediatos no mercado interno, mas não resultou em colapso econômico nem em mudanças críticas da política externa russa (Lukyanov, 2022; Moret, 2022; Abely, 2024).

2.3.7 As pressões inflacionárias sobre o consumo interno

As sanções também geraram impacto significativo sobre a inflação e o poder de compra da população russa. As sanções provocaram escassez de bens importados, levando ao aumento dos preços em setores como eletrônicos, automóveis e medicamentos (Abely, 2024). A inflação atingiu picos superiores a 17% em abril de 2022, pressionando o poder de compra da população (Banco Central da Rússia, 2022). Os efeitos foram sentidos na elevação dos preços e na redução do poder de compra da população.

A restrição de importações, especialmente de bens de consumo e alimentos processados, combinada à depreciação inicial do rublo, resultou em aumento generalizado dos preços internos (Gurvich & Prilepskiy, 2022; Radin, 2024). Os preços de produtos importados subiram até 50% nos primeiros meses após a imposição das sanções, enquanto bens produzidos internamente sofreram aumento devido à escassez de insumos e à maior pressão sobre os custos de produção. O setor de alimentos e medicamentos foi particularmente afetado, refletindo a vulnerabilidade de segmentos essenciais da economia russa (Gurvich & Prilepskiy, 2022; Klepach, 2022).

Em março de 2022, a inflação anual ultrapassou 17%, pressionada pela desvalorização do rublo e pela interrupção de cadeias de suprimento (Gurvich & Prilepskiy, 2022). Embora os índices tenham se estabilizado nos meses seguintes, o custo de vida aumentou, afetando especialmente as camadas médias urbanas. Ademais, a saída de empresas estrangeiras impactou o mercado de trabalho, com fechamento de postos em setores como varejo, tecnologia e serviços.

Para conter o impacto sobre o consumo, o governo russo implementou medidas de controle de preços e subsídios, além de políticas de incentivo à produção nacional. Essas ações mitigaram parcialmente o aumento da inflação, mas não eliminaram totalmente a pressão sobre o poder de compra da população (Portela, 2022). Autores como Connolly (2022b) e Trubnikov (2022) observam que, embora as pressões inflacionárias tenham gerado descontentamento e limitações de consumo, a economia russa mostrou uma capacidade de adaptação interna significativa. O controle de capitais, a substituição de importações e a priorização de setores estratégicos permitiram amortecer os efeitos sociais mais graves, reduzindo a eficácia coercitiva plena das sanções no curto prazo.

Portanto, embora as sanções tenham elevado os preços internos e pressionado o consumo, a combinação de políticas governamentais e de adaptação econômica permitiram à Rússia manter relativa estabilidade durante o primeiro ano de guerra.

2.3.8 Síntese dos efeitos

Entre fevereiro e dezembro de 2022, os nove pacotes de sanções contra a Rússia foram implementados, abrangendo setores estratégicos da economia e da política russa. Essas medidas buscaram restringir a capacidade de financiamento da guerra, isolar Moscou do sistema internacional e pressionar sua economia em múltiplas frentes (Giumelli, 2024). Os impactos, entretanto, foram heterogêneos, atingindo com maior intensidade os setores financeiro, energético, tecnológico e industrial, além de afetar o comércio, a logística e o consumo interno. A tabela a seguir sistematiza os principais efeitos observados em diferentes setores ao longo de 2022, destacando os principais impactos das sanções sobre a Rússia.

Quadro 5 - Efeitos das sanções da UE contra a Rússia (1º ao 9º pacote)

Setor	Efeito das sanções	Impacto principal	Referência
Financeiro	Exclusão do SWIFT e congelamento de reservas do Banco Central da Rússia.	Redução do acesso a divisas estrangeiras; limitação da capacidade de estabilizar o rublo.	Conselho Europeu (2022a)
Comércio exterior	Proibição de exportações de alta tecnologia (semicondutores,	Paralisação de cadeias produtivas em setores de defesa, aviação e automotivo.	Connolly (2022b)

	aeronaves, bens de uso duplo).		
Energia	Embargo parcial ao petróleo, restrições ao carvão e metas de redução do gás russo.	Queda progressiva da receita energética e necessidade de redirecionar exportações.	Conselho Europeu (2022b)
Tecnologia e indústria	Suspensão da venda de aeronaves, peças e serviços; saída de montadoras ocidentais.	Redução da frota aérea e queda de mais de 60% na produção automotiva.	OECD (2022)
Transporte e logística	Proibição de navios russos em portos da UE e restrição do espaço aéreo europeu.	Isolamento logístico, aumento de custos de transporte e dificuldade de acesso a mercados.	Comissão Europeia (2022a)
Investimentos e capitais	Retirada de empresas estrangeiras e congelamento de ativos.	Mais de 1.000 empresas deixaram a Rússia; queda de investimentos diretos externos.	Yaffe (2022)
Consumo interno	Escassez de bens importados e inflação de produtos essenciais.	Inflação atingiu 17% em abril de 2022; queda do poder de compra da população.	Banco Central da Rússia (2022a)
Indivíduos e organizações	Aumento da vulnerabilidade legal e econômica de indivíduos e organizações.	Congelamento de ativos, proibição de viajar e restrições financeiras sobre líderes políticos, empresários e empresas estatais; limitação da capacidade de operação de organizações privadas no exterior.	Conselho Europeu (2022a); Portela, (2022); Gurvich & Prilepskiy (2022)

Fonte: Elaboração própria.

Os efeitos dessas medidas, embora reais, ressaltam a organização estrutural da Rússia em enfrentar os desafios inerentes às sanções. A análise dos efeitos dos nove primeiros pacotes de sanções da UE contra a Rússia em 2022 permite concluir que, embora tenham gerado impactos substanciais em setores que receberam

medidas coercitivas, estas não alcançaram o objetivo político de forçar o governo a alterar sua postura na guerra. As restrições afetaram a estrutura econômica do país, mas a resistência demonstrada pelo governo russo, aliada à reorientação de mercados e estratégias de substituição de importações, reduziu significativamente o alcance esperado dessas medidas. O caso confirma a teoria sobre sanções econômicas, que destaca seus efeitos limitados contra grandes potências, sobretudo quando estas dispõem de recursos estratégicos e apoio de parceiros internacionais.

A análise desses múltiplos efeitos revela um padrão central: as sanções da UE geraram impactos expressivos, mas não decisivos. Elas foram eficazes em restringir o acesso russo a capitais, tecnologias e mercados ocidentais, mas a capacidade de adaptação do Estado russo e a diversificação de parcerias comerciais mitigaram o potencial coercitivo das medidas. Como argumenta Lindsey (2023), a eficácia das sanções deve ser medida não apenas em termos econômicos imediatos, mas sobretudo em sua capacidade de alterar o comportamento político do Estado-alvo.

No caso da Rússia, até o final de 2022, não houve mudança significativa em relação à guerra, indicando que o impacto econômico não se traduziu em coerção política efetiva. Dessa forma, pode-se concluir que, embora os pacotes de sanções da UE entre fevereiro e dezembro de 2022 tenham atingido duramente setores estratégicos da Rússia, os efeitos tenderam a ser neutralizados, como demonstraremos no Capítulo 3 com a análise dos mecanismos causais e os resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 3 MECANISMOS DE ADAPTAÇÃO DA RÚSSIA ÀS SANÇÕES: ANÁLISE CAUSAL E RESULTADOS DA PESQUISA

No capítulo 3, analisa-se as contramedidas adotadas pela Rússia frente às sanções impostas pela UE em 2022. A partir da análise dos pacotes 1 ao 9, busca-se demonstrar como a Rússia articulou respostas econômicas, financeiras, tecnológicas e políticas para mitigar os impactos das sanções, preservando relativa estabilidade e mantendo sua capacidade de conduzir a guerra na Ucrânia. A hipótese das contramedidas da Rússia frente às sanções será testada no delineamento de processo entre sanções e a continuidade da guerra. Nesse sentido, a tese contribui para compreender a eficácia limitada das sanções contra a Rússia apresentando os resultados da pesquisa.

3.1 Medidas de resposta da Rússia às sanções

Imediatamente após o início da guerra e a adoção das primeiras sanções da UE, a Rússia iniciou um conjunto de medidas defensivas e retaliatórias em diversos setores como energia, finanças, transporte, mídia, indústria e comércio exterior, forçando o país a buscar alternativas para mitigar seus impactos (Comissão Europeia, 2022a). Com isso, a resposta da Rússia às sanções de 2022 foi uma estratégia multisetorial. A Rússia adotou uma estratégia centrada em vários eixos de reação às medidas coercitivas, envolvendo tanto medidas econômicas quanto estratégias políticas e diplomáticas. Na investigação da tese, identificamos as evidências sobre como a Rússia reagiu e buscou formas de adaptação a essas sanções.

3.1.1 Contramedidas e adaptação russa: 1º ao 5º pacote de sanções

No período de fevereiro a abril de 2022, identificamos por parte da Rússia contramedidas em diversos setores: medidas de resposta macroeconômicas e financeiras de emergência, assim como na área diplomática e na política doméstica e internacional, nos setores de transporte aéreo e aviação, além de maior centralização política e informacional e mobilização simbólica nacionalista (Lee et al., 2022; Decreto Presidencial da Rússia, 2022). A partir disso, coletamos evidências das contramedidas russas e apontaremos a importância dessas medidas para a estratégia de continuidade da guerra:

- a) **Medidas macroeconômicas e financeiras**

As primeiras iniciativas concentraram-se na área macroeconômica e financeira, lideradas pelo Banco Central da Rússia, que elevou a taxa básica de juros para 20%, implementou rígidos controles de capitais e obrigou empresas exportadoras a converter parte significativa de suas receitas em moeda estrangeira para rublos (CNN Brasil, 2025). Essas medidas visavam estabilizar a moeda nacional, que havia sofrido forte depreciação nos primeiros dias do conflito, mas conseguiu recuperar valor em poucas semanas (Gurvich & Prilepskiy, 2022).

Em resposta ao choque inicial causado pelas sanções, o Banco da Rússia implementou cortes acelerados na taxa básica de juros para estimular a economia e estabilizar o rublo (Banco Central da Rússia, 2022b). Em 10 de junho de 2022, a taxa foi reduzida para 9,5%; em 22 de julho, para 8%; e em 16 de setembro, para 7,5%. Essas reduções visaram combater a desinflação e promover a normalização financeira no país (Lee et al., 2022).

Com a inclusão do *National Settlement Depository* (NSD) nas sanções da UE em 3 de junho de 2022, a Rússia enfrentou dificuldades em realizar pagamentos de seus eurobônus em moeda estrangeira (NSD, 2022). Em resposta, o Decreto Presidencial nº 394, de 22 de junho de 2022, estabeleceu um procedimento “temporário” permitindo que os pagamentos fossem feitos em rublos por meio da infraestrutura doméstica do NSD (Kremlin, 2022a). O Ministério das Finanças iniciou a transferência de cupons em rublos para o NSD a partir de 23 de junho de 2022, garantindo o cumprimento das obrigações do país (Kremlin, 2022a).

Para proteger a economia e o rublo, o governo russo implementou controles de capitais, incluindo a obrigatoriedade de exportadores venderem 80% de suas receitas em moeda estrangeira (Decreto Presidencial n.º 79, fev. 2022). No entanto, a obrigação foi gradualmente flexibilizada: em abril de 2022, o prazo para venda foi estendido para até 60 dias para certos setores (Decreto Presidencial n.º 79, fev. 2022). Em maio, a exigência foi reduzida para 50%, com o Banco da Rússia ganhando poderes para controlar os prazos (Interfax, 2022). Em junho de 2022, a venda obrigatória foi cancelada, passando, portanto, a não haver mais obrigação formal de venda (Interfax, 2022). Essas medidas visaram estabilizar o mercado de câmbio e reduzir a pressão sobre o rublo, permitindo uma maior flexibilidade nas transações internacionais.

As medidas macroeconômicas e financeiras adotadas pela Rússia entre fevereiro e abril de 2022 demonstraram uma resposta estratégica e coordenada aos

impactos das sanções da UE. Os cortes na taxa de juros, os ajustes nos controles de capitais e os pagamentos de eurobônus em rublos foram instrumentos cruciais para estabilizar a economia, preservar a confiança dos investidores e garantir a continuidade das obrigações financeiras do país (Russian News Agency, 2022). Essas ações evidenciam a capacidade da Rússia de adaptar sua política econômica diante de desafios externos, buscando mitigar os efeitos das sanções e manter a estabilidade interna.

b) Setor diplomático e política externa

Entre fevereiro e abril de 2022, a Rússia enfrentou pressões políticas e diplomáticas significativas decorrentes da imposição dos primeiros cinco pacotes de sanções. Em resposta, Moscou adotou uma série de contramedidas estratégicas, voltadas tanto para neutralizar o impacto externo das sanções quanto para consolidar o apoio interno e a legitimidade do governo.

No plano diplomático, a Rússia realizou expulsões recíprocas de diplomatas de países europeus, reduzindo a presença de representantes ocidentais em Moscou e sinalizando uma postura firme contra o que considerava uma interferência externa nos assuntos internos do país (Suslov, 2022). Essa ação teve duplo efeito: por um lado, buscou mitigar pressões externas sobre a condução da guerra na Ucrânia, e, por outro, serviu como instrumento simbólico para reforçar a narrativa de que a Rússia estava cercada e sob ameaça do Ocidente, mobilizando apoio interno.

No plano externo, a Rússia também buscou fortalecer relações com países não ocidentais, como China, Índia e Turquia, visando contornar o isolamento diplomático e econômico imposto pelos pacotes de sanções iniciais (Leahy et al., 2024). Além disso, buscou a diversificação de seus parceiros comerciais e energéticos, garantindo acesso contínuo a mercados críticos em meio às medidas europeias (Kuznetsov, 2022). Estas incluíram acordos para manter as exportações de energia, promover o comércio bilateral em moedas locais e coordenar investimentos em projetos de infraestruturas, reduzindo a dependência dos sistemas financeiros ocidentais.

Ao mesmo tempo, Moscou utilizou sua posição em fóruns internacionais para criticar a política sancionatória da UE e apresentar-se como vítima de coerção econômica, construindo uma narrativa que buscava minar a legitimidade das sanções no cenário global (Suslov, 2022). Além disso, Putin questionou a legitimidade das sanções ocidentais, apresentando-se como vítima de medidas econômicas coercitivas. Esta narrativa procurava obter apoio diplomático de países não ocidentais

e reduzir a influência da UE e dos EUA em discussões multilaterais sobre a guerra na Ucrânia (Suslov, 2022).

A Rússia adotou também uma abordagem de comunicação estratégica, enfatizando a soberania, a multipolaridade e a resistência à hegemonia ocidental (Euronews, 2022). Estas narrativas destinavam-se tanto ao público estrangeiro, particularmente no Sul Global, como à sinalização a potenciais parceiros de que a Rússia permanecia um ator político e econômico confiável, apesar das sanções (Morozov, 2022).

As contramedidas da Rússia no setor diplomático e no setor de política externa durante a implementação dos pacotes 1º ao 5º articularam ações de construção de alianças, posicionamento internacional estratégico com a manutenção da influência diplomática russa. Essas medidas permitiram a Rússia reduzir o impacto imediato das sanções, consolidar sua unidade política e projetar uma imagem de resistência perante aliados e adversários.

c) Aviação e logística de transporte

Entre as contramedidas adotadas, destacam-se ações estratégicas voltadas para garantir a continuidade operacional do setor, reduzir a dependência de equipamentos estrangeiros e assegurar a mobilidade doméstica e internacional do país.

Um dos principais instrumentos de contramedida foi a proibição de sobrevoos do espaço aéreo russo por companhias aéreas ocidentais, bem como a restrição ao uso de aeronaves arrendadas de empresas estrangeiras, em resposta às sanções que limitavam o fornecimento de peças, manutenção e seguros internacionais (IATA, 2022). Essa medida teve efeito duplo: dificultou o trânsito de companhias estrangeiras em rotas russas, fortalecendo o controle sobre o espaço aéreo nacional, e pressionou empresas ocidentais que operavam no país a negociarem soluções com Moscou.

Além disso, a Rússia implementou medidas de nacionalização e substituição de aeronaves arrendadas para reduzir a vulnerabilidade do setor frente a restrições externas. Foram adotadas estratégias de manutenção doméstica e formação de estoques de peças essenciais, garantindo que as operações aéreas continuassem apesar da interrupção temporária do fornecimento internacional.

No âmbito do transporte terrestre e logístico, houve esforços para reorganizar rotas e operações, buscando contornar limitações impostas por sanções a transportadoras internacionais e serviços de logística (Ukrinform, 2022). A adaptação

incluiu o fortalecimento de transportes internos e a coordenação com parceiros não ocidentais, visando manter o fluxo de mercadorias estratégicas, incluindo alimentos e insumos industriais, mesmo diante do isolamento gradual imposto pelas sanções (Kuznetsov, 2022).

No setor de transporte marítimo, as contramedidas incluíram a adaptação das rotas comerciais e a intensificação do uso de navios de bandeira russa ou de terceiros países, buscando driblar restrições sobre armadores e seguros internacionais (Reuters, 2025). Houve também planejamento para contornar possíveis limitações de preço e bloqueios portuários em portos europeus, garantindo a exportação de petróleo, gás e outras commodities essenciais (Kuznetsov, 2022). Essas ações refletiram uma estratégia coordenada para preservar a capacidade de exportação e a arrecadação de divisas, apesar das sanções direcionadas ao setor marítimo.

As contramedidas da Rússia nos setores de aviação, transporte terrestre e marítimo demonstraram uma resposta pragmática, estratégica e coordenada, combinando medidas de restrição externa, substituição tecnológica, reorganização logística e adaptação das rotas de exportação (IATA, 2022). Tais ações permitiram ao país manter operações críticas, reduzir vulnerabilidades e preparar o terreno para respostas mais robustas nos pacotes de sanções subsequentes.

d) Centralização política e informacional

A Rússia também implementou medidas de centralização política e controle informacional. Essas ações visaram garantir a coesão interna, reduzir contestação política e consolidar o controle do Estado sobre fluxos de informação críticos para a narrativa oficial (Euronews, 2022).

No plano político, o Kremlin reforçou a centralização do poder, concentrando decisões estratégicas em órgãos governamentais de alto nível e fortalecendo o papel do Executivo na coordenação das respostas econômicas e diplomáticas (Kluyev, 2022). Ao mesmo tempo, medidas foram adotadas para monitorar e restringir a atuação de organizações da sociedade civil com vínculos internacionais, dificultando a circulação de informações que pudesse desafiar a condução do governo e o apoio interno às políticas de guerra.

No aspecto informacional, houve intensificação da censura e do controle da mídia, com o bloqueio de veículos de comunicação independentes ou de imprensa estrangeira considerados hostis (Morozov, 2022). As campanhas de mídia oficial enfatizaram uma narrativa de defesa da soberania nacional e resistência ao Ocidente,

resgatando elementos históricos e nacionalistas para reforçar a mobilização simbólica da população (Kremlin, 2022b).

Além disso, foram utilizadas estratégias de instrumentalização simbólica, como eventos, discursos e mensagens governamentais, para consolidar a percepção de que a Rússia enfrentava uma ameaça externa e, portanto, exigia unidade interna (Kremlin, 2022b). Essas ações permitiram minimizar dissidências e sustentar a legitimidade do governo durante o choque econômico e político causado pelas sanções.

A centralização política e informacional constituiu um mecanismo essencial de adaptação da Rússia frente aos pacotes 1º ao 5º, articulando controle interno, narrativa oficial e mobilização simbólica. Essa estratégia reforçou a estabilidade política em meio à pressão externa.

e) Mobilização simbólica e nacionalista

A Rússia implementou estratégias de mobilização simbólica e nacionalista como parte de suas contramedidas. Essas ações visaram fortalecer o apoio interno, consolidar a legitimidade do governo e sustentar a moral da população frente à pressão econômica e diplomática externa.

Um dos principais instrumentos utilizados foi a recuperação de referências históricas e símbolos nacionais, como a narrativa da “Grande Guerra Patriótica” e a defesa da soberania territorial (Kremlin, 2022b). Essa narrativa foi amplamente difundida por meio de discursos oficiais, mídias estatais e campanhas públicas, com o objetivo de criar um sentimento de unidade nacional e justificar as ações do governo no contexto do conflito na Ucrânia (Morozov, 2022).

No âmbito político doméstico, o Kremlin fortaleceu a centralização do poder, intensificando o controle sobre órgãos de governo, mídia e estruturas de fiscalização da sociedade civil. Foram adotadas medidas para restringir a atuação de organizações não governamentais com vínculos internacionais, bem como iniciativas para monitorar e criminalizar manifestações e discursos críticos às ações do Estado russo (Kluyev, 2022). A intensificação da censura e a promoção de uma narrativa de “defesa da soberania nacional” contribuíram para reduzir contestação interna e consolidar a coesão política durante o período de sanções.

Além disso, Moscou reforçou o uso de instrumentos simbólicos e narrativos como parte de sua estratégia política. A retórica oficial enfatizou a ideia de um conflito existencial contra o Ocidente, recuperando elementos históricos e nacionalistas que apelavam à memória da “Grande Guerra Patriótica” para fortalecer o sentimento de

unidade nacional (Morozov, 2022). Essa mobilização simbólica foi essencial para sustentar o consenso interno frente à crise econômica e à pressão internacional.

A Rússia promoveu eventos e ações simbólicas que reforçavam a identidade nacional e a resistência frente ao Ocidente. Entre essas ações, destacam-se homenagens militares, campanhas patrióticas em escolas e universidades e ampla cobertura mediática de atos simbólicos do governo, todos voltados a estimular a percepção de uma ameaça externa compartilhada que exigia coesão e mobilização popular (Morozov, 2022).

No âmbito político, a mobilização simbólica e nacionalista complementou a centralização do poder e o controle informacional, criando um ambiente no qual críticas internas eram minimizadas e a população permanecia majoritariamente alinhada às políticas do governo (Kremlin, 2022b). Esse mecanismo permitiu que Moscou mitigasse o impacto político das sanções externas, mantendo o consenso interno e a capacidade de conduzir políticas econômicas, diplomáticas e militares durante os primeiros meses do conflito. Além disso, a mobilização simbólica e nacionalista constituiu um instrumento estratégico de adaptação da Rússia, articulando elementos históricos, culturais e políticos para sustentar o apoio doméstico, reforçar a legitimidade do Estado e enfrentar os efeitos das sanções.

A análise das reações russas aos cinco primeiros pacotes de sanções evidencia que Moscou respondeu de maneira rápida e diversificada, articulando medidas de emergência. Essa capacidade de adaptação inicial permitiu ao governo russo conter os efeitos imediatos das sanções e preservar uma relativa estabilidade interna, ainda que a custos elevados. No entanto, a partir de junho de 2022, com a intensificação das medidas restritivas nos pacotes 6 a 9, a UE passou a ampliar a pressão sobre setores estratégicos (em especial energia, tecnologia e comércio exterior), exigindo novas respostas por parte da Rússia, que serão analisadas na seção seguinte.

3.1.2 Contramedidas e adaptação russa: 6º ao 9º pacote de sanções

Entre junho e dezembro de 2022, a UE aprovou mais quatro pacotes de sanções, ampliando significativamente o escopo e a intensidade das medidas restritivas contra a Rússia. Essas rodadas focaram especialmente em setores estratégicos como energia, comércio, tecnologia, transporte marítimo e serviços financeiros, aprofundando o isolamento econômico e político do país.

Em resposta, Moscou adotou novas contramedidas que refletiram tanto a necessidade de adaptação econômica quanto a ênfase na instrumentalização política do conflito, com ações que envolveram o redirecionamento de exportações energéticas, o fortalecimento de laços comerciais com países não ocidentais, a restrição de saídas corporativas e a intensificação do controle interno. Esse período marca uma fase de maior complexidade na interação entre sanções e contramedidas, em que a Rússia buscou não apenas resistir à pressão imediata, mas também consolidar estratégias de médio prazo para mitigar os efeitos cumulativos das medidas impostas pela UE. Na coleta de evidências das contramedidas, destacamos os respectivos setores:

a) Energia e comércio exterior

O setor energético foi fortemente impactado pelas restrições a exportações de petróleo e gás, incluindo cortes nos preços e limitações de transporte para a Europa. A Rússia respondeu com a diversificação de mercados, intensificando exportações para Ásia, Oriente Médio e África, bem como promovendo vendas em moedas alternativas ao dólar e euro, principalmente em rublos e yuan (Kuznetsov, 2023). No comércio exterior, houve reestruturação de rotas logísticas e aumento da utilização de portos e transportadoras não ocidentais, garantindo continuidade das exportações e mitigando perdas financeiras.

Entre junho e dezembro de 2022, os pacotes 6º ao 9º de sanções da UE impuseram restrições significativas ao setor energético russo, incluindo limitação de preços do petróleo, cortes de fornecimento para a Europa e barreiras ao comércio de gás natural. Em resposta, a Rússia adotou uma série de contramedidas para mitigar os impactos financeiros e manter suas exportações estratégicas.

Um dos principais mecanismos foi a diversificação de mercados internacionais, com aumento das exportações de petróleo e gás para países da Ásia (China e Índia), Oriente Médio e África. Essa estratégia permitiu reduzir a dependência do mercado europeu, que representava tradicionalmente a maior parte das receitas do setor energético russo (Kuznetsov, 2023).

Além disso, a Rússia implementou vendas em moedas alternativas, como rublos e yuan, em substituição ao dólar e euro (Pandey, 2022). Essa medida não apenas garantiu arrecadação de divisas, mas também fortaleceu o uso do rublo em transações internacionais, alinhando-se a uma estratégia macroeconômica de resiliência frente ao sistema financeiro ocidental (Suslov, 2023).

No comércio exterior em geral, houve uma reestruturação das rotas logísticas, com maior uso de portos e transportadoras de países parceiros, evitando bloqueios ou restrições impostas por sanções europeias (Kuznetsov, 2023). Esse movimento incluiu também o redirecionamento de fluxos comerciais, priorizando exportações essenciais como energia, fertilizantes e commodities estratégicas, mantendo a arrecadação de recursos críticos para o Estado (Kuznetsov, 2023).

A combinação dessas contramedidas demonstrou que, mesmo diante de sanções mais amplas e complexas, a Rússia foi capaz de adaptar suas políticas de comércio exterior e energia, mantendo parte significativa de sua capacidade de exportação e mitigando impactos imediatos sobre a economia e a arrecadação de divisas.

b) Finanças e setor empresarial

No âmbito financeiro, Moscou implementou medidas de controle de capitais, mantendo restrições à saída de divisas e incentivando o uso de sistemas domésticos de pagamento, como o Mir e o SPFS, frente às limitações do SWIFT (Suslov, 2023). Empresas estratégicas receberam apoio estatal direto, incluindo linhas de crédito e garantias, para preservar a produção e minimizar o impacto das sanções em setores essenciais, como defesa, energia e transporte. Houve ainda adaptação de mecanismos para pagamento de eurobônus e dívidas externas, garantindo o cumprimento de obrigações financeiras mesmo sob restrições internacionais.

Entre junho e dezembro de 2022, os pacotes de sanções 6º ao 9º da UE tiveram impactos significativos sobre o setor financeiro e empresarial russo, incluindo restrições ao acesso a mercados de capitais internacionais, exclusão de mais bancos russos do SWIFT, limitações à importação de tecnologias críticas e vetos a investimentos estrangeiros. Em resposta, Moscou adotou contramedidas e adaptações estratégicas para preservar a estabilidade econômica e garantir a continuidade operacional das suas empresas.

No âmbito financeiro, o governo russo reforçou os controles de capitais, limitando transferências de divisas ao exterior e estabelecendo regras mais rígidas para conversão de receitas em moeda estrangeira (Suslov, 2023). Paralelamente, fortaleceu os sistemas de pagamento domésticos, como o Mir e o SPFS, permitindo que transações internas e internacionais com parceiros não ocidentais continuassem sem depender do dólar, euro ou do SWIFT.

O setor empresarial estratégico recebeu apoio direto do Estado, por meio de linhas de crédito, garantias e incentivos fiscais, garantindo a operação de empresas de setores críticos, como energia, defesa, transporte e produção industrial (Suslov, 2023). Além disso, mecanismos foram adotados para que o pagamento de dívidas externas e eurobônus pudesse ser realizado mesmo sob restrições financeiras internacionais, minimizando riscos de inadimplência e mantendo a confiança dos investidores domésticos e internacionais (Kuznetsov, 2023).

Em termos de adaptação corporativa, empresas russas intensificaram esforços de substituição de importações, especialmente em setores dependentes de insumos tecnológicos e maquinaria estrangeira (Meissner & Graziani, 2023). Foram priorizados acordos comerciais e de financiamento com países não ocidentais, garantindo o acesso a tecnologias críticas e ao capital necessário para manter a produção.

Essas contramedidas demonstram que, diante de sanções mais severas, a Rússia continuou capaz de adaptar seu sistema financeiro e empresarial, reduzindo vulnerabilidades estratégicas e preservando operações essenciais para a economia e para a continuidade de suas políticas domésticas e externas.

c) **Tecnologias e inovação**

As sanções restringiram o fornecimento de semicondutores, softwares e equipamentos tecnológicos. Em resposta, a Rússia intensificou esforços de substituição de importações e desenvolvimento tecnológico interno, bem como a cooperação com países não ocidentais para acesso a tecnologias críticas (Morozov, 2023). Esse movimento buscou minimizar vulnerabilidades em determinados setores estratégicos. Nos pacotes 6º ao 9º de sanções da UE, incluíram-se restrições significativas ao fornecimento de tecnologias críticas, semicondutores, softwares avançados e equipamentos industriais, impactando setores estratégicos da economia russa, como defesa, energia e comunicações (Comissão Europeia, 2022a). Para enfrentar essas limitações, Moscou implementou uma série de contramedidas e estratégias de adaptação tecnológica.

Uma das principais medidas foi o fortalecimento da substituição de importações, incentivando o desenvolvimento doméstico de semicondutores, softwares industriais e componentes eletrônicos essenciais (Morozov, 2023). O governo também priorizou parcerias tecnológicas com países não ocidentais, especialmente China, Índia e Turquia, para contornar a escassez de equipamentos e manter a capacidade produtiva tecnológica e militar do país (Leahy et al., 2024).

Além disso, empresas governamentais receberam maior apoio estatal direto para pesquisa e desenvolvimento (P&D), acelerando projetos de inovação tecnológica e reduzindo a dependência de fornecedores ocidentais (Yermolaeva, 2022). O investimento em capacidades nacionais de produção de tecnologia crítica tornou-se prioridade, com destaque para setores de defesa, energia e telecomunicações.

Em paralelo, a Rússia desenvolveu estratégias para manutenção e reparo de equipamentos existentes, criando estoques de peças e promovendo centros de engenharia nacionais capazes de substituir componentes importados (Trubnikov, 2022; Yermolaeva, 2022). Essas medidas reduziram vulnerabilidades e permitiram que setores estratégicos continuassem operando com relativa autonomia tecnológica, apesar das restrições externas.

As contramedidas russas no campo de tecnologia e inovação foram multidimensionais, combinando substituição de importações, cooperação internacional seletiva, investimento em P&D e fortalecimento da indústria doméstica (Suslov, 2023). Essas ações permitiram ao país minimizar os impactos das sanções tecnológicas e preservar capacidades essenciais para a economia, a defesa e a condução da guerra.

d) Transporte e logística

No transporte aéreo e marítimo, as contramedidas incluíram a reestruturação de rotas, uso de frotas nacionais e de países parceiros, e nacionalização de serviços críticos, reduzindo dependência de fornecedores ocidentais (IATA, 2022; Kuznetsov, 2023). No transporte terrestre e logístico, houve ampliação da coordenação com parceiros asiáticos e do Oriente Médio, garantindo circulação de mercadorias estratégicas e continuidade da cadeia de abastecimento doméstica e internacional.

Os pacotes 6º ao 9º de sanções da UE impactaram significativamente os setores de transporte aéreo, marítimo e terrestre da Rússia, com restrições sobre arrendamento de aeronaves, seguros, manutenção, sobrevoos e acesso a portos e rotas internacionais. Em resposta, Moscou implementou contramedidas estratégicas para garantir a continuidade operacional e a mobilidade de mercadorias e pessoas.

No setor aéreo, a Rússia restringiu sobrevoos estrangeiros e nacionalizou ou substituiu aeronaves arrendadas, fortalecendo sua capacidade de manutenção interna e formou estoques de peças essenciais (IATA, 2022). Essa medida garantiu a continuidade de voos domésticos e internacionais com países parceiros, apesar das limitações impostas pelo Ocidente.

No transporte marítimo, as contramedidas incluíram a utilização de navios de bandeira russa ou de países não ocidentais, além de reestruturação de rotas comerciais para contornar bloqueios e restrições portuárias. Essas ações asseguraram a exportação de petróleo, gás, fertilizantes e outras commodities estratégicas, mantendo receitas essenciais para o Estado (Kuznetsov, 2023).

Na logística do transporte terrestre, Moscou intensificou a coordenação com parceiros asiáticos e do Oriente Médio, reorganizou rotas de transporte de mercadorias e fortaleceu a infraestrutura logística doméstica, garantindo a circulação de produtos críticos para a economia e para o abastecimento da população. Além disso, empresas de transporte receberam apoio estatal direto, incluindo garantias e incentivos, para reduzir impactos das sanções e manter a operação contínua.

As contramedidas russas no setor de transporte e logística foram coordenadas, envolvendo nacionalização de ativos, reestruturação de rotas, cooperação internacional seletiva e fortalecimento da infraestrutura doméstica. Essas ações permitiram à Rússia mitigar os efeitos das sanções sobre a mobilidade de mercadorias e pessoas, preservando a capacidade de exportação e o funcionamento do sistema logístico estratégico.

e) Política doméstica e narrativa da guerra

Na política doméstica, o governo russo fortaleceu a centralização do poder e o controle informacional, intensificando censura e regulamentação de mídia, e promovendo a narrativa de resistência ao Ocidente e defesa da soberania nacional (Morozov, 2023). Para a narrativa da guerra, o governo russo buscou ampliar relações com países não ocidentais e reforçar sua posição em fóruns internacionais, desafiando a legitimidade das sanções e projetando uma imagem de “resiliência estratégica” frente às sanções europeias (Suslov, 2023).

Em resposta aos pacotes de sanções, o governo russo adotou medidas estratégicas no campo da política doméstica e da narrativa da guerra, com o objetivo de preservar a coesão interna, sustentar o apoio popular e consolidar a legitimidade do Estado frente aos efeitos das sanções.

No âmbito da política doméstica, houve fortalecimento da centralização do poder, com decisões estratégicas concentradas nos níveis mais altos do Executivo e maior coordenação entre ministérios, órgãos de segurança e empresas estatais. O governo ampliou mecanismos de controle sobre a sociedade civil, mídia e

organizações não governamentais, limitando a circulação de informações consideradas hostis ou contrárias à narrativa oficial (Morozov, 2023).

Paralelamente, o Kremlin intensificou a narrativa da guerra, enfatizando a ideia de que a Rússia enfrentava uma ameaça externa conjunta e defendia sua soberania e integridade territorial (Suslov, 2023). Essa narrativa foi amplamente difundida por meio de mídias estatais, discursos oficiais, campanhas simbólicas e educativas, com forte apelo nacionalista e histórico, resgatando referências à “Grande Guerra Patriótica” e à identidade russa (Suslov, 2023).

A construção dessa narrativa cumpriu múltiplas funções: minimizar críticas internas, reforçar o apoio popular às políticas de guerra e às medidas econômicas emergenciais, além de criar um clima de unidade nacional frente ao “cerco” ocidental (Geissler et al., 2022). A mobilização simbólica e mediática complementou as medidas econômicas e diplomáticas, permitindo que o governo mitigasse os impactos políticos das sanções e preservasse a estabilidade interna durante o período de maior pressão externa. O controle informacional e a construção de uma narrativa nacionalista garantiram que a população permanecesse majoritariamente alinhada às políticas do governo (Geissler et al., 2022). Esse conjunto de medidas tornou-se um mecanismo central de adaptação estratégica frente à intensificação das sanções internacionais.

Em resumo, os pacotes 6º ao 9º de sanções da UE provocaram respostas mais sofisticadas e articuladas da Rússia, com mecanismos de adaptação que combinaram reestruturação econômica, substituição tecnológica, diversificação de parcerias internacionais e mobilização na política doméstica, permitindo ao país mitigar os impactos das medidas coercitivas e manter sua capacidade de ação estratégica na guerra.

3.2 Análise causal das sanções da UE e contramedidas russas

No caso em estudo, a hipótese central formulada é a de que as contramedidas russas neutralizaram, total ou parcialmente, os efeitos esperados das sanções europeias, permitindo à Rússia manter a capacidade bélica e sustentar a guerra ao longo do período analisado. Para compreender esse processo, torna-se necessário examinar como cada pacote de sanções foi respondido pelo governo russo, não de maneira isolada, mas como parte de um jogo estratégico de ação e reação que estruturou a relação entre as sanções da UE e a Rússia em 2022.

O delineamento de processo é o método qualitativo adequado para examinar mecanismos causais complexos em estudos de caso, permitindo identificar como e por que determinados fatores produzem (ou não) os efeitos esperados em situações empíricas (Bennett & Checkel, 2015). No presente estudo, o método é aplicado para rastrear a relação entre a variável independente (as sanções da UE contra a Rússia nos pacotes de 1 a 9 de 2022) e a variável dependente (a continuidade da guerra na Ucrânia), testando a hipótese de que as contramedidas russas neutralizaram ou reduziram significativamente a eficácia esperada das sanções. Na pesquisa, a análise causal requer observar a seguinte sequência:

Quadro 6 – Análise causal

Ação inicial (sanções) → reação (contramedidas russas) → resultado observado (neutralização parcial das sanções/continuidade da guerra)

Elaboração própria.

Nesse sentido, a tabela da análise causal evidencia a correlação entre os pacotes sancionatórios e as respostas de Moscou, que se mostraram rápidas, adaptativas e, frequentemente, eficazes na mitigação dos impactos. Ilustra-se que, a cada rodada de sanções, a Rússia respondeu com contramedidas direcionadas, que se tornaram progressivamente mais sofisticadas ao longo do tempo.

O processo de imposição de sanções da UE contra a Rússia em 2022 seguiu uma dinâmica escalonada, respondendo diretamente à evolução da guerra na Ucrânia. Pelo método de delineamento de processo, é possível identificar, em cada pacote, o evento esperado pela UE, as contramedidas implementadas pela Rússia e os indicadores observáveis que revelam os efeitos e limitações dessas medidas.

Quadro 7 – Lógica causal 1º Pacote

Objetivos da UE: Restringir o acesso russo ao mercado financeiro europeu, penalizar bancos e empresas ligadas ao Kremlin e gerar custos imediatos que desestimulariam a continuação da ofensiva militar.

Contramedida russa: Defesa cambial pelo Banco Central da Rússia. Aumento da taxa básica de juros. Uso de reservas em ouro. Controles de capital. Limitação de saques em moeda estrangeira. O Banco Central elevou rapidamente a taxa de juros

de 9,5% para 20%, impôs controles de capital e obrigou exportadores a converter 80% das receitas em divisas estrangeiras.

Lógica causal: Sanções financeiras buscavam estrangular liquidez → A Rússia respondeu com estabilização monetária.

Referências: Banco Central da Rússia (2022a); Comissão Europeia (2022b).

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro pacote de sanções tinha como objetivo central enfraquecer a capacidade financeira e política da Rússia ao impor restrições a bancos, indivíduos e setores estratégicos ligados ao Kremlin (Comissão Europeia, 2022b). O mecanismo causal esperado era que o isolamento inicial gerasse custos reputacionais e de liquidez, limitando a capacidade russa de financiar a guerra. No entanto, a contramedida russa foi a intensificação do uso de reservas internas, bem como o fortalecimento de acordos bilaterais com a China e outros parceiros não ocidentais, que compensaram parte da exclusão inicial. Indicadores observáveis incluem o aumento das transações financeiras em rublos e yuan e a manutenção de reservas cambiais estratégicas reportadas pelo Banco Central da Rússia (2022a). Assim como a estabilização do rublo após queda inicial de 30% frente ao dólar e manutenção do pagamento de salários e pensões (Banco Central da Rússia (2022a)).

Os primeiros pacotes de sanções (1º ao 3º, fevereiro-março de 2022) foram direcionados sobretudo ao setor financeiro e a indivíduos ligados ao Kremlin, com medidas como o congelamento de ativos de bancos russos, restrições ao acesso aos mercados de capitais europeus e o bloqueio de reservas internacionais do Banco Central da Rússia (Comissão Europeia, 2022b, 2022c, 2022d). A expectativa da UE era provocar uma rápida instabilidade financeira e pressão sobre a economia doméstica russa. Entretanto, a resposta de Moscou foi imediata: o Banco Central elevou drasticamente a taxa de juros para 20% e impôs controles de capital, o que estabilizou temporariamente o rublo e evitou uma fuga em massa de capitais (Banco Central da Rússia, 2022a). Essa reação demonstrou um mecanismo de estratégia monetária, no qual medidas de política econômica interna neutralizaram os efeitos de curto prazo pretendidos pelas sanções.

Quadro 8 - Lógica causal 2º Pacote

Objetivos da UE: Enfraquecer o sistema bancário e a capacidade estatal de financiar a guerra, excluindo bancos russos do sistema europeu e restringindo transações financeiras.
Contramedida russa: Injeção de liquidez emergencial nos bancos e ativação do sistema de pagamentos alternativo SPFS, reduzindo dependência do SWIFT. Intensificação de comércio em rublos com China e Índia. Nacionalização parcial da frota de aviões estrangeiros.
Lógica causal: Bloqueio ao SWIFT visava isolar a Rússia → A Rússia ampliou alternativas de cooperação financeira.
Referências: Banco Central da Rússia (2022a); Comissão Europeia (2022c).

Fonte: Elaboração própria.

O segundo pacote (março de 2022) aprofundou a pressão com medidas restritivas contra bancos adicionais e figuras próximas a Vladimir Putin, além de restrições ao acesso ao sistema SWIFT. A lógica causal da UE partia do pressuposto de que o isolamento bancário desorganizaria as cadeias de pagamento e dificultaria as transações internacionais. A resposta russa foi acelerar a criação de sistemas alternativos, como o SPFS (Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras) e ampliar o uso do CIPS chinês¹. Indicadores observáveis são o aumento do número de instituições russas conectadas ao SPFS e a continuidade de exportações energéticas, apesar das barreiras financeiras (Korhonen, 2022).

Quadro 9 - Lógica causal 3º Pacote

Objetivos da UE: estrangular as reservas internacionais russas e isolar o país do mercado financeiro global, congelando ativos do Banco Central da Rússia.
Contramedida russa: Intensificação do uso de reservas em ouro e yuan. Diversificação de importações via Turquia e Ásia Central. Reorientação de exportações energéticas para China e Índia e subsídios internos ao setor.
Lógica causal: Embargo pretendia enfraquecer indústrias russas → A Rússia substituiu fornecedores.
Referências: Comissão Europeia (2022d); Russian News Agency (2022b).

Fonte: Elaboração própria.

¹ Sistema de pagamentos interbancários chinês.

O terceiro pacote (março de 2022) ampliou o escopo com restrições à aviação, exportações de bens de luxo e congelamento de ativos do Banco Central da Rússia em jurisdições europeias. O nexo causal esperado era que a perda de ativos externos e o isolamento do setor aéreo minassem a confiança dos investidores e restringissem mobilidade estratégica. Em contrapartida, Moscou nacionalizou rotas aéreas, adaptou sua frota para uso interno e expandiu voos para países não ocidentais, sobretudo Turquia, Emirados Árabes e China. Indicadores observáveis incluem a manutenção de 80% da malha aérea doméstica em 2022 e a substituição de fornecedores ocidentais por empresas asiáticas no setor de peças de aviação (IATA, 2022).

Na sequência, os pacotes de sanções de abril e maio de 2022 (4º e 5º) ampliaram restrições ao comércio, especialmente em setores industriais e logísticos, como a proibição de exportações de tecnologia avançada, produtos químicos e bens de dupla utilização. O objetivo declarado da UE era enfraquecer a base produtiva da Rússia, dificultando a manutenção da sua indústria bélica. No entanto, a Rússia respondeu promovendo diversificação comercial em direção a parceiros asiáticos, principalmente China, Índia e Turquia, além de ampliar o uso de sistemas financeiros alternativos ao SWIFT, como o sistema SPFS russo e o CIPS chinês (Katz, 2022). Essa contramedida ilustra um mecanismo de substituição externa, no qual redes alternativas de comércio e finanças reduziram a vulnerabilidade às sanções ocidentais.

Quadro 10 - Lógica causal 4º Pacote

Objetivos da UE: cortar o acesso da Rússia a componentes tecnológicos estratégicos, restringindo exportações de semicondutores, aviação e bens de luxo.
Contramedida russa: Estímulo à substituição de importações. Ampliação do comércio paralelo (“grey imports”) via Turquia, Cazaquistão e Emirados Árabes. Estímulos ao consumo interno. Fortalecimento do rublo via exportadores obrigados a vender moeda estrangeira. Aumento de exportações para Ásia. Criação de frota “sombra”.
Lógica causal: Corte de receita energética pretendia reduzir capacidade de guerra → Rússia compensou com novos mercados.
Referências: Comissão Europeia (2022e); Izvestia (2022); CEIC (2022).

Fonte: Elaboração própria.

O quarto pacote (março de 2022) focou em proibir transações com empresas estatais russas e em restringir o acesso a bens de tecnologia dual-use. A causalidade esperada era enfraquecer a base tecnológica da economia e reduzir a capacidade militar. Contudo, a contramedida russa envolveu a importação indireta de semicondutores via países intermediários (como Turquia e Cazaquistão), além de estimular a substituição de importações domésticas (McWilliams et al., 2024). Indicadores observáveis são o crescimento das exportações de tecnologia de países da Ásia Central para a Rússia em 2022 e a manutenção de linhas de produção de armamentos em Moscou (Connolly, 2023). Houve queda de 70% nas importações diretas da UE, mas com recuperação por rotas alternativas (CEIC, 2022).

Quadro 11 - Lógica causal 5º Pacote

Objetivos da UE: reduzir receitas russas de energia e transporte, proibindo importação de carvão e fechando portos a navios russos.
Contramedida russa: redirecionamento e aumento das exportações de carvão para Ásia. Fortalecimento da frota “sombra” de navios para contornar restrições. Diversificação logística via portos do Extremo Oriente. Expansão de vendas de ouro a mercados alternativos. Fortalecimento da narrativa de soberania. Aumento de 30% das exportações de carvão para Índia e China manutenção da receita estatal acima das expectativas.
Lógica causal: UE tentou reduzir reservas → Rússia explorou mercados alternativos.
Referências: Comissão Europeia (2022f); Valor Econômico (2022); Governo da Rússia (2022); OCDE (2022a).

Fonte: Elaboração própria.

O quinto pacote (abril de 2022) introduziu medidas duras contra o carvão russo e restrições de transporte marítimo. A expectativa da UE era gerar perda de receitas energéticas significativas e pressionar o orçamento de guerra. A Rússia, porém, redirecionou suas exportações de carvão para Índia e China, oferecendo descontos que permitiram manter a entrada de divisas. Indicadores observáveis são o aumento em 30% das importações indianas de carvão russo em 2022 e a estabilização da balança comercial russa (Russian News Agency, 2023).

Quadro 12 - Lógica causal 6º Pacote

<p>Objetivos da UE: atacar a principal fonte de receita da Rússia, proibindo gradualmente a importação de petróleo por via marítima e sancionando o Sberbank².</p>
<p>Contramedida russa: Exigência de pagamento em rublos pelo gás, descontos agressivos no petróleo (Urais a -30% do Brent) para Índia e China, o que gerou aumento de 1,7 milhão de barris/dia de exportações russas. Fortalecimento do rublo, que passou a ser uma das moedas mais valorizadas do mundo em meados de 2022. Consolidação do esquema de “petrodólares alternativos” com rupias e yuan, ampliação de acordos com refinarias asiáticas. Aumento do apoio estatal ao setor de transportes.</p>
<p>Lógica causal: Embargo visava reduzir lucros no setor de energia → Rússia buscou ampliar rotas alternativas de exportação.</p>
<p>Referências: Comissão Europeia (2022g); (Oxford Energy Institute, 2022); OCDE (2022b); Putin (2022).</p>

Fonte: Elaboração própria.

O sexto pacote (junho de 2022), considerado um dos mais robustos, incluiu a proibição parcial do petróleo russo por via marítima e a exclusão de mais bancos do SWIFT. A causalidade da UE pressupunha que cortar a principal fonte de receitas minaria a sustentabilidade financeira do Kremlin. A contramedida russa foi a reorientação maciça das exportações de petróleo para a Ásia, o uso de uma “*shadow fleet*” (frota paralela de petroleiros) e a implementação de pagamentos em rublos para contratos de gás. Indicadores observáveis são o aumento das exportações de petróleo russo para a China em 10% no segundo semestre de 2022 e a valorização do rublo frente ao dólar em meados de 2022 (Trading Economics Russian Ruble, 2022).

Os pacotes de junho a setembro de 2022 (6º ao 8º) foram marcados pelo avanço sobre o setor energético, com o embargo gradual ao petróleo russo, a proibição de serviços de seguros e transporte marítimo para hidrocarbonetos russos e restrições a investimentos em energia. A expectativa da UE era atingir o núcleo da economia russa, altamente dependente da exportação de petróleo e gás. Contudo, a Rússia reagiu de forma ofensiva, limitando o fornecimento de gás por meio do gasoduto *Nord Stream 1* e condicionando pagamentos à utilização do rublo, estratégia que aumentou a receita estatal em meio à alta global dos preços da energia (DW

² Maior banco da Rússia e da Europa Oriental.

Global Midia, 2022b). Assim, em vez de enfraquecer Moscou, essas medidas resultaram, paradoxalmente, em ganhos financeiros de curto prazo para o Kremlin, revelando um mecanismo de contra chantagem energética, no qual a Rússia explorou sua posição de fornecedor essencial para influenciar o comportamento europeu.

Quadro 13 - Lógica causal 7º Pacote

Objetivos da UE: ajustar e ampliar sanções anteriores, limitando exportações de ouro e produtos de alta tecnologia, pressionando ainda mais a base de receitas externas.
Contramedida russa: Venda de ouro para mercados alternativos (Dubai e Turquia) e expansão das “importações paralelas” legalizadas pelo governo. Expansão do comércio de ouro. Expansão de importações paralelas legalizadas por lei. Fortalecimento de produção tecnológica doméstica.
Lógica causal: Bloquear acesso tecnológico visava atrasar indústria militar → Rússia adaptou cadeias de fornecimento.
Referências: Comissão Europeia (2022h); Chatham House (2024)

Fonte: Elaboração própria.

O sétimo pacote (julho de 2022) concentrou-se em restrições adicionais à exportação de tecnologia e ampliação de sanções individuais. A lógica causal era que a pressão incremental corroeria a resiliência política e militar. Moscou reagiu reforçando a narrativa de autossuficiência tecnológica e consolidando a cooperação com parceiros como Irã no fornecimento de drones e componentes. Indicadores observáveis incluem a incorporação de drones iranianos Shahed-136 no campo de batalha e aumento de comércio bilateral entre Rússia e Irã em 2022 (The Washington Post, 2023).

Quadro 14 - Lógica causal 8º Pacote

Objetivos da UE: punir anexações ilegais de territórios ucranianos (Donetsk, Lugansk, Kherson, Zaporizhzhia) e reforçar o embargo a petróleo e carvão.
Contramedida russa: Nacionalização de ativos estrangeiros abandonados, estímulo à autossuficiência energética e promoção da narrativa de “defesa existencial da pátria”. Substituição tecnológica via importações da China e Irã. Incentivos à indústria bélica nacional. Reforço da frota “sombra”. Venda a países fora da coalizão de preços.

Lógica causal: Medidas visavam reduzir lucros no setor de energia → Rússia encontrou canais alternativos de exportação.

Referências: Comissão Europeia (2022i); Cooper (2024).

Fonte: Elaboração própria.

O oitavo pacote (outubro de 2022) buscou restringir receitas russas de petróleo com a introdução do mecanismo de teto de preços (*price cap*) e novas medidas comerciais. O efeito esperado era que a Rússia fosse forçada a vender petróleo com descontos drásticos, perdendo margem de receita. Contudo, a contramedida foi o reforço da frota paralela de transporte e o uso de intermediários não ocidentais no comércio. Indicadores observáveis são o aumento de exportações marítimas fora da jurisdição da UE e do G7 e a resistência russa em aderir ao *price cap* (Global Sanctions News, 2022).

Quadro 15 - Lógica causal 9º Pacote

Objetivos da UE: estrangular ainda mais a economia russa no longo prazo, proibindo exportações de tecnologias avançadas e limitando preços de petróleo (*price cap* do G7, coordenado com a UE).

Contramedida russa: Criação de frota petroleira paralela, aumento das exportações para países não alinhados e ameaças de corte de fornecimento a países que aderissem ao *price cap*. Restrição de saída de capital. Bloqueio interno de mídias ocidentais. Fortalecimento de mídias estatais, como RT e Sputnik.

Lógica causal: Sanções financeiras e bloqueio de mídias russas visavam isolamento → Rússia consolidou controle interno.

Referências: Comissão Europeia (2022j); Conselho Europeu (2022a); Global Sanctions News (2022).

Fonte: Elaboração própria.

O nono pacote (dezembro de 2022) expandiu as sanções financeiras, bloqueando o acesso de mais bancos e entidades estatais ao capital europeu, além de restringir tecnologias adicionais. A expectativa era bloquear progressivamente a economia russa e limitar o esforço de guerra. Moscou respondeu intensificando o comércio paralelo com a Ásia Central, China, Índia e Turquia, além de adotar políticas de estímulo interno para mitigar a recessão. Indicadores observáveis incluem a

manutenção do PIB russo com queda inferior a 3% em 2022 (Conselho Europeu, 2023) e a expansão das importações indiretas de tecnologia via países terceiros.

O 9º pacote de sanções (dezembro de 2022) consolidou o foco em restrições tecnológicas e financeiras, incluindo a proibição da exportação de componentes críticos para a indústria militar e a ampliação do congelamento de ativos de oligarcas. A Rússia, em resposta, acelerou políticas de substituição de importações e reforçou sua cooperação tecnológica com países não alinhados às sanções, ao mesmo tempo em que ampliou a propaganda doméstica para reforçar a narrativa de resistência nacional contra o Ocidente (Suslov, 2023). Esse conjunto de medidas evidencia um mecanismo de adaptação interna, no qual políticas industriais e narrativas políticas foram mobilizadas para absorver o choque imposto pelas sanções.

Desde o primeiro pacote de sanções, em fevereiro de 2022, a União Europeia buscou restringir a capacidade da Rússia de financiar a guerra, bloqueando ativos financeiros, restringindo acesso a tecnologias estratégicas e atingindo elites políticas e econômicas próximas ao Kremlin (Portela, 2010; Kutsenko, 2022). No entanto, a Rússia reagiu de maneira coordenada, lançando contramedidas que mitigaram esses efeitos. Um exemplo emblemático foi a resposta ao corte parcial no acesso ao sistema financeiro internacional: ainda em março de 2022, o Banco Central da Rússia implementou controles rigorosos sobre fluxos de capital e exigiu que exportadores convertessem receitas em moeda estrangeira para rublos, o que estabilizou a moeda e evitou uma crise cambial imediata (Banco Central da Rússia, 2022a). Essa medida contrariou o efeito esperado da UE, que era provocar colapso financeiro rápido.

No setor energético, a sequência de sanções do 4º ao 6º pacote buscou reduzir drasticamente as receitas russas provenientes de petróleo e carvão (Comissão Europeia, 2022e, 2022f, 2022g). Contudo, Moscou reagiu com a exigência de pagamento em rublos para exportações de gás natural a países considerados "hostis", além de redirecionar gradualmente o fluxo de exportações para mercados asiáticos, especialmente China e Índia (Steinbach, 2023; Vines, 2023; Zuev et al., 2024). Esse redirecionamento não apenas manteve os níveis de receita, mas, em alguns meses de 2022, levou a superávits recordes na balança comercial russa, devido ao aumento dos preços globais de energia (Steinbach, 2023; Sun et al., 2024). Portanto, o efeito pretendido da UE de enfraquecer a capacidade estatal de financiar a guerra foi mitigado por ajustes comerciais e geopolíticos.

No campo tecnológico, os pacotes 7º ao 9º intensificaram as restrições à exportação de semicondutores e tecnologias avançadas para a Rússia (Comissão Europeia, 2022h, 2022i, 2022j). Em resposta, Moscou implementou uma política de substituição de importações, ampliou acordos tecnológicos com parceiros fora do eixo ocidental e recorreu a importações paralelas ("*parallel imports*") legalizadas em maio de 2022. Essa estratégia permitiu que produtos de alta tecnologia continuassem a chegar ao país via intermediários em países como Turquia, Emirados Árabes Unidos e Cazaquistão. Embora tenha havido impactos significativos sobre a indústria militar e civil, a resiliência do sistema logístico russo reduziu as perdas projetadas pela UE.

Além das dimensões financeira, energética e tecnológica, a análise causal das contramedidas russas deve necessariamente considerar o campo político e discursivo, que desempenhou papel central na neutralização dos efeitos esperados das sanções. Pelo delineamento de processo, observa-se que, paralelamente às medidas econômicas, Moscou ativou um conjunto de instrumentos políticos destinados a reforçar a legitimidade interna do regime, reduzir potenciais fissuras entre elites e sociedade, e sustentar a narrativa de que as sanções eram uma forma de “guerra híbrida” do Ocidente contra a Rússia (Vaganova, 2022).

Um dos principais mecanismos políticos foi a reconfiguração da narrativa estatal. Desde os primeiros pacotes de sanções, em fevereiro de 2022, o Kremlin apresentou essas medidas como um ataque direto à soberania russa, vinculando-as ao esforço de defesa nacional contra a “ingerência ocidental” (Kluyev, 2022). Esse enquadramento serviu para transformar as dificuldades econômicas em símbolo de resistência patriótica, aumentando a coesão social (Kaye, 2022). Assim, os impactos esperados pela UE em termos de instabilidade política e protestos sociais foram mitigados, já que parte da população internalizou as sanções como um sacrifício necessário para proteger a pátria.

Outro mecanismo essencial foi a consolidação do controle estatal sobre o espaço informacional e midiático. O governo russo ampliou a censura a veículos independentes, bloqueou redes sociais ocidentais como Facebook e Twitter, e reforçou o uso de mídias estatais como RT e Sputnik para disseminar narrativas pró-governo (Kaye, 2022). Com isso, reduziu-se a possibilidade de difusão de críticas às dificuldades econômicas, blindando a percepção pública sobre a real magnitude dos efeitos das sanções.

Além da dimensão discursiva, houve também contramedidas institucionais e repressivas no âmbito doméstico. O endurecimento da legislação contramanifestações, o enquadramento de opositores como “agentes estrangeiros” e o aumento da vigilância interna limitou severamente a capacidade de contestação social (Gretskiy, 2023). Assim, mesmo que as sanções tivessem elevado o custo de vida e gerado escassez em alguns setores, os canais de mobilização contra o governo foram bloqueados. Pelo delineamento de processo, percebe-se que as sanções da UE não conseguiram gerar o efeito político doméstico esperado porque a Rússia eliminou as condições institucionais internas para que esse descontentamento se transformasse em ação coletiva.

Por fim, um aspecto estratégico da resposta política russa foi a instrumentalização das medidas para reforçar a coesão das elites. Ao responsabilizar o Ocidente pelos impactos econômicos e ao redistribuir seletivamente benefícios por meio do Estado, o Kremlin manteve a lealdade de empresários e oligarcas próximos, que poderiam ter pressionado por concessões (Gotz et al., 2022). Ao contrário do esperado pela UE, que visava enfraquecer o círculo de apoio a Vladimir Putin, o resultado foi a manutenção, e até intensificação, da centralização política em torno do Kremlin.

Dessa forma, quando integradas ao método de delineamento de processo, essas dimensões revelam um mecanismo causal duplo: de um lado, as sanções buscavam enfraquecer a base material da guerra; de outro, as contramedidas políticas russas asseguraram que os efeitos econômicos não se traduzissem em instabilidade interna. Assim, a continuidade do conflito foi possível porque o governo não apenas respondeu economicamente às restrições externas, mas também neutralizou seus efeitos políticos potenciais por meio de propaganda, narrativa nacionalista e repressão.

Esse quadro demonstra que as sanções, por mais amplas e severas, não são instrumentos autônomos capazes de produzir mudança de comportamento estatal quando o país-alvo dispõe de mecanismos internos para absorver custos e manipular percepções (Portela, 2010). A análise dos eventos ao longo de 2022 demonstra que, embora as sanções da União Europeia tenham imposto custos significativos à economia russa, a eficácia coercitiva dessas medidas foi limitada pela capacidade de Moscou em articular contramedidas internas e externas. O delineamento de processo mostra que cada pacote de sanções gerou um movimento correspondente de

neutralização, seja pela resiliência monetária, pela diversificação comercial, por uma contra chantagem energética ou pela substituição de importações. Esses mecanismos explicam por que a variável dependente (a continuidade da guerra) não foi alterada pela imposição das sanções no ano de 2022.

Nesse sentido, a análise causal sugere que o fracasso relativo das sanções da UE decorreu menos da insuficiência das medidas em si, e mais da existência de mecanismos de adaptação estruturais e estratégicos da Rússia, que reduziram os efeitos esperados sobre sua capacidade militar e política de sustentar o conflito. Assim, a hipótese central desta pesquisa encontra suporte empírico: as contramedidas russas não apenas mitigaram o impacto das sanções, mas foram determinantes para a manutenção da guerra, evidenciando os limites do instrumento das sanções econômicas.

O delineamento de processo mostra, portanto, que cada pacote de sanções foi seguido por uma reação adaptativa russa, configurando um ciclo de ação e contra ação. Ao analisar os nove pacotes de 2022, percebe-se que a continuidade da guerra não se explica pela ausência de severidade das sanções, mas sim pela capacidade da Rússia de elaborar mecanismos compensatórios. Do ponto de vista causal, o elo explicativo entre sanções e manutenção da guerra passa pelo conjunto de contramedidas russas, que transformaram potenciais vulnerabilidades em instrumentos de estabilidade política e econômica interna (Gurvich & Prilepskiy, 2022).

Assim, a análise confirma a hipótese central da pesquisa: as sanções da UE, embora severas e abrangentes, não foram suficientes para interromper a guerra porque a Rússia conseguiu neutralizar grande parte de seus efeitos imediatos por meio de respostas estratégicas em áreas-chave como finanças, energia e tecnologia. Nesse sentido, a continuidade do conflito é menos um reflexo da falha absoluta das sanções e mais um resultado da eficácia das contramedidas russas em bloquear os mecanismos de coerção econômica esperados.

O mecanismo causal central identificado pelo delineamento de processo não é apenas a aplicação de sanções pela UE, mas a interação da dinâmica entre sanção → contramedida → neutralização parcial. Ao final do período analisado (dezembro de 2022), a guerra não havia sido interrompida; pelo contrário, a Rússia havia conseguido preservar sua capacidade operacional e política, ainda que com custos elevados. Isso reforça a hipótese de que a eficácia das sanções da UE foi limitada não apenas pela

estrutura da economia global, mas sobretudo pela capacidade adaptativa da Rússia em formular contramedidas rápidas e direcionadas.

A análise causal indica que as sanções, embora severas e inéditas em abrangência, não alcançaram o objetivo de frear a guerra porque encontraram uma estratégia reativa eficiente por parte do governo russo, capaz de neutralizar a maioria dos efeitos esperados. Esse processo ilustra bem a lógica das relações de ação e reação em políticas coercitivas internacionais (Drezner, 2015; Morgan et al., 2014), em que o alvo das sanções não é passivo, mas adapta suas estruturas políticas, econômicas e sociais para resistir à pressão externa.

Dessa forma, cada pacote de sanções seguiu uma lógica causal de coerção econômica, mas foi sistematicamente enfrentado por contramedidas russas que buscaram neutralizar os impactos previstos. Ainda que as sanções tenham imposto custos significativos, a capacidade adaptativa da Rússia e sua rede de alianças comerciais e financeiras alternativas reduziram a eficácia imediata das medidas, contribuindo para a continuidade da guerra.

3.3 O marco teórico das sanções contra a Rússia

A teoria da coerção econômica pressupõe que a eficácia das sanções depende de diversos fatores estruturais e contextuais, que funcionam como variáveis críticas para alcançar os objetivos de mudança de comportamento do alvo sancionado. Entre essas variáveis, destacam-se: a vulnerabilidade econômica do Estado alvo, o nível de interdependência comercial e financeira com os países sancionadores, a resiliência política interna, a capacidade de adaptação econômica e a coesão interna do regime (Drezner, 2015; Peksen, 2019).

No contexto das sanções da UE contra a Rússia, essas variáveis se mostraram particularmente relevantes para explicar os limites da eficácia das medidas coercitivas. Por exemplo, a elevada dependência da Rússia de setores estratégicos domésticos e a diversificação de parceiros comerciais possibilitaram que o país adotasse contramedidas direcionadas, tais como redirecionamento de exportações, substituição de importações e fortalecimento de reservas financeiras, neutralizando parcialmente os efeitos econômicos esperados pelos pacotes de sanções (Alikhani, 2022; Zozulya et al., 2023). Esse fenômeno evidencia a importância das variáveis da coerção econômica na análise dos resultados: a vulnerabilidade econômica limitada e

a capacidade adaptativa elevada da Rússia explicam, em grande medida, a continuidade da guerra apesar da aplicação de sanções severas.

Além disso, a coerção econômica enfatiza que os resultados das sanções não dependem apenas do impacto econômico direto, mas também de fatores políticos e sociais internos ao Estado alvo, como a capacidade do governo de controlar a narrativa e mobilizar apoio interno frente a pressões externas (Baldwin, 1985; Drezner, 2015). No caso russo, observou-se uma intensa utilização de propaganda e controle de mídia para moldar a percepção pública, reforçando a legitimidade das ações do governo e mitigando o efeito coercitivo das sanções (Heller, 2023). Esse alinhamento entre variáveis econômicas e políticas demonstra que a eficácia das sanções deve ser compreendida como um processo complexo, no qual a interação entre medidas externas e respostas internas define os resultados observáveis.

Em complemento, a teoria das sanções inteligentes oferece um refinamento da coerção econômica ao propor que medidas restritivas sejam direcionadas a indivíduos, setores estratégicos ou elites políticas, minimizando impactos humanitários e civis e potencializando a pressão política sobre o alvo (Biersteker et al., 2016; Gordon, 2010). A adoção de sanções inteligentes busca aumentar a eficácia política sem comprometer a população civil, uma preocupação central em contextos de guerra como o da Ucrânia. Na prática, os pacotes de sanções da UE incorporaram elementos dessa abordagem, ao impor restrições a bancos, oligopólios energéticos e autoridades políticas russas, visando gerar custos políticos e econômicos seletivos.

No entanto, mesmo com a adoção de sanções inteligentes, os resultados observados mostram limites claros para sua eficácia. A capacidade de adaptação da Rússia, combinada com o apoio interno ao governo e a políticas de substituição de mercados com adoção e fortalecimento de novos parceiros, reduziu significativamente os efeitos das medidas sobre os tomadores de decisão políticos (Alikhani, 2022; Zozulya et al., 2023; Zuev et al., 2024). As contramedidas russas reduziram impactos imediatos, mas não eliminaram riscos de longo prazo.

Ao integrar as duas abordagens teóricas na análise do caso russo, observa-se que a coerção econômica explica os limites estruturais da eficácia das sanções, enquanto as sanções inteligentes indicam os esforços de redirecionamento das medidas para aumentar seu impacto político. A interação entre estas teorias permite compreender que os resultados observáveis (a continuidade da guerra e a

neutralização das sanções) não decorrem apenas da intensidade das medidas, mas de um equilíbrio dinâmico entre pressão externa e capacidade de resposta interna.

A pesquisa revela que a eficácia das sanções foi limitada não por falta de comprometimento da UE, mas por contramedidas estratégicas e adaptativas do Estado sancionado. O estudo reforça que análises futuras sobre sanções internacionais devem considerar simultaneamente o planejamento das medidas (inteligentes e direcionadas) e o contexto interno do Estado alvo, incluindo fatores econômicos, políticos e sociais, para atingir adequadamente as metas e formular políticas externas mais eficazes (Hufbauer et al., 2007; Biersteker et al., 2016). Em suma, a combinação das duas teorias oferece a lente analítica para interpretar a continuidade da guerra na Ucrânia frente aos pacotes de sanções da UE, evidenciando que a neutralização dos efeitos esperados não é um fenômeno isolado, mas resultado de processos de adaptação, planejamento estatal do Estado sancionado e limitações estruturais das medidas coercitivas.

3.4 Resultados da pesquisa: as sanções e a continuidade da guerra

A análise dos nove pacotes de sanções da UE evidencia que, apesar da imposição de medidas econômicas, financeiras e políticas abrangentes, a Rússia conseguiu neutralizar grande parte dos efeitos esperados das sanções, mantendo a continuidade da guerra na Ucrânia. Os dados indicam que os instrumentos de coerção econômica, embora concebidos para gerar custos significativos e pressionar mudanças de comportamento, foram mitigados por uma série de contramedidas russas estruturadas e adaptativas, como o redirecionamento de exportações de energia para mercados alternativos, o fortalecimento do controle sobre fluxos financeiros internos, a estabilização da moeda nacional e a imposição de retaliações econômicas contra países e empresas europeias (Drezner, 2015; Peksen, 2019).

Além disso, a pesquisa identificou que a eficácia das sanções é condicionada não apenas pelo seu alcance econômico, mas também por fatores políticos, sociais e institucionais internos do país alvo. A manutenção do apoio interno ao governo russo e a narrativa nacionalista difundida pela mídia estatal foram determinantes para reduzir pressões políticas internas e externas, evidenciando que a coerção econômica isolada apresenta limites significativos diante de Estados com capacidade de resiliência e adaptação (Morgan et al., 2014; Biersteker et al., 2016).

Um dos achados originais desta pesquisa é a demonstração de que as contramedidas russas atuaram como um mecanismo de neutralização sistemático, capaz de modular os efeitos de cada pacote de sanções, indicando que a eficácia das sanções não deve ser avaliada apenas pelo impacto econômico direto, mas também pela interação dinâmica entre sanções e respostas do país alvo. Esse resultado contribui para a literatura ao propor que a avaliação da eficácia das sanções deve incorporar a análise da capacidade de adaptação estratégica do Estado sancionado, algo ainda pouco explorado em estudos de coerção econômica aplicada a países com grande capacidade militar e econômica, como a Rússia (Hufbauer et al., 2007; Gordon, 2010).

Nesse sentido, as contramedidas adotadas pela Rússia diante das sanções impostas pela UE em 2022 tiveram implicações significativas para a eficácia das medidas restritivas. A literatura sobre coerção econômica enfatiza que a eficácia das sanções depende não apenas da magnitude das medidas impostas, mas também da capacidade do país alvo de resistir ou adaptar-se aos impactos (Baldwin, 1985; Hufbauer et al., 2007). No caso russo, uma série de estratégias foram implementadas para neutralizar os efeitos econômicos e políticos das sanções, permitindo a continuidade de suas operações militares na Ucrânia.

Entre as principais contramedidas estão a diversificação de parceiros comerciais, a utilização de mecanismos financeiros alternativos, como o Sistema de Pagamentos em Rublos e o SPFS, a negociação de preços diferenciados para exportações de petróleo e gás com países fora do bloco europeu, e a imposição de controles de capital e medidas de estabilização do rublo (Drezner, 2015; Peksen, 2019). Tais ações reduziram significativamente o impacto esperado das sanções, demonstrando a capacidade de adaptação econômica do país e seu planejamento estratégico para mitigar perdas.

A análise dos pacotes de sanções revela que, para cada conjunto de medidas aplicadas, houve uma resposta russa específica. Por exemplo, diante das sanções financeiras do primeiro pacote, a Rússia utilizou reservas em ouro e reforçou o controle cambial, visando manter a estabilidade do rublo (Alikhani, 2022). Já frente ao embargo parcial ao petróleo do quarto pacote, redirecionou exportações para mercados asiáticos e utilizou a chamada “frota sombra” para contornar restrições de transporte (Yushkov, 2024). Tais contramedidas indicam que a Rússia não apenas

reagiu, mas também antecipou medidas de mitigação, dificultando o alcance dos objetivos coercitivos da UE.

Autores como Morgan et al. (2014) e Vines (2023) destacam que sanções multilaterais ou coordenadas tendem a ser mais eficazes; no entanto, quando o país alvo possui capacidade de adaptação e acesso a mercados alternativos, a eficácia diminui. No contexto russo, a combinação de reservas financeiras robustas, autonomia energética e redes de comércio internacional contribuiu para reduzir o impacto econômico direto das sanções, corroborando a hipótese central de que as contramedidas possibilitaram a neutralização parcial dos efeitos esperados.

Além disso, a literatura sobre sanções inteligentes enfatiza que medidas direcionadas a indivíduos, empresas ou setores estratégicos podem limitar impactos humanitários, mas, se não forem acompanhadas de mecanismos de monitoramento e adaptação, podem ser contornadas por políticas domésticas de proteção e substituição de cadeias de suprimento (Gordon, 2010; Biersteker et al., 2016). O caso russo ilustra que, mesmo com sanções direcionadas, o país conseguiu manter seu aparato econômico e militar funcional, evidenciando limites práticos na coerção econômica quando o ator possui recursos estratégicos e coordenação interna eficiente. O Estudo de Caso revela que a mera imposição de sanções, mesmo que amplamente coordenada, não garante necessariamente resultados políticos imediatos, sendo imprescindível a análise das respostas do país alvo para compreender a dinâmica de coerção econômica.

Identificamos quatro aspectos como resultados da pesquisa:

- 1. Neutralização parcial das sanções pela Rússia:** A análise dos nove pacotes de sanções da UE mostra que, por meio de contramedidas econômicas, financeiras, políticas e estratégicas, a Rússia conseguiu reduzir significativamente os efeitos esperados das sanções, mantendo a continuidade da guerra na Ucrânia.
- 2. Identificação de padrões de adaptação.** Cada pacote de sanções provocou respostas específicas da Rússia, incluindo diversificação de mercados, controle de capital, estabilização do rublo, substituição de importações, medidas de retaliação e fortalecimento da narrativa política interna.
- 3. Evidência de limites estruturais à coerção econômica.** O estudo confirma que a eficácia das sanções não depende apenas da abrangência das medidas,

mas também da capacidade do Estado-alvo de reagir, resistir e se adaptar às sanções impostas.

4. **Ênfase em contramedidas como resposta às sanções.** Apesar das contramedidas, as sanções causaram impactos significativos: queda do rublo, inflação, redução de exportações e saída de empresas ocidentais (Alikhani, 2022; Vaganova, 2022). O PIB russo caiu menos do que o previsto, mas houve perda de acesso a tecnologias avançadas e fuga de cérebros, afetando setores estratégicos e a capacidade de inovação a longo prazo (Abely, 2023). A adaptação russa foi facilitada por receitas de energia e novos parceiros comerciais, mas a dependência de mercados alternativos e a pressão de sanções secundárias permaneceram como fator de risco ao longo da guerra (Zuev et al., 2024; Ushkalova, 2024), fazendo com que a Rússia redirecione suas políticas estratégicas de contramedidas nos anos posteriores da guerra.

Portanto, a pesquisa evidencia que, embora as sanções da UE tenham gerado custos econômicos e restrições diplomáticas, elas foram insuficientes para frear ou interromper a guerra, devido à combinação de contramedidas estruturadas e diversificação econômica da Rússia. Este resultado ressalta a importância de repensar estratégias de coerção econômica em conflitos contemporâneos, considerando não apenas o alcance das medidas coercitivas, mas também a capacidade adaptativa do Estado sancionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os limites da eficácia das sanções impostas pela UE contra a Rússia no período de 2022, com foco na guerra na Ucrânia. Por meio de uma análise detalhada dos nove pacotes de sanções da UE, bem como das respostas russas, foi possível identificar que, embora as sanções tenham gerado custos econômicos e restrições diplomáticas, elas não foram suficientes para frear ou interromper o conflito, confirmando a hipótese central de que as contramedidas russas neutralizaram grande parte dos efeitos esperados das medidas restritivas.

Os resultados indicam que a eficácia das sanções é limitada por diversos fatores, entre os quais se destacam: a capacidade de adaptação econômica do país alvo, o controle político interno e a utilização de contramedidas estratégicas. A Rússia demonstrou habilidade em redirecionar fluxos comerciais, diversificar mercados, adotar políticas internas de estabilização econômica e empregar retaliações direcionadas a atores externos. Tais respostas não apenas mitigaram os impactos econômicos diretos, mas também reduziram pressões políticas internas que poderiam comprometer a continuidade da guerra.

Um contributo original da pesquisa é a demonstração de que a eficácia das sanções não deve ser medida apenas pelos custos econômicos infligidos, mas sim pela interação dinâmica entre medidas coercitivas e contramedidas do Estado sancionado. A análise causal realizada para cada pacote de sanções evidencia que o grau de neutralização dos efeitos das sanções é resultado de estratégias deliberadas e estruturadas de adaptação. Este achado amplia a literatura ao propor que avaliações de eficácia de sanções devem incorporar análises sobre a capacidade adaptativa, o contexto político interno e as contramedidas do país sancionado, aspectos pouco explorados em estudos anteriores.

A pesquisa também reforça a importância de se considerar os limites estruturais e institucionais das sanções internacionais. Embora a UE e outras organizações internacionais possuam legitimidade normativa para aplicar medidas restritivas, a eficácia prática dessas sanções depende da cooperação multilateral, da coerência das medidas e da vulnerabilidade econômica do alvo. O estudo evidencia que, em casos de Estados com grande autonomia estratégica e recursos econômicos diversificados, as sanções podem gerar impactos simbólicos e diplomáticos relevantes, mas não necessariamente resultados concretos de alteração de comportamento.

Além disso, esta pesquisa contribui para a reflexão sobre o papel das contramedidas como variável central na análise de eficácia das sanções. Ao integrar os pacotes de sanções com as respostas russas, foi possível desenvolver uma compreensão mais profunda dos mecanismos de adaptação e resistência a pressões externas. Esse enfoque oferece subsídios para formulação de políticas públicas e estratégias internacionais, sugerindo que sanções eficazes requerem não apenas abrangência econômica, mas também planejamento estratégico considerando as capacidades e vulnerabilidades do país alvo.

Como limitações, cabe ressaltar que a análise se concentra no caso específico da Rússia no período de 2022, e que resultados podem variar para outros contextos da guerra. Sugere-se, portanto, que pesquisas futuras explorem comparações com outros Estados sancionados e em diferentes períodos. A tese demonstra que as sanções contra a Rússia, embora legitimadas por normas e princípios do direito internacional, possuem eficácia limitada quando confrontadas com estratégias de adaptação sofisticadas. A busca pela neutralização das sanções pela Rússia em 2022 evidencia a necessidade de repensar abordagens de coerção econômica, incorporando análises de contramedidas e fatores internos sociais, políticos e econômicos.

O estudo contribui para a literatura acadêmica, oferecendo uma visão crítica sobre os limites das sanções e a complexidade de sua aplicação em conflitos contemporâneos, representando um avanço na compreensão da dinâmica entre medidas coercitivas internacionais e respostas nacionais estratégicas. Dessa forma, os pacotes de sanções de 2022 devem ser interpretados mais como instrumentos de sinalização política e isolamento simbólico da Rússia no sistema internacional do que como mecanismos efetivos de coerção capazes de alterar seu comportamento estratégico ao longo da guerra na Ucrânia.

REFERÊNCIAS

- ABELY, Christine. **The Russia Sanctions**. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781009361224>. Acesso em: 5 de maio de 2025.
- _____. **The economic response to Russia's invasion of Ukraine**. Cambridge University Press. 2024.
- AIE. Agência Internacional de Energia. **Oil Market Report**. Paris, 2022.
- ALIKHANI, S. Measures to Neutralize the Consequences of Sanctions Against Russia at the Federal and Regional Levels. **Federalism**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21686/2073-1051-2022-1-150-161>. Acesso em: 4 de julho de 2025.
- ALLEN, Susan Hannah. The domestic political costs of economic sanctions. **Journal of Conflict Resolution**, v. 52, n. 6, p. 916–944, 2008.
- ALVAREZ, J. E. **International Organizations as Law-Makers**. Oxford University Press. 2005.
- ASLUD, Anders. **Russia's war economy**. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 2022.
- ASTROV, Vasily. Instituto de Estudos Econômicos Internacionais de Viena. **Russia's Resilience to Sanctions Accompanied by Structural Change**. 2023. Disponível em: <https://wiiw.ac.at/russia-resilience-to-sanctions-accompanied-by-structural-change-dlp-6543.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2025.
- BALDINI, Gianluca. Sanctions on State Media: Security, Propaganda, and the Law. **Journal of International Media Law**, v. 14, n. 2, p. 145-167, 2022.
- BALDWIN, David A. The Power of Positive Sanctions. **World Politics**, v. 24, n. 1, p. 19–38, 1971.
- _____. **Economic Statecraft**. Princeton University Press. 1985.
- _____. The sanctions debate and the logic of choice. **International Security**, v. 24, n. 3, p. 80–107, 2000.
- BANCO CENTRAL DA RÚSSIA. **Relatório de Política Monetária**, abril de 2022. Moscou, 2022a. Disponível em: https://www.cbr.ru/eng/about_br/publ/ddkp/ Acesso em: 21 de julho de 2025.
- _____. Bank of Russia increases the key rate to 20% p.a. 2022b. Disponível em: https://www.cbr.ru/eng/press/pr/?file=28022022_094500key_eng.htm Acesso em: 21 de julho de 2025.
- _____. **External Sector Statistics**, 2021–2023. Moscou, 2023.

BANCO MUNDIAL. **Russia Economic Report 48:** Preserving Stability, Doubling Growth, Securing Prosperity. Washington, D.C., dez. 2022.

_____. **World Integrated Trade Solution (WITS):** Russian Federation Trade Data 2021–2022. Washington, 2023.

_____. **Russian Federation:** trade and current account indicators. Washington, DC: World Bank, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

BARNETT, M. N., & FINNEMORE, M. **Rules for the World:** International Organizations in Global Politics. Cornell University Press. 2004.

BARBER, James. **Economic sanctions as a policy instrument.** London: Royal Institute of International Affairs, 1979.

BEACH, Derek. **Process tracing methods.** In: Handbuch methoden der politikwissenschaft. Springer VS, Wiesbaden, 2018. p.1-21.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods:** foundations and guidelines. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.

BENDIEK, Annegret; SCHULZE, Matthias. **Technology sanctions and military-industrial resilience in Russia.** Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik, 2023.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (orgs.). **Process Tracing:** From Metaphor to Analytic Tool. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BIERSTEKER, T. J., ECKERT, S. E., & TOURINHO, M. **Targeted Sanctions:** The Impacts and Effectiveness of United Nations Action. Cambridge University Press. 2016.

BIERSTEKER, Thomas; PORTELA, Clara. **EU sanctions in context:** Three types. In: BIERSTEKER, Thomas et al. Explaining EU sanctions: A framework for analysis. Brussels: European Union Institute for Security Studies, p. 23-33. 2015.

BISSON, Laurent; VIDOVIC, Hrvoje. **The Impact of EU Sanctions on the Russian Economy.** Vienna: Austrian Institute for International Economic Studies, 2022.

BOONSTRA, Jos; SHAPIRO, Jeremy. **Sanctions on Russia:** The West Needs Patience. Carnegie Europe, 2022.

BORGEAS, Andreas; SWIFT, Wesley. The effectiveness of sanctions: Lessons from Russia. **Foreign Affairs**, 2020.

BORGER, Julian. **EU sanctions target Russian military technology sector.** The Guardian, 2022.

BRIANÇON, Pierre. **Putin's economic resilience rests on war addiction.** 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/breakingviews/putins-economic-resilience-rests-war-addiction-2024-10-15/> Acesso em: 18 de março de 2025.

BRUNNERMEIER, Markus; SNEED, Nicholas. The paradox of smart sanctions. **Foreign Affairs**, v. 98, n. 4, p. 105–114, 2019.

BRYANSKI, Gleb. **Russia is using bitcoin in foreign trade**, finance minister says. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/currencies/russia-is-using-bitcoin-foreign-trade-finance-minister-says-2024-12-25/> Acesso em: 18 de março de 2025.

BRZOSKA, Michael. **Embargoes and Sanctions:** Lessons from the Arms Trade. SIPRI Yearbook, 2001.

_____. From Dumb to Smart? Recent Reforms of UN Sanctions. **Global Governance**, vol. 9, no. 4, p. 519–535. 2003.

CASSESE, Antonio. **International Law**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CHARRON, A., & PORTELA, C. **The Politics of EU Sanctions**. Edward Elgar Publishing. 2021.

CHATHAM HOUSE. **Assessing Russian plans for military regeneration:** Russia's military-industrial complex and military innovation. In: Assessing Russian plans for military regeneration. London: Chatham House, 2024. Capítulo "Russia's military-industrial complex and military innovation". Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2024/07/assessing-russian-plans-military-regeneration/07-russias-military-industrial-complex-and>. Acesso em: 1 de agosto de 2025.

CHERNYKH, Aleksandr. **Event-driven analysis of the effectiveness of European Economic Sanctions against Russia (2022-2024)**. International Scientific Conference Strategic Management and Decision Support Systems in Strategic Management, 73-79. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.46541/978-86-7233-428-9_399 Acesso em: 22 de julho de 2025.

CHOMSKY, Noam. **Profit Over People:** Neoliberalism and Global Order. New York: Seven Stories Press, 1999.

CHRYSSOGELOS, A. The European Union's Sanctions Policy against Russia: Unity, Effectiveness, and Political Consequences. **Journal of European Integration**, 44(6), p. 793-810. 2022.

CEIC. **On the effectiveness of the sanctions on Russia:** New data and new evidence. CEIC, 2022. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/effectiveness-sanctions-russia-new-data-and-new-evidence> Acesso em: 1 ago. 2025.

CENTER FOR STRATEGIC & INTERNATIONAL STUDIES (CSIS). **How Sanctions Have Reshaped Russia's Future.** 2025. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/how-sanctions-have-reshaped-russias-future>. Acesso em: 01 de abril de 2025.

CNN BRASIL. BC da Rússia corta taxa de juros a 20%. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/banco-central-da-russia/> Acesso em: 20 de julho de 2025.

COLLIER, David. **Understanding process tracing.** PS: Political Science & Politics, Cambridge, v. 44, n. 4, p. 823–830, 2011.

CONLEY, Heather. STEFANOV, Ruslav. **The Kremlin Playbook: Understanding Russian Influence.** CSIS, 2016.

CONNOLLY, Richard. **The Economic Weapon Revisited:** The Russia-Ukraine Crisis and the Future of Sanctions. London: Chatham House, 2022a.

_____. **Russia's Response to Sanctions:** How Western Economic Statecraft is Reshaping Moscow's Economic and Strategic Outlook. Chatham House, 2022b.

_____. **Russia's Response to Western Sanctions:** A Political Economy Perspective. Cambridge University Press. 2023.

CONNOLLY, Richard; HANCKE, Jakob. The Economic War Against Russia: Sanctions and Countermeasures. **Journal of International Affairs**, v. 76, n. 2, 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. **Sanctions adopted following Russia's military aggression against Ukraine.** 2022a. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/eu-and-world/sanctions-restrictive-measures/sanctions-adopted-following-russias-military-aggression-against-ukraine_en?prefLang=pt&etrans=pt Acesso em: 20 de julho de 2025.

_____. **UE adota primeiro pacote de sanções contra a Rússia pela sua guerra ilegal contra a Ucrânia.** 2022b. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/news/eu-adopts-first-package-sanctions-against-russia-its-illegal-war-against-ukraine-2022-02-23_en?prefLang=pt&etrans=pt Acesso em: 22 de julho de 2025.

_____. **UE adota segundo pacote de sanções contra a Rússia pela sua guerra ilegal contra a Ucrânia.** 2022c. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/news/eu-adopts-2nd-package-sanctions-against-russia-its-illegal-war-against-ukraine-2022-02-25_en?prefLang=pt&etrans=pt Acesso em: 24 de julho de 2025.

_____. **UE adota terceiro pacote de sanções contra a Rússia pela continuação da guerra ilegal contra a Ucrânia.** 2022d. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/news/eu-adopts-3rd-package-sanctions-against-russia-its-continued-illegal-war-against-ukraine-2022-03-02_en?prefLang=pt&etrans=pt Acesso em: 25 de julho de 2025.

Ucrânia: UE aprova quarto pacote de medidas restritivas contra a Rússia. 2022e. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/news/ukraine-eu-agrees-fourth-package-restrictive-measures-against-russia-2022-03-15_en?prefLang=pt&etrans=pt. Acesso em: 26 de julho de 2025.

UE aprova quinto pacote de medidas restritivas contra a Rússia. 2022f. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/news/eu-agrees-fifth-package-restrictive-measures-against-russia-2022-04-08_en?prefLang=pt&etrans=pt. Acesso em: 27 de julho de 2025.

Russia's war on Ukraine: EU adopts sixth package of sanctions against Russia. 2022g. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/news/russias-war-ukraine-eu-adopts-sixth-package-sanctions-against-russia-2022-06-03_en Acesso em: 28 de julho de 2025.

Implementation of EU sanctions against Russia: Commission adopts proposal for “maintenance and alignment” package. 2022h. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/news/implementation-eu-sanctions-against-russia-commission-adopts-proposal-maintenance-and-alignment-2022-07-21_en?prefLang=pt&etrans=pt Acesso em: 30 de julho de 2025.

UE chega a um acordo sobre oitavo pacote de sanções contra a Rússia. 2022i. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/news/eu-agrees-eighth-package-sanctions-against-russia-2022-10-06_en?prefLang=pt&etrans=pt Acesso em: 30 de julho de 2025.

UE aprova 9º pacote de sanções contra a Rússia. 2022j. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/news/eu-agrees-9th-package-sanctions-against-russia-2022-12-16_en?prefLang=pt&etrans=pt Acesso em: 30 de julho de 2025.

CONSELHO EUROPEU. UE adota pacote de sanções em resposta ao reconhecimento das zonas das províncias de Donetsk e Luhansk. 2022a. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/02/23/russian-recognition-of-the-non-government-controlled-areas-of-the-donetsk-and-luhansk-oblasts-of-ukraine-as-independent-entities-eu-adopts-package-of-sanctions/> Acesso em: 15 de julho de 2025.

Declaração do presidente do Conselho Europeu e da presidente da Comissão Europeia sobre a agressão russa contra a Ucrânia. 2022b. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/02/22/statement-by-the-presidents-of-the-european-council-and-european-commission-on-russian-aggression-against-ukraine/> Acesso em: 222 de julho de 2025.

Impact of sanctions on the Russian economy. 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/impact-sanctions-russian-economy/> Acesso em: 10 de junho de 2025.

EU sanctions against Russia explained. 2025a. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions-against-russia-explained/> Acesso em: 20 de março de 2025.

Sanctions adopted following Russia's military aggression against Ukraine. 2025b. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/eu-and-world/sanctions-restrictive-measures/sanctions-adopted-following-russias-military-aggression-against-ukraine_en Acesso em: 20 de março de 2025.

Why the EU adopts sanctions. 2025c. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/why-sanctions/> Acesso em: 20 de março de 2025.

Timeline – EU sanctions against Russia. 2025d. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-russia/timeline-sanctions-against-russia/> Acesso em: 30 de julho de 2025.

CORTRIGHT, David; LOPEZ, George A.; MINEAR, Larry; WEISS, Thomas G. (Eds.). **Political Gain and Civilian Pain: Humanitarian Impacts of Economic Sanctions.** Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 1997.

CORTRIGHT, David., & LOPEZ, George. A. **The Sanctions Decade:** Assessing UN Strategies in the 1990s. Lynne Rienner Publishers. 2000.

Smart sanctions: targeting economic statecraft. Lanham: Rowman & Littlefield, 2002.

COOPER, Julian. Military Production in Russia Before and After the Start of the War With Ukraine. The Rusi Journal. Vol.169. 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03071847.2024.2392990> Acesso em: 2 de agosto de 2025.

DABROWSKI, Marek; DOMINIĄK, Andrzej. Russia's trade reorientation after the invasion of Ukraine. **Bruegel Policy Contribution**, Bruxelas, n. 2, 2023.

DECISÃO 2022/329 DO CONSELHO EUROPEU. 25 de fevereiro de 2022. **Impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia.** Anexo A. Disponível em: Acesso em: 10 de agosto de 2025.

DECRETO PRESIDENCIAL DA RÚSSIA. Aplicação de medidas econômicas especiais retaliatórias em conexão com ações hostis de certos estados estrangeiros e organizações internacionais. 03.05.2022. Nº 252. Disponível em: <http://publication.pravo.gov.ru/Document/View/0001202205030001?index=2&rangeSize=1> Acesso em: 01 de agosto de 2025.

DECRETO PRESIDENCIAL. Nº 79. fev. 2022. Disponível em: <https://konsugroup.com/en/news/status-and-timeline-of-sanctions-legal-changes-government-support-russia/> Acesso em: 01 de agosto de 2025.

DE VILLA, Pilar. Sanctions and their effectiveness in international politics. **Journal of Political Studies**, v. 18, n. 2, p. 45–66, 2022.

- DE WET, Erika. **The Chapter VII Powers of the United Nations Security Council.** Oxford: Hart Publishing, 2004.
- DOXEY, Margaret P. **International Sanctions in Contemporary Perspective.** New York: St. Martin's Press, 1996.
- DREZNER, Daniel W. **The Sanctions Paradox: Economic Statecraft and International Relations.** Cambridge University Press. 1999.
- _____. The hidden hand of economic coercion. **International Organization**, v. 57, n. 3, p. 643–659, 2003.
- _____. **The System Worked: How the World Stopped Another Great Depression.** Oxford University Press. 2015.
- _____. The sanctioning of Russia: lessons from the Ukraine war. **International Affairs**, Oxford, v. 97, n. 4, p. 967–984, 2021.
- _____. Global Economic Sanctions. **Annual Review of Political Science**, v. 27, p. 9-24, jul. 2024. Publicado online como “Review in Advance” em 27 nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-041520-043953>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- DREYER, Iana; LUENGO-CASTILLO, Andrés. **Targeted Sanctions and Deterrence in the Twenty-first Century.** In: NLARMS: Netherlands Annual Review of Military Studies, Springer, 2021, p. 349-363. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-6265-419-8_18. Acesso em: 19 jul. 2025.
- DW GLOBAL MEDIA. **UE passa a proibir importação de carvão russo.** 2022a. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/uni%C3%A3o-europeia-passa-a-proibir-importa%C3%A7%C3%A3o-de-carv%C3%A3o-russo/a-62770120?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 01 de agosto de 2025.
- _____. **Nord Stream 1 pipeline restarts gas deliveries.** 2022b. Disponível em: <https://www.dw.com/en/russian-gas-again-flowing-into-europe-via-nord-stream-1-pipeline/a-62545705> Acesso em: 02 de agosto de 2025.
- EARL, Susan. The compliance challenge: Sanctions enforcement in a globalized economy. **Global Policy Journal**, v. 12, n. 1, p. 88–102, 2021.
- EICHENGREEN, Barry. **The Freeze of Russian Reserves:** Implications for the International Monetary System. Berkeley: UC Berkeley, 2022.
- EREMINA, Natalia; KURZUNOVA-MOROZOVA, Inna. The Sanctions Policy Against Russia: Geopolitical and Economic Effects. **Journal of Eurasian Studies**, v. 14, n. 1, p. 66–78, 2023.

ERIKSSON, Mikael. Transport Sanctions and International Security: Strategic Impacts and Legal Challenges. **Journal of International Security Policy**, v. 19, n. 3, p. 245-263, 2022.

EURONEWS. **Putin asserts strong, sovereign Russia against sanctions “blitzkrieg”**. 2022. Disponível em: <https://www.euronews.com/2022/06/18/ukraine-crisis-putin-speech?utm> Acesso em: 01 de agosto de 2025.

EVERA, Stephen Van. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. **Underground Empire**: How America Weaponized the World's Economy. New York: Henry Holt and Company, 2023.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Russian Federation**: Staff Report for the 2023 Article IV Consultation. Washington, DC: International Monetary Fund, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

FRANCK, T. M. **The Power of Legitimacy Among Nations**. Oxford University Press. 1999.

GALTUNG, Johan. On the Effects of International Economic Sanctions: With Examples from the Case of Rhodesia. **World Politics**, v. 19, n. 3, p. 378–416, 1967.

GARTZKE, Erik; JONG, Matthew. Sanctions sometimes smart: targeted sanctions in theory and practice. **International Studies Review**, v. 7, n. 1, p. 107–110, 2005.

GEISSLER, D., Bär, D., PRÖLLOCHS, N., & FEUERRIEGEL, S. **Russian propaganda on social media during the 2022 invasion of Ukraine**. EPJ Data Science, 12, pp. 1-20. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1140/epjds/s13688-023-00414-5>. Acesso em: 10 de julho de 2025.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

GIUMELLI, F. **Coercing, Constraining and Signalling**: Explaining UN and EU Sanctions after the Cold War. ECPR Press. 2011.

_____. IVAN, P. **The effectiveness of EU sanctions** — An analysis of Iran, Belarus, Syria and Myanmar. European Policy Centre (EPC) Issue Paper, 2013.

_____. Winners and Losers from Imposing Sanctions on Russia. **Journal of Common Market Studies**, 2017.

_____. Sanctions, energy and geopolitical realignments after Ukraine. **Journal of European Integration**, Londres, v. 45, n. 3, p. 355–372, 2023.

_____. **A Comprehensive Approach to Sanctions Effectiveness**: Lessons Learned from Sanctions on Russia. Eur J Crim Policy Res 30, 211–228 2024.

Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10610-024-09585-x>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

GORDON, Joy. **Invisible War: The United States and the Iraq Sanctions.** Cambridge, MA: Harvard University Press. 2010.

_____. Smart sanctions revisited. **Ethics & International Affairs**, v. 25, n. 3, p. 315–335, 2011.

GORENKB, Sergey. **Sanctions and the Russian Energy Sector: Limits of Economic Pressure.** Moscow: Higher School of Economics, 2022.

GORETTI, Leo. **The Sporting Sanctions against Russia: Debunking the Myth of Sport's Neutrality.** IAI Papers, Roma, n. 22|09, 2022. Disponível em: <https://www.iai.it/sites/default/files/iaip2209.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

GÖTZ, E., & STAUN, J. Why Russia attacked Ukraine: Strategic culture and radicalized narratives. **Contemporary Security Policy**, 43, pp. 482 - 497. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13523260.2022.2082633>. Acesso em: 2 de junho de 2025.

GOVERNO DA RÚSSIA. 2022. Disponível em: <http://government.ru/en/> Acesso em: 27 de julho de 2025.

GRAU, David. The limits of economic punishment: Russia and the resilience of authoritarian economies. **Journal of Global Security Studies**, 2023.

GURIEV, Sergei; ITZIGSOHN, Nicolás. **Economic Sanctions and Authoritarian Regimes: The Case of Russia.** Voprosy Ekonomiki, v. 10, p. 5–27, 2022.

GRAEF, A. Explaining Russian narratives on sanctions: sovereignty, confrontation, and internal legitimacy. **Post-Soviet Affairs**, v. 38, n. 4, p. 295–314, 2022.

GRETSKIY, I. Discriminatory motives in Russian Labor Law. *Actual Problems of Russian Law*. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17803/1994-1471.2023.149.4.105-114>. Acesso em: 20 de julho de 2025.

GROS, Daniel; BLOCKMANS, Steven. **How to Make Sanctions on Russia Effective.** CEPS Policy Insights, Brussels, 2022.

GUNEEV, Sergei. **Rússia:** uso de moedas nacionais e criação de alternativa ao SWIFT acompanham desdolarização. 2024. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20240130/russia-uso-de-moedas-nacionais-e-criacao-de-alternativa-ao-swift-acompanham-desdolarizacao-32789570.html> Acesso em: 18 de março de 2024.

GURVICH, Evsey; PRILEPSKIY, Ilya. The Impact of Sanctions on the Russian Economy. **Russian Journal of Economics**, v. 8, n. 3, p. 1-21, 2022a.

HAASS, R., & O'SULLIVAN, M. Terms of engagement: alternatives to punitive policies. **Survival**, 42, pp. 113 - 135. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/survival/42.2.113>. Acesso em: 25 de junho de 2025.

HAFNER-BURTON, Emilie M.; HAGLUND, David; VICTOR, David G. Sanctions design in authoritarian regimes. **Political Science Quarterly**, v. 127, n. 4, p. 647–676, 2012.

HANSEN, Flemming; SELDEN, Zachary. Defense Industries under Pressure: Sanctions and Russia's Military Capacity. **Journal of Strategic Studies**, v. 45, n. 6, p. 955-974, 2022.

HARTUNG, William D. **The military-industrial complex in a multipolar world**. New York: Oxford University Press, 2023.

HELLER, Shachar. **The War in Ukraine – Possible Directions**. Edited by Eado Hecht and Shay Shabtai. The War in Ukraine: 16 Perspectives, 9 Key Insights. Begin-Sadat Center for Strategic Studies, 2023. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep53057.18>. Acesso em: 07 de junho de 2025.

HUFBAUER, Gary C.; SCHOTT, Jeffrey J.; ELLIOTT, Kimberly A.; OEGG, Barbara. **Economic sanctions reconsidered**. 3. ed. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 2007.

HURD, Ian. **After Anarchy**: Legitimacy and Power in the United Nations Security Council. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

IATA – International Air Transport Association. **Impact of sanctions on Russian aviation**. Geneva: IATA, 2022.

INTERFAX. **Exporters may retain currency accumulated and not sold before mandatory sale zeroed out**. Central Bank of Russia. 2022. Disponível em: https://ifax.com/newsroom/top-stories/80697/?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 20 de julho de 2025.

ISTOMIN, I. V. The Role of Sanctions in Contemporary World Politics. **MGIMO Review of International Relations**, v. 13, n. 6, p. 45–60, 2020.

IZVESTIA. **Russia expected to revise parallel imports** list in Aug, might cut radio. Izvestia, 2022. Disponível em: <https://iz.ru/1356789/2022-07-15/rossiiia-ozhidaet-pereprosmotra-spiska-parallelnykh-postavok-v-avguste-mozhet-isklyuchit-radio> Acesso em: 1 ago. 2025.

KAYE, D. Online Propaganda, Censorship and Human Rights in Russia's War Against Reality. **AJIL Unbound**, 116, pp. 140 - 144. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/aju.2022.24>. Acesso em: 01 de agosto de 2025.

KARAGANOV, S. Sanctions as Political Weaponry: A New Cold War. **Russia in Global Affairs**, 2022.

- KATZ, Mark N. **The Russian Economy and the War:** Sanctions and Adaptation. Carnegie Endowment for International Peace, 2022. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2022/03/15/russian-economy-and-war-sanctions-and-adaptation-pub-86999>. Acesso em: 1 ago. 2025.
- KAZANTSEV, S. V. Anti-Russian Sanctions: Then and Now. **Russian Social Science Review**, 63(1–3), 2–14. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10611428.2022.2111160> Acesso em: 27 de junho de 2025.
- KAZHDAN, Polina. Targeting Russian elites: Smart sanctions and political fragmentation. **European Review of International Studies**, 2022.
- KIRBY, Paul. **Why did Putin's Russia invade Ukraine?** 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/cj0q964851po> Acesso em: 29 de julho de 2025.
- KIRSHNER, Jonathan. **The political economy of realpolitik:** Currency and coercion in international relations. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- KLEPACH, Andrei. **Economic Adaptation of Russia to Western Sanctions.** Higher School of Economics Policy Paper, Moscow, 2022.
- KLUVÁNEK, Tomas. Russian resilience to Western sanctions: myths and realities. **Global Affairs**, v. 9, n. 1, p. 45–60, 2023.
- KLUYEV, A. Media control and information policy in Russia after 2022. **Post-Soviet Affairs**, v. 38, n. 6, p. 451–470, 2022.
- KUSTOVA, Iana. Russia–China energy relations after the Ukraine war. **Energy Policy**, Londres, v. 165, p. 112980, 2022.
- KUZNETSOV, Andrei. Geopolitics of Sanctions: Russia's Strategic Culture and Western Pressure. **Russian Journal of Political Science**, v. 22, n. 3, p. 18–34, 2020.
- KREMLIN. **Decree on Russia's public debt obligations to foreign creditors.** Decreto Presidencial nº 394, 22 jun. 2022a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/68507>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- KREMLIN. **Address by the President of the Russian Federation** 2022b. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843> Acesso em: 1 de agosto de 2025.
- KRUETZ, Joakim. Sanctions and their unintended consequences: Evidence from Russia. **International Affairs Review**, v. 17, n. 2, p. 22–38, 2015.
- KROET, Cynthia. **Oil Diversion and Sanctions Evasion:** Russia's Energy Shift to Asia. **Energy Policy Review**, v. 50, p. 65–78, 2022.
- LEAHY, Joe. WALUSZEWSKI, Kai. SEDDON, Max. **Chin-Russia:** an economic ‘friendship’ that could rattle the world. Disponível em:

<https://www.ft.com/content/19eb54ba-f6f7-48ba-a586-b8a113396955?utm> Acesso em: 19 de julho de 2025.

LEE, Judith. MALEVANNY, Nikita. YI, Claire. **Russia strikes back countersanctions**. Financier Worldwide. 2022. Disponível em: <https://www.financierworldwide.com/russia-strikes-back-countersanctions> Acesso em: 20 de julho de 2025.

LINDSEY, James. Sanctions and State Behavior: Assessing Effectiveness Beyond Economics. **International Security Studies**, v. 48, n. 1, p. 112-134, 2023.

LI, Xing. China's energy security and Russia after 2022. **Journal of Contemporary China**, Londres, v. 32, n. 141, p. 1-17, 2023.

LO, Bobo. **Russia and the new world disorder**. 2. ed. London: Chatham House, 2022.

LOWE, V. **International Law: A Very Short Introduction**. Oxford University Press. 2007.

LUKYANOV, F. Sanctions and the Limits of Western Power. **Russia in Global Affairs**, 2022.

_____. Sanctions and the New World Order. **Russia in Global Affairs**, 2023.

MARTEN, Kimberly. **Weapons, Security Assistance, and Proliferation: Controlling the Tools of War**. New York: Routledge, 2002.

MATTHEWS, Chris. **Putin follows Trump's bitcoin embrace**. Can crypto help Russia evade sanctions? 2024. Disponível em: <https://www.marketwatch.com/story/putin-follows-trumps-bitcoin-embrace-can-crypto-help-russia-evade-sanctions-a74fb20> Acesso em: 19 de março de 2025.

MAU, Vladimir; ULYUKAYEV, Alexey. **Economic policy under sanctions**: Russia's wartime economy. Moscou: Gaidar Institute Press, 2023.

MCWILLIAMS, Ben. SGARAVATTI, Giovanni. TAGLIAPIETRA, Simone. ZACHMANN, Georg. The European Union-Russia energy divorce: state of play. 2024. Disponível em: <https://www.bruegel.org/analysis/european-union-russia-energy-divorce-state-play#:~:text=Mar%C3%A7o%20de%202022,at%C3%A9%20o%20final%20de%202022> Acesso em: 25 de julho de 2025.

MEISSNER, K., & GRAZIANI, C. The transformation and design of EU restrictive measures against Russia. **Journal of European Integration**, 45(3), 377–394. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07036337.2023.2190105> Acesso em: 20 de julho de 2025.

MILOV, V. **From Bad to Worse: The Continuing Effects of Sanctions on Russia**. *European View*, 22, pp. 311 - 312. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/17816858231207522> Acesso em: 25 de junho de 2025.

MORET, E. Economic Sanctions Against Russia: Short-Term Impact and Long-Term Consequences. **European Foreign Affairs Review**, 27(4), p. 457-474, 2022.

MORGAN, T. Clifton; BAPAT, Navin A.; KOBAYASHI, Yoshiharu. Threat and imposition of economic sanctions 1945–2005: Updating the TIES dataset. **Conflict Management and Peace Science**, v. 31, n. 5, p. 541–558, 2014.

_____. **Economic Sanctions as Instruments of American Foreign Policy**. Cambridge University Press. 2020.

MORGENSTERN, Jonas. Economic pain and political gain: A reevaluation of effectiveness of sanctions. **Review of International Political Economy**, 2023.

MOROZOV, V. Patriotism and symbolic politics in wartime Russia. **Europe-Asia Studies**, v. 74, n. 8, p. 1245-1262, 2022.

MUELLER, Karl; MUELLER, John. Sanctions of Mass Destruction. **Foreign Affairs**, vol. 78, no. 3, pp. 43–53, 1999.

NIKITINA, Y. **Eurasian Security and Sanctions: Russia's Perspective**. IMEMO Working Papers, n. 24, 2021.

NIKITINA, Y. Timofeev, I. Arapova, E. "The Illusion of "Smart" Sanctions: The Russian Case. **Russia in Global Affairs**. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31278/1810-6374-2024-22-2-156-178> Acesso em: 27 de junho de 2025.

NINCIC, M. **The Logic of Positive Engagement**. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7591/cornell/9780801450068.001.0001>. Acesso em: 20 de junho de 2025.

NSD. **Payment of proceeds on Russian Eurobonds**. 2022. Disponível em: <https://www.nsd.ru/en/services/depozitariy/rest/> Acesso em: 20 de junho de 2025.

OCDE. **OECD Economic Outlook 2022/2: The Russian Federation**. Paris: OECD Publishing, 2022a.

_____. **The implications for OECD regions of the war in Ukraine: An initial analysis**. OECD Publishing, 2022b. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2022/07/the-implications-for-oecd-regions-of-the-war-in-ukraine_09c96fae/8e0fcb83-en.pdf Acesso em: 19 ago. 2025.

ONU. **Charter of the United Nations**. 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter> Acesso em: 18 de março de 2025.

_____. **Resolução 661 (1990)**. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 2933^a reunião, em 6 de agosto de 1990. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/94221?v=pdf> Acesso em: 2 de junho de 2025.

_____. Summaries of the work of the Sixth Committee. **United Nations Programme of Assistance in Teaching, Study, Dissemination and Wider appreciation of International Law.** 2005. Disponível em: <https://www.un.org/law/cod/sixth/60/summary.htm> Acesso em: 20 de junho de 2025.

_____. **Resolução 2664 (2022).** Adotada pelo do Conselho de Segurança. 2022. Disponível em: <https://main.un.org/securitycouncil/en/content/sres2664-2022> Acesso em: 01 de junho de 2025.

OXFORD INSTITUTE FOR ENERGY STUDIES. **Russian oil output increases in 2022 amid unprecedented Western sanctions:** What's next? Insight 132. Oxford: Oxford Institute for Energy Studies, jul. 2022. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2023/07/Insight-132-Russian-oil-output-increases-in-2022-amid-unprecedented-Western-sanctions.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2025.

PANDEY, Ashutosh. **As táticas de Putin para impulsionar o rublo.** 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/as-t%C3%A1ticas-de-putin-para-impulsionar-o-rublo/a-61378784> Acesso em: 15 de julho de 2025.

PAPADOPOULOS, Nicolas. Economic sanctions in a multipolar world. **Global Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1–20, 2022.

PAPE, R. A. **Why Economic Sanctions Do Not Work.** International Security, 22(2), p. 90-136, 1997.

PATANE, C., & DRURY, C. **Russia Plays the (Triangular) Sanctions Game.** pp. 119-142. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-63435-7_6. Acesso em: 30 de junho de 2025.

PEKSEN, D. Autocracies and Economic Sanctions: The Diverging Impact of Sanctions on Democratic Change. **International Studies Quarterly**, 63(1), p. 64-76, 2019.

PERTIWI, L. The EU's Approach to Sanctions on Russia: A Critical Analysis of the Existing Literature. **Central European Journal of International and Security Studies.** 2024 <https://doi.org/10.51870/noex4475>.

PESKOV, Dmitry. **Official Kremlin Statement on Western Sanctions.** TASS News Agency, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://tass.com>. Acesso em: 02 de julho.

PORTELA, C. **European Union Sanctions and Foreign Policy:** When and Why Do They Work? Routledge. 2010.

_____. **Sanctions under the EU's Common Foreign and Security Policy.** CEPS Working Document, n. 391, p. 1–30, 2014.

_____. **European Union sanctions and foreign policy.** Londres: Routledge, 2016.

PORTELA, C. KLUGE, J. **Slow-acting tools - Evaluating EU sanctions against Russia after the invasion of Ukraine.** 2022. Disponível em: https://www.iss.europa.eu/publications/briefs/slow-acting-tools-evaluating-eu-sanctions-against-russia-after-invasion-ukraine?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 20 de julho de 2025.

PORTELA, Clara. VON SOEST, Christian. Sanctions effectiveness and international cooperation. **Contemporary Security Policy**, v. 43, n. 3, p. 420–441, 2022.

PUTIN, Vladimir. **Putin orders payments for gas in rubles from "unfriendly" countries.** VOA News, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/putin-demands-western-countries-pay-for-gas-in-rubles/6509516.html> Acesso em: 01 de agosto de 2025.

_____. **Speech at the Eastern Economic Forum.** Vladivostok, 12 set. 2023. Disponível em: <http://en.kremlin.ru>. Acesso em: 02 de julho de 2025.

RADIN, A. **War, sanctions, and the Russian regime's stability.** Rand Corporation Reports, 2024.

REUTERS. **Shadow tanker fleet grows more slowly as Western sanctions target Russian oil.** 13 ago. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/shadow-tanker-fleet-grows-more-slowly-western-sanctions-target-russian-oil-2025-08-13/> . Acesso em: 1 ago. 2025.

RCIIS. Russian Center for International and Socio-Political Studies. **Russian Strategic Adaptation to Sanctions.** Moscou: RCISS, 2023.

RUSI. Royal United Services Institute. **Silicon lifeline:** Western electronics at the heart of Russia's war machine. Londres: RUSI, 2022.

RUSSELL, M. EU Sanctions on Russia: A New Era of Economic Statecraft. **European Parliament Research Service**, Briefing Paper. 2022.

RUSSIAN ACADEMY OF SCIENCES. **Report on the state of civil society in the Russian Federation 2022:** Economic, technological and educational sovereignty. Moscou, 2022. Disponível em: <https://report2022 oprf.ru/en/economic-technological-educational-sovereignty.html> . Acesso em: 02 de julho de 2025.

_____. **Report on the Impact of Sanctions on Russian Sovereignty and Development.** Moscow: RAS, 2023.

RUSSIAN NEWS AGENCY. **Russian Finance Ministry paid Eurobond coupon in rubles.** TASS. 2022a. Disponível em: <https://tass.com/economy/1470313?utm> Acesso em: 02 de julho de 2025.

_____. **Russia expands entry ban list in response to EU's actions — MFA.** TASS, 22 jul. 2022b. Disponível em: <https://tass.com/politics/1992469> Acesso em: 9 ago. 2025.

_____. **Russia's coal exports to India up 3 times in 2022 — Deputy Prime Minister.** 2023. Disponível em: <https://tass.com/economy/1629571?utm> Acesso em: 01 de agosto de 2025.

SCHRIJVER, Nico. **Sanctions and International Law.** In: CORTEN, Olivier; KLEIN, Pierre (orgs.). *The Vienna Conventions on the Law of Treaties: A Commentary*. Oxford: Oxford University Press. p.1535-1555. 2015.

SIMMA, B., ALSTON, P., & KELLER, H. **The Charter of the United Nations: A Commentary** (3rd ed.). Oxford University Press. 2012.

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. **Arms transfers and sanctions compliance report.** Estocolmo: SIPRI, 2024.

SLAUGHTER, Anne-Marie. **A New World Order.** Princeton University Press. 2004.

STEINBACH, S. **The Russia–Ukraine war and global trade reallocations.** Economics Letters. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2023.111075>. Acesso em: 18 de julho de 2025.

SUN, M., CAO, X., Liu, X., CAO, T., & ZHU, Q. **The Russia-Ukraine conflict, soaring international energy prices, and implications for global economic policies.** Heliyon, 10. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e34712>. Acesso em: 24 de julho de 2025.

SUSHENTSOV, A. Western Sanctions and Russia's Strategic Autonomy. **International Trends**, v. 16, n. 2, p. 33–48, 2018.

SUSLOV, D. Russia's foreign policy under sanctions pressure. **Russia in Global Affairs**, v. 20, n. 2, p. 33-49, 2022.

_____. Russia's financial and diplomatic adaptation to sanctions. **Russia in Global Affairs**, v. 21, n. 3, p. 50-68, 2023.

THE WASHINGTON POST. **Inside the Russian effort to build 6000 attack drones with Iran's help.** 17 ago. 2023.

TRADING ECONOMICS. **Russian Ruble.** 2022. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/russia/currency> Acesso em: 27 de julho de 2025.

TREFILOV, Vladimir. **Rússia propõe criar alternativa ao SWIFT para as principais economias da Ásia.** 2004. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20221101/russia-propoe-criar-alternativa-ao-swift-para-as-principais-economias-da-asia-25700093.html> Acesso em: 18 de março de 2022.

TRENIN, D. **What is Russia up to in the Middle East?** Cambridge: Polity Press, 2019.

TRUBNIKOV, Sergei. **Financial Sovereignty and Sanctions: Russia's Response Strategies**. Moscow: Higher School of Economics Press, 2022.

TOSTENSEN, Arne; BULL, Beate. Are smart sanctions feasible? **World Politics**, Baltimore, v. 54, n. 3, p. 373–403, abr. 2002.

UKRINFORM. **Sanctions severe logistical chains in Russia, transport minister acknowledges**. 2022. Disponível em: https://www.ukrinform.net/rubric-economy/3489018-sanctions-severe-logistical-chains-in-russia-transport-minister-acknowledges.html?utm_. Acesso em: 1 de Agosto de 2025.

USHKALOVA, D. **Escalation of Sanctions Pressure: New Risks for Russia's Foreign Trade**. *Вестник Института экономики Российской академии наук* (2024). https://doi.org/10.52180/2073-6487_2024_6_24_39.

VALOR ECONÔMICO. Rússia aumentou venda de petróleo e carvão para Índia e China. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/09/06/rssia-aumentou-venda-de-petrleo-e-carvo-para-ndia-e-china-durante-o-vero-aponta-relatrio.shtml>. Acesso em: 3 de julho de 2025.

VAGANOVA, O. Russia and sanctions. **Research result Economic Research** (2022). Disponível em: <https://doi.org/10.18413/2409-1634-2022-8-1-0-1>. Acesso em: 3 de julho de 2025.

VINES, Alexander. Sanctions and global power competition: Russia, China and the EU. **International Affairs**, v. 99, n. 1, p. 25–40, 2023.

WAAL, Alex. **The Humanitarian Impacts of Economic Sanctions on Sudan**. In: WEISS, Thomas G.; CORTRIGHT, David; LOPEZ, George A.; MINEAR, LARRY. **Political Gain and Civilian Pain: Humanitarian Impacts of Economic Sanctions**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 1997.

WEISS, Thomas G. Sanctions as a Foreign Policy Tool: Weighing Humanitarian Impulses. **Journal of Peace Research**, vol. 36, no. 5, pp. 499–509., 1999.

YAFFE, H. **Economic War: Sanctions, Russia and Global Consequences**. London: Routledge, 2022.

YERMOLAEVA, Natalia. **Trade Diversification in Response to Sanctions**. Moscow: Higher School of Economics Press, 2022.

YUSHKOV, I. **Transformation of the Russian Oil Industry in 2022-2023**. Geoeconomics of Energetics (2024). Disponível em: https://doi.org/10.48137/26870703_2024_25_1_18 Acesso em: 01 de agosto de 2025.

ZAIDI, Sarah. **Haiti: Impact of the Coup and Sanctions on Civilians**. In: WEISS, Thomas G.; CORTRIGHT, David; LOPEZ, George A.; MINEAR, Larry. **Political Gain and Civilian Pain: Humanitarian Impacts of Economic Sanctions**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 1997.

ZOZULYA, A., ZOZULYA, P., MEZINA, T., & MALYSHKIN, N. Justification for the development of measures to neutralize sanctions pressure and further development of the Russian economy. 2023. **The Eurasian Scientific Journal**. Disponível em: <https://doi.org/10.15862/45ecvn223>. Acesso em: 01 de agosto de 2025.

ZUEV, V. OSTROVSKAYA, E & LEVCHENKO, V. Prioritizing Turkey and China in the Russian Trade Policy After Sanctions. **International Organisations Research Journal** (2024). <https://doi.org/10.17323/1996-7845-2024-01-07>. Acesso em: 10 de julho de 2025.

ANEXO A

DECISÃO DO CONSELHO EUROPEU DE IMPOR SANÇÕES À RÚSSIA EM RELAÇÃO À GUERRA NA UCRÂNIA

Jornal Oficial da União Europeia

25.2.2022

II

(Atos não legislativos)

DECISÕES

DECISÃO (PESC) 2022/329 DO CONSELHO

de 25 de fevereiro de 2022

que altera a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, nomeadamente o artigo 29.º,

Tendo em conta a proposta do alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Considerando o seguinte:

- (1) Em 17 de março de 2014, o Conselho adotou a Decisão 2014/145/PESC⁽¹⁾.
- (2) A União mantém-se inabalável no seu apoio à soberania e à integridade territorial da Ucrânia.
- (3) Nas suas conclusões de 24 e 25 de junho de 2021, o Conselho Europeu apelou à Rússia para que assumisse toda a sua responsabilidade no que toca a assegurar a plena aplicação dos Acordos de Minsk como condição essencial para qualquer alteração substancial da posição da União. O Conselho Europeu salientou a necessidade de uma resposta firme e coordenada da União e dos seus Estados-Membros a qualquer nova atividade mal-intencionada, ilegal e disruptiva da Rússia, tirando pleno partido de todos os instrumentos à disposição da União e assegurando a coordenação com os parceiros. Para esse efeito, o Conselho Europeu convidou igualmente a Comissão e o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança ("alto representante") a apresentarem opções de medidas restritivas adicionais, incluindo sanções económicas.
- (4) Nas suas conclusões de 16 de dezembro de 2021, o Conselho Europeu salientou a necessidade urgente de a Rússia desanuviar as tensões provocadas pelo reforço do dispositivo militar ao longo da sua fronteira com a Ucrânia e pela retórica agressiva. O Conselho Europeu reiterou o seu total apoio à soberania e à integridade territorial da Ucrânia, Incentivando os esforços diplomáticos e apoiando o formato Normandia para alcançar a plena aplicação dos Acordos de Minsk, o Conselho Europeu referiu que qualquer nova agressão militar contra a Ucrânia desencadearia

uma resposta com gravíssimas consequências e enormes custos, que passaria pela imposição de medidas restritivas coordenadas com os parceiros.

- (5) Em 24 de janeiro de 2022, o Conselho aprovou conclusões nas quais condenava as constantes ações agressivas e ameaças por parte da Rússia contra a Ucrânia e exortava a Rússia a desanuviar as tensões, a respeitar o direito internacional e a participar de forma construtiva no diálogo através dos mecanismos internacionais estabelecidos. O Conselho reafirmou o pleno empenho da União nos princípios fundamentais em que assenta a segurança europeia, consagrados na Carta das Nações Unidas e nos documentos constitutivos da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, nomeadamente a Ata Final de Helsínquia e a Carta de Paris para uma Nova Europa. Estes princípios fundamentais incluem, em particular, a igualdade soberana e a integridade territorial dos Estados, a inviolabilidade das fronteiras, a abstenção de recorrer à ameaça ou ao uso efetivo da força, e a liberdade de os Estados escolherem ou alterarem os seus próprios sistemas de segurança. O Conselho declarou que aqueles princípios não são negociáveis nem estão sujeitos a revisão ou a reinterpretar e que a sua violação pela Rússia constitui um obstáculo a um espaço de segurança comum e indivisível na Europa e está a ameaçar a paz e a estabilidade no continente europeu. Recordando as conclusões do Conselho Europeu de 16 de dezembro de 2021, o Conselho reiterou que qualquer nova agressão militar por parte da Rússia contra a Ucrânia provocaria uma resposta com gravíssimas consequências e enormes custos, incluindo um vasto leque de medidas restritivas setoriais e individuais que seriam adotadas em coordenação com os parceiros.

- (1) Decisão 2014/145/PESC do Conselho, de 17 de março de 2014, que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia (JO L 78 de 17.3.2014, p. 16).
- (6) Em 19 de fevereiro de 2022, o alto representante emitiu uma declaração em nome da União em que manifestava a sua preocupação com o reforço maciço das forças armadas russas na Ucrânia e nas suas imediações e instava a Rússia a encetar um diálogo construtivo e a recorrer à diplomacia, a mostrar contenção e a desanuviar as tensões com uma retirada substancial das suas forças militares da proximidade das fronteiras da Ucrânia. A União referiu que qualquer nova agressão militar levada a cabo pela Rússia contra a Ucrânia desencadearia uma resposta com gravíssimas consequências e enormes custos, que passaria pela imposição de medidas coercitivas coordenadas com os parceiros.
- (7) Em 21 de fevereiro de 2022, o presidente da Federação da Rússia assinou um decreto que reconhece "a independência e a soberania" das zonas dos *oblasts* ucranianos de Donetsk e de Luhansk não controladas pelo Governo e ordenou o destacamento de forças armadas russas para essas zonas.
- (8) Em 22 de fevereiro de 2022, o alto representante emitiu uma declaração, em nome da União, no qual condena esse ato ilegal, que compromete ainda mais a soberania e a independência da Ucrânia e constitui uma grave violação do direito internacional e dos acordos internacionais, nomeadamente a Carta das Nações Unidas, a Ata Final de Helsínquia, a Carta de Paris e o Memorando de Budapeste, bem como dos Acordos de Minsk e da Resolução 2202 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O alto representante instou a Rússia, enquanto parte no conflito, a anular esse reconhecimento, a honrar os seus compromissos, a respeitar o direito internacional e a retomar os debates no formato Normandia e no Grupo de Contato Trilateral, anunciando que a União responderia a estas últimas violações pela Rússia adotando, com caráter de urgência, medidas restritivas adicionais.
- (9) Em 24 de fevereiro de 2022, o presidente da Federação da Rússia anunciou uma operação

militar na Ucrânia e as forças armadas russas iniciaram um ataque contra a Ucrânia. Esse ataque constitui uma flagrante violação da integridade territorial, da soberania e da independência da Ucrânia.

- (10) Em 24 de fevereiro de 2022, o alto representante emitiu uma declaração, em nome da União, na qual condena com a maior veemência possível a invasão não provocada da Ucrânia pelas forças armadas da Federação da Rússia, bem como o envolvimento da Bielorrússia nesta agressão contra a Ucrânia. O alto representante indicou que a resposta da União incluirá medidas restritivas setoriais e individuais.
- (11) Tendo em conta a gravidade da situação, o Conselho considera que os critérios de designação devem ser alterados de modo a incluir pessoas e entidades que apoiam o Governo da Federação da Rússia e dele beneficiam, bem como pessoas e entidades que representam uma fonte substancial de receitas para o referido Governo, e pessoas singulares ou coletivas associadas a pessoas e entidades que constem das listas.
- (12) A Decisão 2014/145/PESC deverá, por conseguinte, ser alterada em conformidade,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A Decisão 2014/145/PESC é alterada do seguinte modo:

- 1) No artigo 1º, o n.º 1 passa a ter a seguinte redação:
 "1. Os Estados-Membros tomam as medidas necessárias para impedir a entrada no seu território, ou o trânsito através dele:
 a) Das pessoas singulares responsáveis por ações ou políticas que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia ou a estabilidade ou segurança do país, que apoiam ou aplicam tais ações ou políticas ou que obstruam o trabalho desenvolvido pelas organizações internacionais na Ucrânia;
 b) Das pessoas singulares que prestem apoio material ou financeiro ou que obtenham benefícios dos decisores russos responsáveis pela anexação da Crimeia ou pela desestabilização no leste da Ucrânia;
 c) Das pessoas singulares que efetuam transações com os grupos separatistas da região de Donbass, na Ucrânia;
 d) Das pessoas singulares que prestem apoio material ou financeiro ou que obtenham benefícios do Governo da Federação da Rússia, que é responsável pela anexação da Crimeia e pela desestabilização da Ucrânia; ou
 e) Dos proeminentes homens de negócios envolvidos em setores econômicos que representam uma fonte substancial de receitas para o Governo da Federação da Rússia, que é responsável pela anexação da Crimeia e pela desestabilização da Ucrânia,
 e pessoas singulares a elas associadas, cujos nomes figuram na lista em anexo."

- 2) No artigo 2º, o n.º 1 passa a ter a seguinte redação:

- "1. São congelados todos os fundos e recursos econômicos pertencentes, na posse, à disposição ou sob controlo:
 a) Das pessoas singulares responsáveis por ações ou políticas que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia ou a estabilidade ou segurança do país, que apoiam ou aplicam tais ações ou políticas ou que obstruam o trabalho desenvolvido pelas organizações internacionais na Ucrânia;

- b) Das pessoas coletivas, entidades ou organismos que prestem apoio material ou financeiro a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia;
- c) Das pessoas coletivas, entidades ou organismos presentes na Crimeia ou em Sebastopol cujo direito de propriedade tenha sido transferido ao arrepro da legislação ucraniana, ou das pessoas coletivas, entidades ou organismos que tenham beneficiado dessa transferência;
- d) Das pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos que prestem apoio material ou financeiro ou que obtenham benefícios dos decisores russos responsáveis pela anexação da Crimeia ou pela desestabilização no leste da Ucrânia;
- e) Das pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos que efetuam transações com os grupos separatistas da região de Donbass, na Ucrânia;
- f) Das pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos que prestem apoio material ou financeiro ou que obtenham benefícios do Governo da Federação da Rússia, que é responsável pela anexação da Crimeia e pela desestabilização da Ucrânia; ou
- g) Dos proeminentes homens de negócios ou pessoas coletivas, entidades ou organismos envolvidos em setores económicos que representam uma fonte substancial de receitas para o Governo da Federação da Rússia, que é responsável pela anexação da Crimeia e pela desestabilização da Ucrânia, e pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos a eles associados, cujos nomes figuram na lista em anexo."

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em Bruxelas, em 25 de fevereiro de 2022.

Pelo Conselho O Presidente

J. BORRELL FONTELLES
